

Imigração e Sustentabilidade Demográfica na União Europeia

Beatriz Maria Sebastião Romão

**Relatório de Estágio de Mestrado em Migrações, Inter-
Etnicidades e Transnacionalismo**

Setembro, 2025

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Migrações, Inter-Etnicidades e Transnacionalismo realizado sob a orientação científica da Professora Doutora Dulce Pimentel, coordenadora do curso de Mestrado e docente da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, e orientação do estágio do Doutor Carlos Medeiros, coordenador da Unidade de Informação e Comunicação, do Centro de Informação Europeia Jacques Delors.

AGRADECIMENTOS

A concretização deste relatório de estágio, desenvolvido ao longo deste último ano, só foi possível com a ajuda de um conjunto de pessoas importantes que me acompanharam durante este caminho.

À Professora Dulce Pimentel, agradeço de forma muito especial pela orientação dedicada, pela constante disponibilidade, pelas sugestões pertinentes e pela tranquilidade que sempre me transmitiu. A sua motivação, as palavras encorajadoras e o entusiasmo pela investigação e o ensino foram determinantes para o desenvolvimento deste trabalho e para o meu crescimento académico e pessoal. O meu sincero agradecimento por acreditar no meu potencial e por me ter transmitido a paixão pela investigação, que hoje levo comigo. Um obrigada nunca será suficiente.

Ao Centro de Informação Europeia Jacques Delors por me ter acolhido, em particular ao Dr. Carlos Medeiros, por toda a disponibilidade, orientação e conhecimento transmitido.

À Professora Francesca Poggi, pela partilha generosa dos seus conhecimentos, por me proporcionar oportunidades de crescimento profissional, no âmbito do projeto de investigação em que participo, e por acreditar em mim e no meu potencial.

Às minhas avós (*in memoriam*), que tenho a certeza de que estão orgulhosas de mim e do caminho que estou a realizar.

Por último, um agradecimento à minha família, principalmente aos meus pais, pelo apoio constante e por compreenderem, com generosidade, a minha ausência em alguns momentos.

IMIGRAÇÃO E SUSTENTABILIDADE DEMOGRÁFICA

NA UNIÃO EUROPEIA

BEATRIZ MARIA SEBASTIÃO ROMÃO

RESUMO

O presente relatório resulta do estágio curricular realizado no Centro de Informação Europeia Jacques Delors e tem como tema o envelhecimento demográfico e a migração internacional de reformados na União Europeia e em Portugal. Através de uma abordagem quantitativa, a investigação analisa variáveis demográficas para o período 2011-2021, com ênfase no envelhecimento demográfico e na dinâmica migratória, ao nível das NUTS 2 na União Europeia e das NUTS 3 em Portugal. Esta opção metodológica permite compreender a relação entre estas duas dinâmicas e destacar os impactos que este fluxo migratório exerce na conjuntura demográfica dos dois estudos de caso.

Nas últimas décadas, a União Europeia e Portugal têm enfrentado profundas transformações demográficas, em função da redução da fecundidade e do aumento da longevidade, um processo que se configura como um duplo envelhecimento. Em 2021, cerca de um quinto da população (21%) na UE tinha mais de 64 anos, enquanto em Portugal esse valor ascende a um quarto (24%), o que posiciona Portugal como o segundo Estado-membro mais envelhecido da União Europeia.

A migração internacional de reformados tem contribuído para melhorar o saldo migratório dos dois estudos de caso, mas intensifica, simultaneamente, o processo de envelhecimento, dado que a estrutura etária destes migrantes é superior à média da população residente. Embora esta tipologia represente cerca de 14% da população estrangeira na União Europeia e 10% em Portugal, este fluxo migratório possui impactos territoriais relevantes, que são analisados com maior detalhe no relatório.

Os resultados da investigação confirmam a existência de um processo transversal de envelhecimento e evidenciam assimetrias regionais, tanto nos padrões de envelhecimento da população como na distribuição territorial da migração internacional de reformados na União Europeia e em Portugal.

Para complementar a análise da migração internacional de reformados, o relatório destaca a teoria *push-pull* e a teoria das redes migratórias, em função da sua importância na facilitação dos movimentos migratórios após a reforma.

Por fim, o relatório de estágio analisa a relação entre estes dois fenómenos demográficos, numa perspetiva geográfica, e salienta a pertinência de compreender estas dinâmicas para apoiar a formulação de políticas públicas diferenciadas, coesas e equitativas, que integrem uma visão holística do território, de modo a responder de forma apropriada à complexidade do envelhecimento demográfico e da migração internacional de reformados na União Europeia e em Portugal.

PALAVRAS-CHAVE: Envelhecimento demográfico, Migração internacional de reformados, Dinâmicas territoriais, União Europeia, Portugal

IMMIGRATION AND DEMOGRAPHIC SUSTAINABILITY

IN THE EUROPEAN UNION

BEATRIZ MARIA SEBASTIÃO ROMÃO

ABSTRACT

This report is the result of an internship at the Jacques Delors European Information Centre and focuses on demographic ageing and international retirement migration in the European Union and Portugal. Using a quantitative approach, the research analyses demographic variables for the period 2011-2021, with an emphasis on demographic ageing and migration dynamics, at a NUTS 2 level in the European Union and NUTS 3 in Portugal. This methodological approach allows us to understand the relationship between these two dynamics and highlight the impacts of this migratory flow on the demographic context of the two case studies.

In recent decades, the European Union and Portugal have faced profound demographic transformations due to declining fertility and increasing longevity, a process that constitutes a double demographic ageing. In 2021, approximately one-fifth of the EU population (21%) was over 64, while in Portugal, this figure reached one-quarter (24%), making Portugal the second-oldest member state in the European Union.

International retirement migration has contributed to improving the migration balance in both case studies. However, it also intensifies the ageing process, given that the age structure of these migrants is higher than that of the resident population. Although this typology accounts for approximately 14% of the foreign population in the European Union and 10% in Portugal, this migratory flow has significant territorial impacts, which are analysed in greater detail in the report.

The research results confirm the existence of a cross-cutting ageing process and highlight regional asymmetries, both in population ageing patterns and in the territorial distribution of international migration of retirees in the European Union and Portugal. To complement the analysis of international retiree migration, the report highlights push-pull theory and migration network theory, given their importance in facilitating post-retirement migration.

Finally, the internship report analyses the relationship between these two demographic phenomena from a geographic perspective. It emphasises the importance of understanding these dynamics to support the formulation of differentiated, cohesive, and equitable public policies that integrate a holistic view of the territory and respond appropriately to the complexities of demographic ageing and international retiree migration in the European Union and Portugal.

KEYWORDS: Demographic ageing, International retirement migration, Territorial dynamics, European Union, Portugal

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	9
1. Estágio no Centro de Informação Europeia Jacques Delors	11
1.1. Caracterização da instituição	11
1.2 Objetivos do estágio	12
1.3 Descrição das tarefas realizadas	12
1.4 Condicionais metodológicos	15
2. Metodologia	15
3. Dinâmicas e Padrões do Envelhecimento Demográfico na União Europeia	16
3.1 Envelhecimento demográfico na UE	16
3.2 Padrões territoriais de envelhecimento demográfico nos Estados-Membros da UE	23
4. Migração de Reformados na União Europeia	32
4.1 Teorias da Migração	32
4.2 Migração de Reformados	36
4.3 Tendência(s) geográfica(s) da Migração de Reformados na UE	42
5. Aplicação a um estudo de caso – Portugal	48
5.1 Envelhecimento da população em Portugal: padrões e tendências regionais	48
5.2 Migração de Reformados em Portugal: distribuição espacial da MIR no contexto regional	60
CONCLUSÃO	69
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	71
ANEXOS	93

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - a) Proporção de população com idade igual ou superior a 65 anos, União Europeia, 2011; b) Proporção de população com idade igual ou superior a 65 anos, União Europeia, 2021	24
Figura 2 - Variação relativa da proporção de população com idade igual ou superior a 65 anos, União Europeia, entre 2011 e 2021	25
Figura 3 - a) Proporção de população com idade igual ou superior a 80 anos, União Europeia, 2011; b) Proporção de população com idade igual ou superior a 80 anos, União Europeia, 2021	26
Figura 4 - Variação relativa da proporção de população com idade igual ou superior a 80 anos, União Europeia, entre 2011 e 2021	27
Figura 5 - a) Índice de Envelhecimento, União Europeia, 2011; b) Índice de envelhecimento, União Europeia, 2021	28
Figura 6 - Variação do índice de envelhecimento, União Europeia, entre 2011 e 2021	29
Figura 7 - a) Índice de dependência dos idosos, União Europeia, 2011; b) Índice de dependência dos idosos, União Europeia, 2021	30
Figura 8 - Variação do índice de dependência de idosos, União Europeia, entre 2011 e 2021	31
Figura 9 - a) População estrangeira em percentagem da população residente, União Europeia, 2011; b) População estrangeira em percentagem da população residente, União Europeia, 2021	44
Figura 10 - Variação relativa da população estrangeira em percentagem da população residente, União Europeia, entre 2011 e 2021	45
Figura 11 - a) População estrangeira com mais de 64 anos em percentagem da população residente, União Europeia, 2011; b) População estrangeira com mais de 64 anos em percentagem da população residente, União Europeia, 2021	46
Figura 12 - Variação relativa da população estrangeira com mais de 64 anos em percentagem da população residente, União Europeia, entre 2011 e 2021	47
Figura 13 - a) Proporção de população com idade igual ou superior a 65 anos, Portugal, 2011; b) Proporção de população com idade igual ou superior a 65 anos, Portugal, 2021	52

Figura 14 - Variação relativa da proporção de população com idade igual ou superior a 65 anos, Portugal, entre 2011 e 2021.....	53
Figura 15 - a) Proporção de população com idade igual ou superior a 80 anos, Portugal, 2011; b) Proporção de população com idade igual ou superior a 80 anos, Portugal, 2021	54
Figura 16 - Variação relativa da proporção de população com idade igual ou superior a 80 anos, Portugal, entre 2011 e 2021.....	55
Figura 17 - a) Índice de Envelhecimento, Portugal, 2011; b) Índice de envelhecimento, Portugal, 2021.....	56
Figura 18 - Variação do índice de envelhecimento, Portugal, entre 2011 e 2021	57
Figura 19 - a) Índice de dependência dos idosos, Portugal, 2011; b) Índice de dependência dos idosos, Portugal, 2021	58
Figura 20 - Variação do índice de dependência de idosos, Portugal, entre 2011 e 2021	59
Figura 21 - a) População estrangeira em percentagem da população residente, Portugal, 2011; b) População estrangeira em percentagem da população residente, Portugal, 2021	64
Figura 22 - Variação relativa da população estrangeira em percentagem da população residente, Portugal, entre 2011 e 2021	65
Figura 23 - a) População estrangeira com mais de 64 anos em percentagem da população residente, Portugal, 2011; b) População estrangeira com mais de 64 anos em percentagem da população residente, Portugal, 2021	66
Figura 24 - Variação relativa da população estrangeira com mais de 64 anos em percentagem da população residente, Portugal, entre 2011 e 2021	67

INTRODUÇÃO

O presente relatório de estágio, elaborado no âmbito do estágio curricular realizado no Centro de Informação Europeia Jacques Delors (CIEJD) do Ministério dos Negócios Estrangeiros, entre 15 de outubro de 2024 e 15 de abril de 2025, é apresentado para o cumprimento da componente não letiva do Mestrado em Migrações, Inter-eticidades e Transnacionalismo.

A União Europeia (UE) e, em particular, Portugal enfrentam um dos principais desafios demográficos do século XXI: o acelerado envelhecimento da população (Lutz, 2009). Este fenómeno é o resultado da diminuição da fecundidade e do aumento da esperança de vida que, em conjunto, tem criado profundas transformações na estrutura etária das populações (Cooley et al., 2024). O envelhecimento demográfico é considerado um marco importante na história da Humanidade e tem-se afirmado, nas últimas décadas, como um dos temas mais relevantes da demografia. Na União Europeia e em Portugal, a configuração territorial do envelhecimento da população não apresenta um padrão uniforme, existindo assimetrias regionais significativas. Em algumas regiões, os níveis de envelhecimento são mais elevados do que em outras, o que reforça a complexidade deste desafio demográfico à escala europeia e nacional.

Em paralelo, a migração internacional, em função das características dos seus fluxos, pode minorar ou agravar a situação demográfica dos países de imigração. Nos últimos anos, a migração internacional de reformados (MIR) tem-se destacado como um fluxo em crescimento em várias regiões europeias (Eurostat, 2024a) e portuguesas (INE, 2011a, 2021b). Este movimento migratório reflete as transformações sociais que moldaram a forma como muitos cidadãos vivem o período pós-laboral, tornando a mobilidade transnacional uma realidade cada vez mais comum entre os reformados (Gustafson, 2013). Contudo, apesar deste tipo de mobilidade contribuir para uma melhoria do saldo migratório, intensifica o processo de envelhecimento nos países de acolhimento.

Apesar de o envelhecimento demográfico e a migração internacional de reformados serem temas amplamente estudados, a relação específica entre estas duas temáticas, com foco na dimensão espacial, merece uma análise com maior detalhe. Assim, o presente relatório pretende aprofundar a compreensão desta inter-relação, através de uma análise e caracterização do envelhecimento demográfico e da migração internacional

de reformados na União Europeia e em Portugal, com base na identificação de padrões territoriais.

Este relatório está estruturado em cinco capítulos, seguido de uma reflexão final, com o objetivo de contextualizar o trabalho realizado durante o estágio curricular e os temas em estudo.

O primeiro capítulo é dedicado à contextualização do estágio, no qual é apresentado o Centro de Informação Europeia Jacques Delors e o seu papel na divulgação de informações sobre a União Europeia. Adicionalmente, são identificados os objetivos do estágio, as atividades desenvolvidas, nomeadamente a criação e atualização dos artigos que integram o dossiê “As migrações na União Europeia”, bem como os condicionalismos metodológicos encontrados ao longo do estágio curricular.

O segundo capítulo descreve a metodologia utilizada na elaboração do relatório, nomeadamente os métodos utilizados para a produção cartográfica, de modo a analisar e caracterizar os fenómenos de envelhecimento e da migração internacional de reformados na União Europeia e em Portugal.

O terceiro capítulo é dedicado à análise do envelhecimento demográfico na União Europeia, com uma revisão da literatura, e a identificação e descrição dos padrões territoriais deste fenómeno à escala europeia.

O quarto capítulo possui uma análise da migração internacional de reformados na União Europeia. Inclui uma revisão das teorias de migração que sustentam este fluxo migratório, uma análise do conceito e do fenómeno em si, bem como uma identificação e descrição dos padrões territoriais da migração de reformados na UE.

No quinto capítulo é explorado o envelhecimento demográfico e a migração internacional de reformados em Portugal. Este capítulo, tal como os anteriores, integra uma revisão da literatura, bem como uma análise geográfica que demonstra a distribuição espacial dos dois fenómenos nas regiões portuguesas.

Por fim, o relatório apresenta uma reflexão final que sintetiza as principais conclusões do trabalho e salienta a importância da integração destes dois fenómenos para a formulação de políticas públicas territorialmente diferenciadas na União Europeia e em Portugal.

1. Estágio no Centro de Informação Europeia Jacques Delors

1.1. Caracterização da instituição

O Centro de Informação Europeia Jacques Delors (CIEJD), estabelecido inicialmente como um Agrupamento Europeu de Interesse Económico por iniciativa conjunta do Estado português e da União Europeia, é um serviço público tutelado - desde 2008 - pela Direção Geral dos Assuntos Europeus do Ministério dos Negócios Estrangeiros, cujo principal objetivo consiste na divulgação de informações, em língua portuguesa, aos cidadãos sobre a UE. Atualmente, o CIEJD está sediado no Palácio Cova da Moura, em Lisboa, tendo a Dra. Regina Quelhas Lima como diretora e o Dr. Carlos Medeiros como coordenador da Unidade de Informação e Comunicação, que assumiu a orientação do estágio. A Diretora Geral dos Assuntos Europeus é a Embaixadora Cristina Moniz.

Fundado em 1994, na sequência da assinatura do protocolo de criação a 9 de maio e inaugurado oficialmente a 27 de março de 1995, o CIEJD tem como missão promover a divulgação de informações sobre a União Europeia, a formação de cidadãos em temas europeus e o apoio a iniciativas de terceiros relacionadas com questões europeias. A disponibilização de todos os conteúdos informativos do CIEJD é feita através do portal Eurocid (<https://eurocid.mne.gov.pt/>), gerido pelo próprio CIEJD.

Os objetivos do CIEJD consistem em: i) promover a igualdade de oportunidades no acesso à informação, ii) descentralizar as suas atividades a nível regional; iii) e incentivar a disseminação de informação e o debate sobre a UE junto de todos os cidadãos, nomeadamente, o público menos informado, jovens, estudantes, docentes, especialistas e investigadores de língua portuguesa. Estes objetivos são cumpridos através da contribuição do CIEJD para a implementação da política de informação e comunicação da União Europeia em Portugal; da divulgação e organização de programas de formação, ciclos de estudos, seminários, encontros e estágios centrados em temáticas europeias; da disseminação de processos de recrutamento nas instituições europeias; e do apoio aos candidatos interessados em integrar estas instituições.

Para além disso, desde 2020, que o CIEJD é o Ponto de Contacto Nacional da Iniciativa de Cidadania Europeia (ICE). Neste âmbito, o CIEJD garante o acesso à informação sobre as ICE em curso, promove o envolvimento dos cidadãos e incentiva a apresentação de novas propostas de modificação legislativa em áreas sob a responsabilidade da Comissão Europeia. O CIEJD continua a promover a disseminação

de conhecimento sobre este instrumento, investindo no desenvolvimento de conteúdos digitais e na atualização constante de informações, com particular destaque para a participação a nível nacional (Centro de Informação Europeia Jacques Delors, 2025).

1.2 Objetivos do estágio

O objetivo principal do estágio no CIEJD, definido em articulação com o Dr. Carlos Medeiros, consistiu na elaboração, construção e publicação de um dossiê informativo sobre as migrações na União Europeia, que passou a constituir o conjunto de informações disponíveis no portal Eurocid. Por sua vez, o estágio e o presente relatório foram realizados com a finalidade de concluir a componente não letiva do Mestrado em Migrações, Inter-etnicidades e Transnacionalismo.

Os objetivos do estágio consistiram na: i) pesquisa em fontes oficiais da União Europeia e de Portugal, ii) elaboração, atualização e publicação de um dossiê informativo sobre as migrações na UE – que está disponível no portal Eurocid, com uma nova abordagem de como a migração é conceptualizada e gerida pela UE; iii) e elaboração de um relatório final que integra uma reflexão crítica das atividades desenvolvidas durante o estágio curricular, bem como dos contributos da imigração para a sustentabilidade demográfica na União Europeia e em Portugal.

Em termos pessoais, a opção pelo estágio curricular possibilitou-me aplicar e consolidar os conhecimentos teóricos adquiridos no primeiro ano de mestrado, através das atividades realizadas no CIEJD. Esta experiência revelou-se extremamente enriquecedora, ao permitir-me desenvolver competências práticas de investigação e comunicação na área das migrações numa perspetiva europeia. Para além disso, constituiu uma oportunidade única de contacto direto com o funcionamento de uma entidade institucional europeia, permitindo-me articular a teoria com a prática de forma concreta, algo que me motivou durante o estágio.

1.3 Descrição das tarefas realizadas

O trabalho que realizei foi de natureza exploratória, incluindo pesquisas, com recurso à análise documental de fontes oficiais da União Europeia e do governo português, sobre os conteúdos incluídos no dossiê das migrações na UE, sendo a informação recolhida organizada, redigida e introduzida para publicação no portal Eurocid. O estágio teve a duração de seis meses, de 15 de outubro de 2024 a 15 de abril de 2025, totalizando as 800 horas previstas no regulamento da NOVA FCSH para um

estágio curricular de um mestrado de 4 semestres, que foram cumpridas com um horário semanal no período da manhã, de segunda a sexta-feira, das 09 às 13 horas.

O CIEJD já havia trabalhado esta temática em 2017 e 2022; porém, devido à constante evolução dos acontecimentos na área das migrações e das políticas migratórias, o conteúdo previamente produzido e disponibilizado no portal Eurocid necessitava ser atualizado. Durante o estágio, e com a finalidade de reformular e atualizar o dossiê das migrações na União Europeia, realizei um conjunto de atividades que passo a descrever de forma cronológica.

Durante a primeira semana de estágio, o meu trabalho centrou-se no contacto com o estilo de escrita institucional e na familiarização das normas de funcionamento do CIEJD. Simultaneamente, e ao longo da semana seguinte, dediquei-me à análise de informações nos *sites* da UE, sendo esta etapa fundamental para elaborar uma proposta de reformulação do dossiê, permitindo-me identificar os conteúdos a atualizar e o tipo de informação a adicionar. Posteriormente, apresentei essa proposta à diretora do CIEJD e ao meu orientador de estágio.

Nos meses seguintes, dediquei-me à pesquisa e redação dos artigos que compunham o dossiê “[As Migrações na União Europeia](#)” (Anexo 1), com o objetivo de atualizar todos os conteúdos com dados, cartografia e informações mais recentes.

Para além do trabalho de atualização em todos os artigos, realizei alterações profundas em vários conteúdos que já integravam o dossiê. No artigo “[Cronologias](#)” (Anexo 2), reestruturei o artigo original, criando ligações para cronologias disponibilizadas por entidades europeias que datam os principais momentos na evolução da política migratória na UE. No artigo “[Glossários](#)” (Anexo 3), foram adicionadas mais palavras (Eurodac, Gestão de Fronteiras, Liberdade de Circulação e Reagrupamento Familiar) e inseridos mais glossários de fontes europeias e internacionais relacionados com as migrações, através de ligações e a introdução de documentos oficiais. Adicionalmente, procedi à alteração da estrutura de visualização do artigo “[Publicações e Recursos Pedagógicos](#)” (Anexo 4), com a inclusão de uma nova ligação para a Infoeuropa que remete para publicações da biblioteca digital do CIEJD. No artigo “[Rotas migratórias de entrada na Europa](#)” (Anexo 5), para além de ter atualizado a informação previamente disponibilizada com dados e informação mais recentes, substituí a cartografia existente por uma mais atual disponibilizada pela Frontex e incluí uma nova rota migratória, a rota do Canal da Mancha. Para além disso, inseri novas informações no

artigo “[Integração de cidadãos nacionais de países terceiros](#)” (Anexo 6), nomeadamente as políticas e ações implementadas pelo governo português e autarquias locais para a promoção da integração de migrantes na sociedade portuguesa.

Concluída a atualização dos conteúdos existentes, em dezembro de 2024, iniciei a criação de um novo dossiê no portal Eurocid, que incluiu a introdução e edição de todos os artigos que integravam o dossiê, sendo este processo realizado em formato *backoffice*, ou seja, não visível ao público.

Adicionalmente, reorganizei a estrutura de visualização do dossiê, de maneira a integrar os conteúdos numa página principal com dois níveis de informação: o primeiro com informações gerais, diretamente visíveis; e o segundo, mais detalhado, acessível através de ligações que direcionam para páginas complementares dentro do portal Eurocid.

Tendo redigido e incluído os artigos de base que já integravam o dossiê, o ano de 2025 começou com a redação e inclusão de novos artigos. Na secção «Políticas europeias e nacionais de resposta ao desafio da migração» elaborei o artigo “[Pacto em Matéria de Migração e Asilo](#)” (Anexo 7), no qual analisei as regras, objetivos, regulamentos e propostas legislativas que integram o Novo Pacto, adotado em maio de 2024, para possibilitar uma compreensão abrangente da gestão das migrações na UE. Posteriormente, redigi o artigo “[Política de Vistos](#)” (Anexo 8), também integrado na secção «Políticas europeias em resposta ao desafio da migração», onde explorei as diretivas e regulamentos da UE, assim como a legislação portuguesa aplicável, com a finalidade de apresentar uma visão geral das políticas de entrada e mobilidade de cidadãos estrangeiros. Adicionalmente, na secção «Fluxos Migratórios em Portugal», criei o artigo “[Contributos dos migrantes na sustentabilidade demográfica e económica de Portugal](#)” (Anexo 9), que analisa os contributos dos migrantes na demografia e economia do país.

Para complementar o dossiê com informações relevantes e promover o conhecimento na área das migrações, adicionei três novos artigos: “[Eurobarómetro sobre a integração de migrantes na UE](#)” (Anexo 10), em que são apresentados os resultados do inquérito que retrata a opinião pública europeia e nacional sobre a integração dos migrantes em 2022; “[Estatísticas](#)” (Anexo 11), que disponibiliza um conjunto de hiperligações para as principais entidades internacionais, europeias e nacionais que facultam dados estatísticos sobre os fluxos migratórios na UE e em Portugal; e “[Think](#)

[tanks](#)” (Anexo 12), que dispõe de hiperligações para centros de investigação e grupos de reflexão europeus que se dedicam a estudos sobre as migrações.

Por fim, as últimas semanas do estágio foram dedicadas à revisão e retificação do conteúdo já inserido no portal, e à introdução da secção de «Destaques» que inclui notícias sobre as migrações no contexto europeu.

1.4 Condicionalismos metodológicos

Ao longo da elaboração do dossiê, identifiquei uma limitação associada à utilização exclusiva de fontes oficiais do governo português e da União Europeia. Esta limitação foi previamente reconhecida e aceite, devido ao facto do CIEJD ser uma entidade integrada na Direção Geral dos Assuntos Europeus do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Ao compreender que a dimensão demográfica relacionada com o envelhecimento da população europeia e a migração internacional de reformados é pouco abordada nos *sites* oficiais da União Europeia, decidi dedicar este relatório à análise destas problemáticas, uma vez que esta dimensão – envelhecimento demográfico e MIR - não integra os conteúdos do dossiê disponível no portal Eurocid.

2. Metodologia

A investigação desenvolvida no presente relatório de estágio visa analisar e caracterizar os fenómenos de envelhecimento demográfico e da migração internacional de reformados na União Europeia e em Portugal. A análise e caracterização destes dois fenómenos, a diferentes escalas – europeia, nacional e regional –, envolveu a recolha e tratamento de dados estatísticos de diferentes fontes.

A nível europeu, a recolha foi feita no portal EUROSTAT, utilizando a Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos de nível 2 (NUTS 2). Por sua vez, a nível nacional, os dados foram recolhidos no portal do Instituto Nacional de Estatística (INE), com base na Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos de nível 3 (NUTS 3).

Os dados utilizados correspondem aos recenseamentos gerais da população de 2011 e 2021. É importante salientar que a presente investigação, relacionada com a migração internacional de reformados, se centra exclusivamente na população de naturalidade estrangeira, pelo que os dados se referem especificamente à naturalidade dos

cidadãos residentes na UE e em Portugal. Esta opção metodológica permite delimitar com maior rigor o fenómeno da MIR e analisar o seu contributo específico para a intensificação do envelhecimento demográfico na UE e em Portugal, distinguindo-o de dinâmicas próprias do regresso de nacionais, que apresentam características distintas.

Num segundo momento, foi realizada a representação cartográfica através do software ArcGIS PRO, com o objetivo de identificar padrões territoriais dos dois fenómenos em estudo. A representação cartográfica resultou de um conjunto de procedimentos, entre os quais: i) a recolha de dados estatísticos dos portais do EUROSTAT e do INE; ii) o tratamento dos dados estatísticos no software Excel; iii) a compatibilização das bases de dados para uniformizar a informação e permitir a sua utilização no ArcGIS PRO (este procedimento foi particularmente demorado, sobretudo ao nível da UE, devido ao elevado número de regiões europeias); iv) e a análise detalhada para identificar as regiões sem dados estatísticos, representando-as nos mapas como “no data”. De salientar que todos estes processos foram fundamentais para garantir que os mapas refletissem com precisão a realidade dos fenómenos em estudo à escala europeia e portuguesa.

3. Dinâmicas e Padrões do Envelhecimento Demográfico na União Europeia

3.1 Envelhecimento demográfico na UE

O envelhecimento demográfico, juntamente com o crescimento populacional, urbanização e migração internacional, é uma das quatro “megatendências” que definem a dinâmica da população global contemporânea (United Nations, 2020). Este fenómeno tem-se destacado como uma das questões centrais e mais debatidas no âmbito do desenvolvimento da população nas últimas décadas (Lutz, 2009; Sanderson & Scherbov, 2007), sendo uma característica das sociedades desenvolvidas e, até ao final deste século, uma realidade global (Coleman, 2001).

O envelhecimento da população, para além de ser umas das características mais importantes da conjuntura demográfica a nível mundial (Claval, 2007), é um processo inevitável, dado que a população mundial está a envelhecer progressivamente, o que requer que o mundo se adapte às necessidades resultantes deste fenómeno (Coleman, 2001). De acordo com as United Nations (2002), o envelhecimento demográfico é definido pelo aumento da proporção de idosos em relação à restante população. A

definição de idoso apresenta variações na literatura científica, contudo a maioria dos estudos adota o conceito proposto pela Organização Mundial de Saúde. Segundo a World Health Organization (2008), os idosos são aqueles com idade igual ou superior a 65 anos, sendo que a organização distingue, ainda, a categoria de idosos mais velhos, que abrange indivíduos com mais de 85 anos.

De acordo com Kalibová (2001), o envelhecimento da população resulta das alterações demográficas que modificam a proporção entre a população jovem e idosa, podendo ser identificados dois tipos de envelhecimento: o envelhecimento na base da pirâmide etária, que decorre da diminuição dos níveis de fecundidade; e o envelhecimento no topo da pirâmide etária, que resulta do aumento da esperança de vida. Estes dois tipos de envelhecimento podem ocorrer de forma isolada ou simultânea, configurando o fenómeno de duplo envelhecimento demográfico.

Numa perspetiva complementar, Dumont (2006) identifica quatro fatores que impulsionam o envelhecimento: a fecundidade, que determina a proporção de jovens numa população; a longevidade, que estabelece o número de idosos; a composição por idade dos fluxos migratórios, que pode minorar ou agravar o envelhecimento, consoante as suas características; e a herança de evolução do passado, associada a eventos históricos que podem moldar a evolução futura da população. Tendo em consideração que estes elementos não são independentes, o autor defende que a sua combinação é crucial para uma compreensão completa do fenómeno de envelhecimento.

No século XXI, o envelhecimento da população é um dos desafios mais prementes para a União Europeia (Długosz & Kurek, 2006; Fričová & Matěja, 2016). Este tema possui um lugar central na agenda e debate político da UE (Ghio et al., 2022), dada a importância do envelhecimento para a sustentabilidade demográfica e para os sistemas de segurança social europeus, bem como pelo facto de a Europa ser a macrorregião mais envelhecida do mundo (Kalibová et al., 2009).

Na Europa, a evolução demográfica pós-*baby boom* é marcada por um envelhecimento populacional acelerado, que decorre da saída das coortes relativamente numerosas do *baby-boom*¹ das faixas etárias em idade ativa e de níveis de fecundidade inferiores ao limiar necessário para garantir a reposição das gerações. A conjugação

¹ O *baby-boom* na Europa foi um fenómeno que ocorreu em vários países após a Segunda Guerra Mundial, sobretudo entre meados da década de 1940 e o início da década de 1970, caracterizado por um aumento significativo das taxas de fecundidade (Monnier, 2007; Van Bavel & Reher, 2013).

destes dois fatores impede a formação de coortes sucessivas de dimensão equivalente, contribuindo para o envelhecimento progressivo da população (R. Lee, 2003).

O envelhecimento demográfico na União Europeia está associado à transição demográfica - isto é, ao conjunto de processos que alteram uma sociedade caracterizada por elevadas taxas de fecundidade e mortalidade para outra marcada por taxas de fecundidade e mortalidade mais reduzidas (Gavrilov & Heuveline, 2003; Mirkin & Weinberger, 2001; Reher, 2004; Skirbekk et al., 2015) e é o resultado da conjugação da diminuição da fecundidade e do aumento da esperança de vida que, em conjunto, influenciam a dinâmica demográfica europeia (Warnes, 1993a). Na Europa, a transição demográfica decorreu entre o início do século XIX e o final do século XX, sendo a França considerada o primeiro país a iniciar esse processo (Skirbekk et al., 2015).

O conceito de uma transição de elevadas para reduzidas taxas de natalidade e mortalidade, acompanhada por um crescimento populacional intercalar, foi introduzido por Thompson (1929). Com base na análise de dados de vários países, entre 1908 e 1927, o autor classificou os países em três grupos, de acordo com os seus padrões de crescimento demográfico: o grupo A, constituído pelo Norte da Europa, Europa Ocidental e Estados Unidos da América – onde o crescimento populacional já se encontrava em declínio; o grupo B, composto pela Itália, Espanha e países eslavos da Europa Central, onde a natalidade e, sobretudo, a mortalidade começavam a diminuir; e o grupo C, formado pelos restantes países do mundo, onde não havia indícios de redução da mortalidade e/ou natalidade (Ribeiro, 2023). Em seguida, Adolphe Landry, em 1934, introduziu o conceito de regime demográfico que antecede a teoria da transição demográfica (Landry, 2020). Posteriormente, Notestein (1945) reformulou a tipologia proposta por Thompson (1929) e desenvolveu a teoria da transição demográfica (Diggs, 2008), ao identificar transformações progressivamente consistentes nos ritmos de mortalidade e fecundidade europeus (Ribeiro, 2023), promovidos pelas mudanças das conjunturas económicas e sociais associadas ao processo de modernização.

A teoria da transição demográfica sugere que todos os países já atravessaram, ou irão atravessar, pelo menos quatro fases de evolução demográfica (Ribeiro, 2023). A primeira fase, conhecida como pré-transição e que predominou na Europa até ao final do século XVIII, é caracterizada por elevadas taxas de mortalidade e fecundidade, mas com um crescimento natural da população relativamente baixo. A segunda fase – que coincidiu com a Revolução Industrial europeia – é marcada pela redução da mortalidade, sobretudo

a infantil, devido à melhoria das condições de vida, aos avanços na medicina e ao aumento da produção agrícola. Embora a fecundidade ainda permaneça elevada, o número de nascimentos é superior ao número de óbitos, o que resultou num crescimento natural da população significativo. Por sua vez, a terceira fase – que teve início no final do século XIX na Europa - é definida pela diminuição da fecundidade, em função do acesso a métodos contraceptivos, do aumento do nível de escolaridade e da emancipação feminina, que levou à desaceleração do ritmo de crescimento populacional. A quarta fase – que predominou na Europa ao longo do século XX - é marcada por um novo equilíbrio demográfico, com baixas taxas de fecundidade e mortalidade, que resultaram num crescimento natural reduzido e num envelhecimento populacional elevado (Ribeiro, 2023). De salientar que de acordo com Chesnais (1986), o surgimento destas fases apresentou grandes variações entre as regiões, dando origem a transições em diferentes épocas e com ritmos variados, o que levou o autor a defender que “não existe um modelo único de transição demográfica, mas, pelo contrário uma surpreendente diversidade de situações” (p.52).

Em paralelo, Lesthaeghe & Van de Kaa (1986), devido à acentuada redução da fecundidade observada em vários países, propõem o conceito de uma segunda transição demográfica, caracterizada por baixos níveis de fecundidade que não garantem a substituição das gerações. Na ausência de saldos migratórios positivos, esta dinâmica reflete-se num crescimento natural negativo (Ribeiro, 2023), que provoca o declínio e envelhecimento da população (Lesthaeghe, 2014).

A transição demográfica representa, assim, um conjunto de transformações no comportamento das sociedades, que ocorrem à medida que estas evoluem de um modelo pré-industrial para um sistema fortemente desenvolvido e modernizado (Coale, 1984). Inicialmente, formulada para os países de elevado rendimento, a teoria foi rapidamente generalizada, uma vez que todos os países podiam ser enquadrados numa das suas etapas (Ribeiro, 2023). Contudo, importa salientar que o início e o ritmo da transição demográfica diferem entre regiões e países, o que reflete as diferenças na temporalidade dos acontecimentos e nos fatores que impulsionaram a transição, sendo os seus processos subjacentes relacionados com os avanços científicos e tecnológicos, as dinâmicas económicas, as mudanças culturais, e as transformações sociais e políticas (Willekens, 2014). De acordo com Ribeiro (2023), a modernização - que envolve o “aumento do nível de vida, urbanização, industrialização, automação e melhoria nas infraestruturas de saúde

pública” (p.31) - é considerada o fator impulsionador da transição demográfica, transformando-a de uma simples descrição de eventos numa teoria universal.

Na União Europeia, o envelhecimento da população é um fenómeno de longo prazo, em evidência na Europa há várias décadas, refletindo-se na redução da fecundidade e da proporção de indivíduos em idade ativa (Nicolini & Roig, 2024), acompanhada por um aumento do número de idosos (Eurostat, 2024a). A diminuição da fecundidade, representada na redução de 2,9 milhões de nascimentos (44,9%) entre 1961 e 2023 (Eurostat, 2023a), bem como o facto de a UE registar, em 2023, um índice sintético de fecundidade (ISF) de 1,38 e de nenhum Estado-Membro (EM) apresentar um ISF igual ou superior a 2,1 (limiar necessário para garantir a substituição das gerações) (Eurostat, 2023b) intensificam a atual conjuntura demográfica europeia. Por sua vez, o aumento da esperança de vida, decorrente da redução dos níveis de mortalidade, é um comportamento comum em todos os países desenvolvidos (Dortier, 2006) e reflete as melhorias sociais, económicas e de saúde (United Nations, 2020) que possibilita que um maior número de pessoas alcance idades mais avançadas e desfrute de uma maior longevidade (Hrzic & Vogt, 2024). De salientar que Preston et al. (1989) defendem que a redução dos níveis de mortalidade, em função do aumento da esperança de vida, é o principal motivo responsável pelo envelhecimento dos países.

O envelhecimento demográfico representa, assim, um marco de progresso humano e é uma das principais particularidades das sociedades contemporâneas, sendo a UE abrangida igualmente por este padrão, que irá permanecer nas próximas décadas, enquanto a geração do *baby-boom* do pós-guerra atinge a idade de reforma (Eurostat, 2024a).

Apesar da população na UE ter aumentado desde a sua criação, registando um acréscimo de 94,7 milhões de habitantes (354,5 milhões em 1960² para 449,2 milhões em 2024) (Eurostat, 2024d), o ritmo de crescimento demográfico tem vindo a abrandar, em função do declínio da fecundidade. É expectável que a população europeia diminua progressivamente a partir de 2030; no entanto, estas projeções não se aplicam de igual modo a todos os Estados-Membros (EM), prevendo-se que os EM localizados no Sul e no Leste Europeu registem perdas demográficas antes de 2030 (European Commission, 2023).

² Englobando os atuais 27 Estados-Membros (UE-27).

Neste contexto, a UE, para além de registar um abrandamento no ritmo de crescimento da população (Rees et al., 2012), enfrenta um dos maiores desafios demográficos do século XXI: o acelerado ritmo de envelhecimento populacional (Lutz, 2009).

As projeções demográficas preveem um claro cenário de envelhecimento demográfico em todos os EM (M. I. Costa, 2022), sendo expectável que em 2070 30% da população na UE-27 tenha mais de 64 anos e o índice de sustentabilidade potencial seja de 59%, representando um incremento de 25 idosos por cada 100 europeus em idade ativa face a 2024, o que demonstra um padrão crescente de dependência da população idosa no futuro (Długosz, 2011; Eurostat, 2024a). Para além disso, as projeções indicam que o envelhecimento da população na UE tenderá a intensificar-se nos próximos anos, com um crescimento significativo no número e na proporção de idosos. Em 2050, é expectável que mais de dois terços dos EM registem um índice de dependência dos idosos (IDI) superior a 50%, isto é, com menos de duas pessoas em idade ativa por cada pessoa com mais de 64 anos. Prevê-se, também, que em sete EM o IDI seja de, pelo menos 60%, com valores mais elevados estimados para os países do Sul da Europa – Portugal (68,8%), Grécia (68,1%) e Itália (66,5%) (Eurostat, 2024a). Paralelamente, um sinal de que a população europeia está a envelhecer rapidamente é o facto de a idade média na UE ter aumentado de 38,4 para 44,7 anos entre 2000 e 2024 (Eurostat, 2024b). Até 2050, estima-se que a idade média na UE-27 seja de 48,2 anos (European Parliamentary Research Service, 2022), o que representa um aumento adicional de 3,5 anos.

No entanto, o envelhecimento da população europeia, apesar de ser considerado o principal desafio demográfico dos países e regiões europeias (Kashnitsky et al., 2017), não apresenta o mesmo padrão territorial em toda a UE, existindo EM, nomeadamente na Europa do Sul e na Europa Central, que apresentam níveis de envelhecimento populacional mais elevados (Eurostat, 2020).

A dimensão dos indicadores de envelhecimento da população, bem como a tendência da sua evolução demonstram que o envelhecimento está a intensificar-se e constitui um processo irreversível (Nossa, 2014), sendo por isso crucial desenvolver soluções que, se não forem capazes de reverter, consigam minorar as tendências observadas (Długosz, 2011).

Na procura de soluções para minorar os impactos do envelhecimento da população, alguns autores identificaram a imigração como uma medida capaz de enfrentar

as consequências do envelhecimento. Espenshade et al. (1982) e Pollard (1973) constataram que, em certos contextos, a imigração pode contribuir para uma população estacionária com uma estrutura etária equilibrada. No contexto de baixos níveis de fecundidade e de envelhecimento demográfico, Blay & Alberich (2023) defendem que a migração internacional possui um papel fundamental na dinâmica da população, dado que os imigrantes contribuem para minorar, a curto e médio prazo, os processos de declínio e envelhecimento populacional através da introdução de população, por norma mais jovem e em idade ativa (Długosz & Kurek, 2006; Pekkala Kerr & Kerr, 2011), nas estruturas demográficas dos países europeus (Gavrilov & Heuveline, 2003). No entanto, apesar de a migração possuir um contributo relevante na população – no seu conjunto global e na população em idade ativa –, a população na UE continuará a envelhecer (Potančoková et al., 2021), dado que os impactos económicos, sociais e culturais decorrentes do envelhecimento demográfico só poderão ser atenuados de forma parcial pela imigração (Birmingham, 2001). Consequentemente, Diaconu (2015) defende que os contributos dos fluxos migratórios na estrutura etária da população europeia são muito limitados e a preservação de determinados parâmetros da estrutura demográfica das populações exigiria um elevado número de imigrantes (Feld, 2000; Saczuk, 2003).

Por sua vez, Coleman (2001) defende que não existem soluções definitivas para o envelhecimento demográfico. A imigração, apesar de ser frequentemente considerada uma possível resposta para minorar os impactos do envelhecimento não é capaz de resolver integralmente os problemas associados ao mesmo, uma vez que para conseguir um impacto significativo seriam necessárias “taxas de imigração tão elevadas que gerariam taxas de crescimento populacional insustentáveis do ponto de vista económico e social” (Coleman, 2001, p. 3).

Por outro lado, importa salientar que a migração internacional - consoante as características dos seus fluxos – pode minorar ou, em alguns casos, agravar o envelhecimento. Nos últimos anos, a migração internacional de reformados - fluxo em crescimento em algumas regiões da UE (Casado-Díaz et al., 2004) - tem contribuído para melhorar o saldo migratório dos EM, mas simultaneamente intensifica o processo de envelhecimento demográfico, devido à composição dos seus fluxos migratórios (Eurostat, 2024a; Gavrilov & Heuveline, 2003).

Apesar de a migração de reformados ter pouca representatividade no seu conjunto global possui impactos significativos à escala regional e local dos EM da União Europeia, criando diferentes padrões e configurações espaciais no território europeu.

3.2 Padrões territoriais de envelhecimento demográfico nos Estados-Membros da UE

O envelhecimento demográfico europeu apresenta uma dinâmica contínua e de longa duração, com impactos variáveis em todos os Estados-Membros. Este é um fenómeno complexo e multidimensional, influenciado por vários fatores como as dinâmicas demográficas e socioeconómicas, os sistemas de saúde pública, as políticas públicas relacionadas com a família e a migração, bem como as condições políticas (Rees et al., 2012). Estas variáveis contribuem para a criação de diferenças nos padrões de envelhecimento tanto entre os EM (Diaconu, 2015) como entre as regiões europeias (Gregory & Patuelli, 2015), devido à existência de diferentes comportamentos demográficos e espaciais (Ghio et al., 2022).

Neste contexto, torna-se crucial analisar este fenómeno numa perspetiva regional, com a finalidade de obter uma compreensão detalhada sobre o envelhecimento demográfico na UE (Šídlo et al., 2019).

A União Europeia, entre 2011 e 2021, registou um acréscimo de 14 996 712 residentes com mais de 64 anos – o que representa um aumento de 13,2%. Este incremento contrasta com a redução de 1,3% da população jovem e de 2,8% da população em idade ativa (Eurostat, 2011b, 2021b), o que reforça a crescente importância do envelhecimento demográfico como desafio estrutural de longo prazo na UE.

Em 2011, das 242 regiões europeias, 106 regiões (44%) apresentavam uma proporção de população idosa inferior à média europeia (18%), enquanto em apenas 4 regiões (2%) a população com mais de 64 anos era superior a 24%, com destaque para a Ligúria (Itália)³ e as regiões alemãs de Chemnitz, Dresden e Sachsen-Anhalt, que registavam as proporções mais elevadas de população com mais de 64 anos, com 27,0%, 26,2%, 24,7% e 24,4%, respetivamente. Este cenário já indicava uma concentração do envelhecimento em determinadas áreas do Sul e da Europa Central. Por sua vez, em 2021 a tendência de envelhecimento populacional intensificou-se, na qual mais de um quinto da população europeia tem 65 ou mais anos, refletindo uma realidade demográfica

³ No anexo 13, consta o mapa com as regiões europeias mencionadas no corpo do texto.

comum à maioria das regiões. As regiões com mais de 24% de população com mais de 64 anos aumentaram consideravelmente (para 43 regiões, 18%), enquanto que as regiões com proporções inferiores a 18% diminuíram (para 36 regiões, 15%). As regiões com as maiores percentagens de idosos, em 2021, são Limousin (França), Sachsen-Anhalt (Alemanha), Ipeiros (Grécia), e Ligúria (Itália), com 29,7%, 28,7%, 27,8% e 27,4%, respetivamente – o que reforça a consolidação do envelhecimento demográfico como uma característica estrutural dos territórios europeus, particularmente das regiões do sul e centro-europeias (Figura 1).

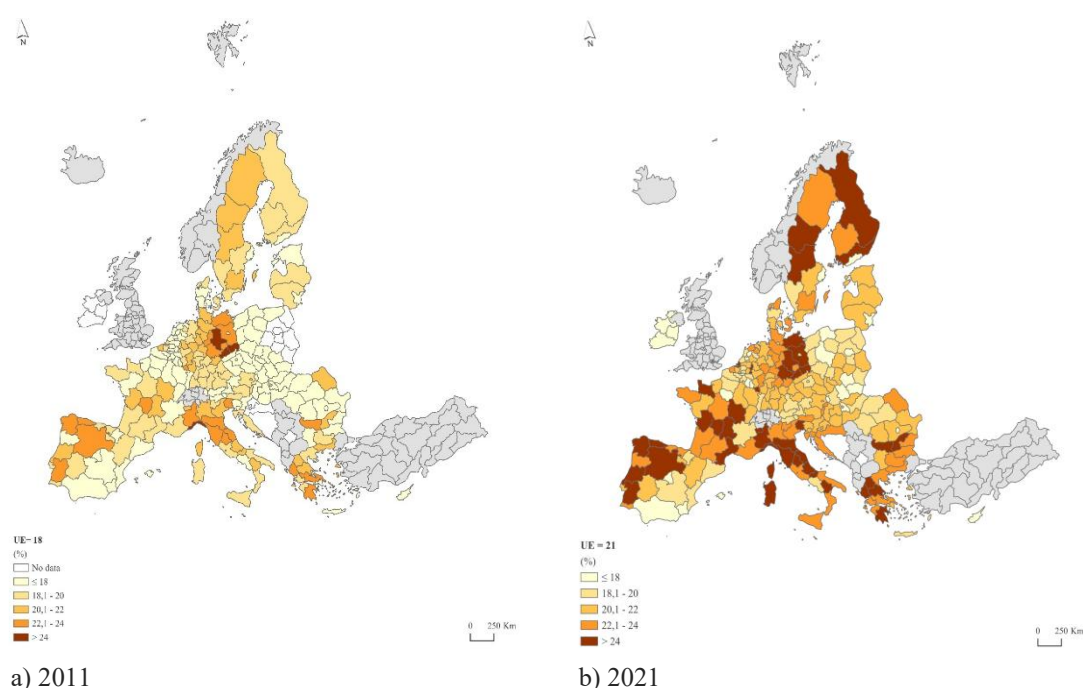


Figura 1 - a) Proporção de população com idade igual ou superior a 65 anos, União Europeia, 2011; b) Proporção de população com idade igual ou superior a 65 anos, União Europeia, 2021

Fonte: Eurostat, Censos 2011 e 2021| Fonte Cartográfica: Geographical Information System of the Commission (GISCO)

A variação relativa da percentagem de população residente com mais de 64 anos, entre 2011 e 2021, revela um quadro de envelhecimento demográfico praticamente transversal na UE. Neste contexto, a proporção de indivíduos com 65 ou mais anos aumentou na maioria das regiões europeias (221 regiões, 91%), durante o período em análise. Em oposição, as únicas exceções a esta tendência foram as regiões de Voreio Aigaio (Grécia), Région de Bruxelles-Capitale/ Brussels Hoofdstedelijk Gewest (Bélgica), Wien (Áustria) e as cidades alemãs de Hamburgo, Leipzig e Berlim, onde se observou uma redução na percentagem da população com mais de 64 anos. De salientar

que as regiões da Polónia apresentam os aumentos percentuais mais elevados, sendo este fenómeno explicado pelo facto de estas regiões possuírem, em 2011, valores absolutos comparativamente mais baixos, o que resulta em variações mais elevadas em comparação com as restantes regiões europeias (Figura 2).

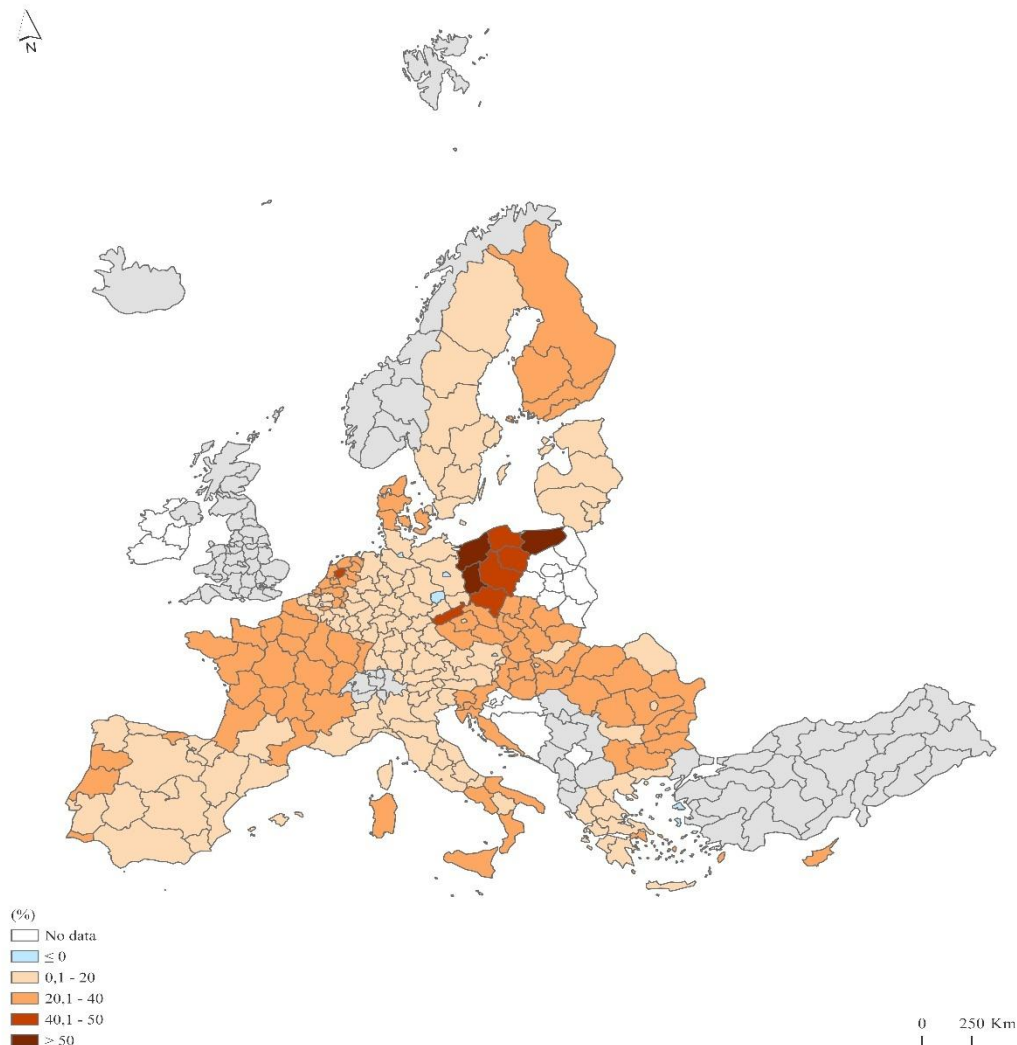


Figura 2 - Variação relativa da proporção de população com idade igual ou superior a 65 anos, União Europeia, entre 2011 e 2021

Fonte: Eurostat, Censos 2011 e 2021 | Fonte Cartográfica: Geographical Information System of the Commission (GISCO)

Em paralelo, a proporção de população com idade igual ou superior a 80 anos, também, indica um padrão de envelhecimento demográfico. Em 2011, das 242 regiões europeias, 113 regiões (47%) apresentavam uma proporção de população idosa com mais de 79 anos inferior à média europeia (5%) e somente em 3 regiões (1%) a população com

80 ou mais anos era superior a 8%, com as regiões de Ligúria (Itália), Limousin (França), e Castela e Leão (Espanha) a registarem as proporções mais elevadas de 8,6%, 8,2% e 8,0%, respetivamente. Em 2021, o cenário demográfico regional evidenciou uma progressiva alteração face a 2011, dado que as regiões com mais de 8% da população com mais de 79 anos aumentaram para 27 (11%) e as com menos de 5% da população acima dos 80 anos diminuíram para 74 (31%). As regiões europeias que registam maiores proporções de população idosa com idade igual ou superior a 80 anos, em 2021, são: Ligúria (Itália), Ipeiros (Grécia), Chemnitz (Alemanha), e Castela e Leão (Espanha), com 10,3%, 10,0%, 9,6% e 9,2%, respetivamente (Figura 3).

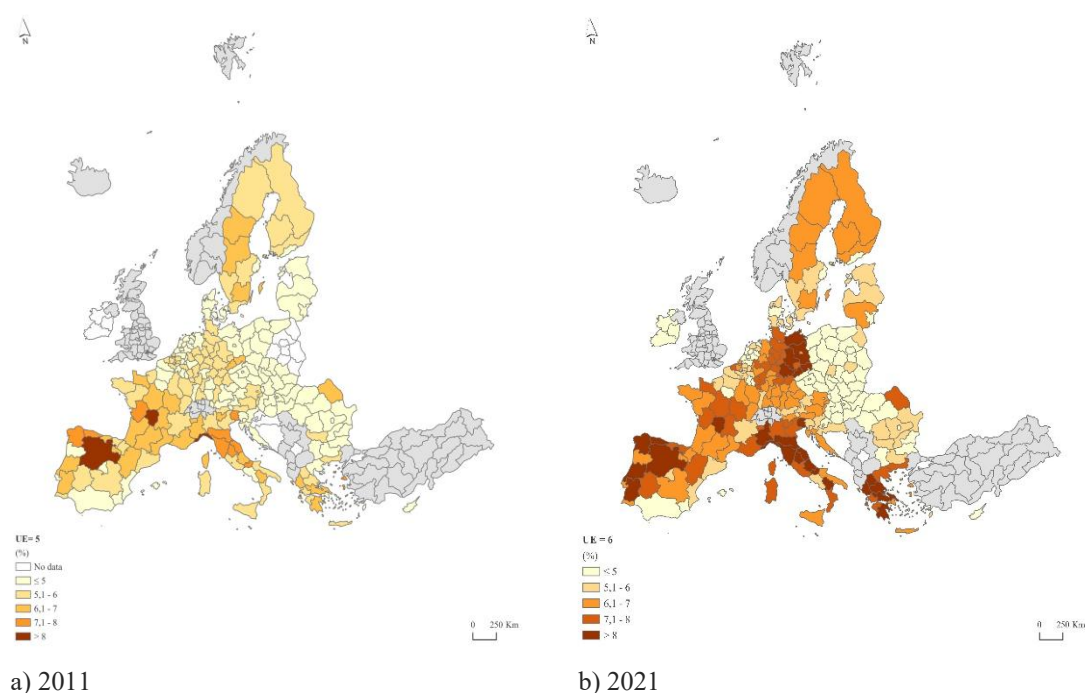


Figura 3 - a) Proporção de população com idade igual ou superior a 80 anos, União Europeia, 2011; b) Proporção de população com idade igual ou superior a 80 anos, União Europeia, 2021

Fonte: Eurostat, Censos 2011 e 2021| Fonte Cartográfica: Geographical Information System of the Commission (GISCO)

A proporção de indivíduos com mais de 79 anos, entre 2011 e 2021, aumentou na maioria das regiões europeias (218 regiões, 90%), exceto nas regiões de Région de Bruxelles-Capitale/ Brussels Hoofdstedelijk Gewest (Bélgica), Estocolmo, Sydsverige, Västsverige (Suécia), Wien (Áustria), Prov. Hainaut (Bélgica), Budapeste (Hungria), Praga (Chéquia) e Voreio Aigaio (Grécia), que registaram uma redução na proporção desta faixa etária (Figura 4).

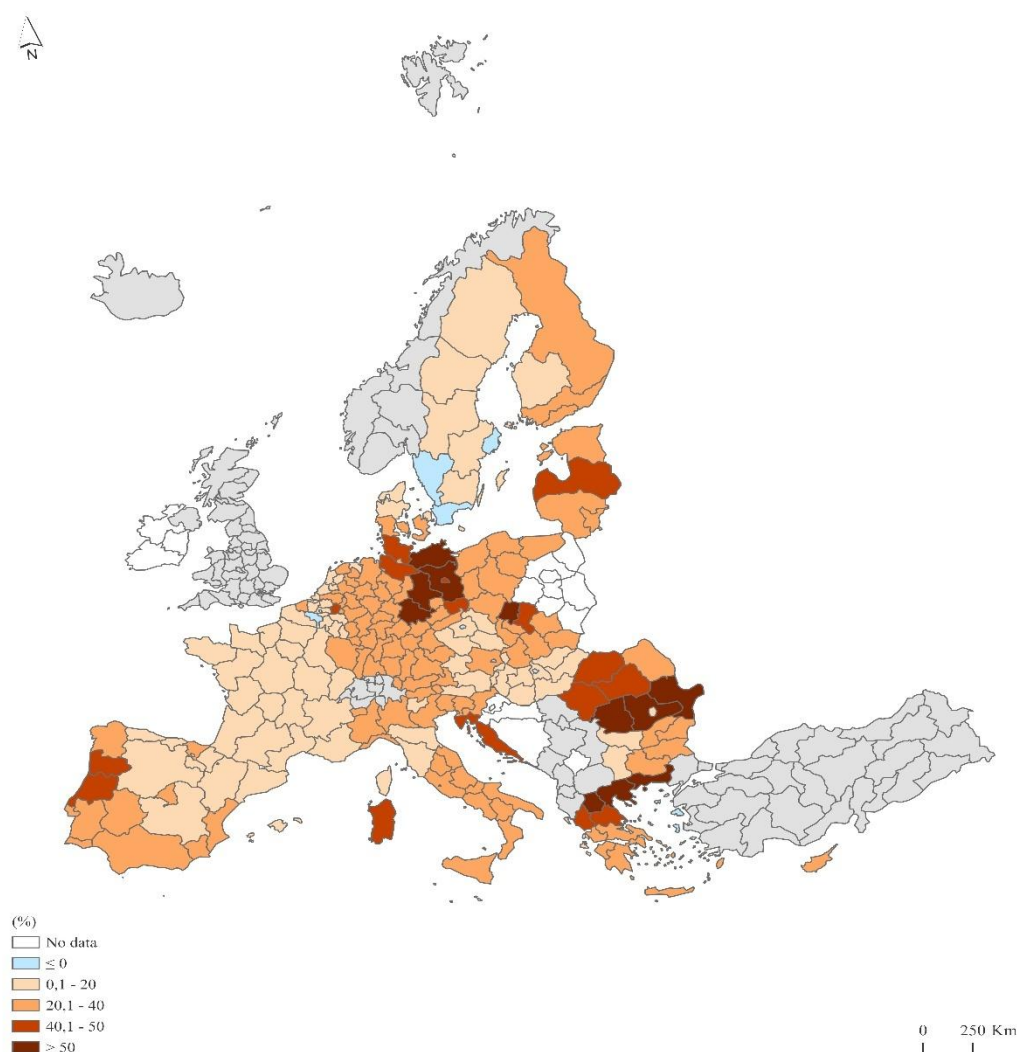


Figura 4 - Variação relativa da proporção de população com idade igual ou superior a 80 anos, União Europeia, entre 2011 e 2021

Fonte: Eurostat, Censos 2011 e 2021 | Fonte Cartográfica: Geographical Information System of the Commission (GISCO)

O índice de envelhecimento - isto é, a relação entre a população idosa (com mais de 64 anos) e a população jovem (com idades compreendidas entre os 0 e 14 anos), expresso em número de idosos por cada 100 jovens - reforça o cenário de envelhecimento demográfico europeu. Em 2011, 20 regiões europeias (8%) possuíam um índice de envelhecimento inferior a 80% e somente duas regiões: Chemnitz (Alemanha) e Ligúria (Itália) registavam um índice de envelhecimento superior a 230 (de 235 e 233, respetivamente). Em 2021, 77 regiões europeias (3%) registam um índice de envelhecimento inferior a 80, e 5 regiões – Ligúria (Itália), Principado de Astúrias

(Espanha), Chemnitz (Alemanha), Molise e Sardenha (Itália) registam um índice de envelhecimento superior a 230 (de 262, 251, 234, 233 e 232, respetivamente) (Figura 5).

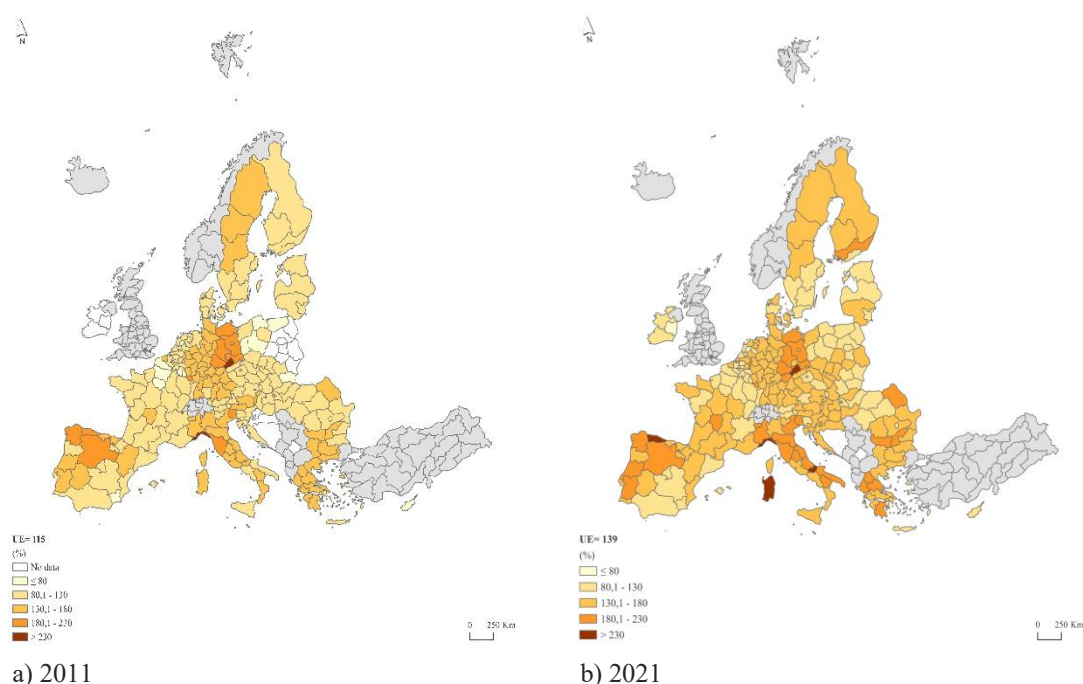


Figura 5 - a) Índice de Envelhecimento, União Europeia, 2011; b) Índice de envelhecimento, União Europeia, 2021

Fonte: Eurostat, Censos 2011 e 2021| Fonte Cartográfica: Geographical Information System of the Commission (GISCO)

A variação do índice de envelhecimento, entre 2011 e 2021, demonstra um claro aumento do envelhecimento da população na UE, dado que 210 regiões europeias (87%) registaram um aumento do índice de envelhecimento. No entanto, apesar da tendência de aumento, as regiões de Leipzig, Hamburgo, Berlim, Bremen, Dresden, Brandenburg, Sachsen-Anhalt, Düsseldorf, Chemnitz (Alemanha), Région de Bruxelles-Capitale/Brussels Hoofdstedelijk Gewest (Bélgica), Praga (Chéquia), Wien (Áustria), Bratislavský kraj (Eslováquia), București-Ilfov (Roménia), Sydsverige (Suécia) e Sostinès regionas (Lituânia) registaram uma diminuição do índice de envelhecimento, entre 2011 e 2021 (Figura 6).

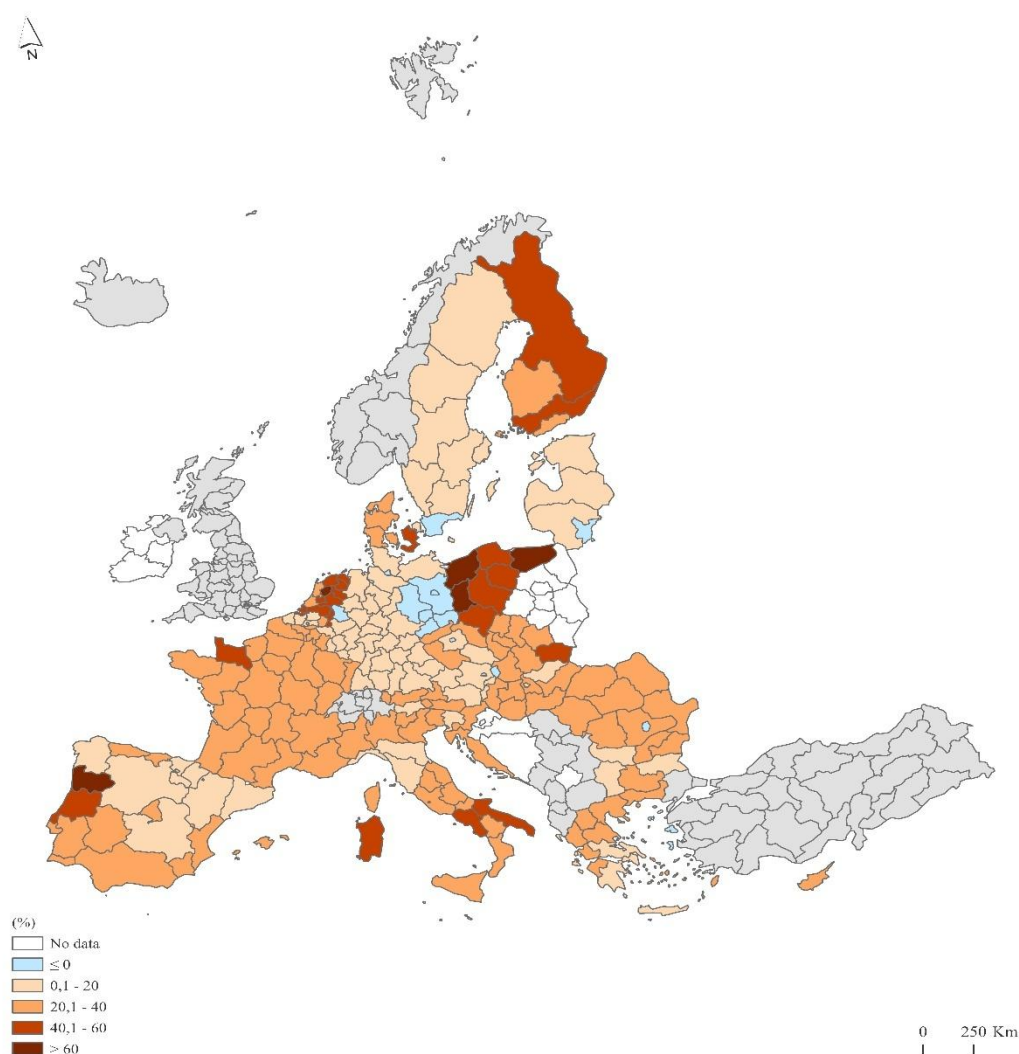


Figura 6 - Variação do índice de envelhecimento, União Europeia, entre 2011 e 2021

Fonte: Eurostat, Censos 2011 e 2021 | Fonte Cartográfica: Geographical Information System of the Commission (GISCO)

Paralelamente, o índice de dependência de idosos, que mede a relação entre a população idosa (65 ou mais anos) e a população em idade ativa (15 a 64 anos), também aumentou na União Europeia. Em 2011, das 242 regiões europeias, 105 (43%) possuíam um IDI inferior à média europeia (27%), sendo que apenas a região de Ligúria (Itália) registava um IDI superior a 42%. Por sua vez, em 2021, é possível verificar um claro aumento da dependência de idosos sobre a população em idade ativa, uma vez que 19 regiões (7%) registam um IDI superior a 42%, enquanto 35 regiões (15%) possuem IDI inferior a 27%. As regiões europeias que registam, em 2021, um IDI mais elevado são: Chemnitz (Alemanha), Ligúria (Itália), Limousin (França), Ipeiros (Grécia) e Sachsen-

Anhalt (Alemanha), com 51,4%, 47,6%, 47,0%, 46,6% e 45,6%, respetivamente (Figura 7).

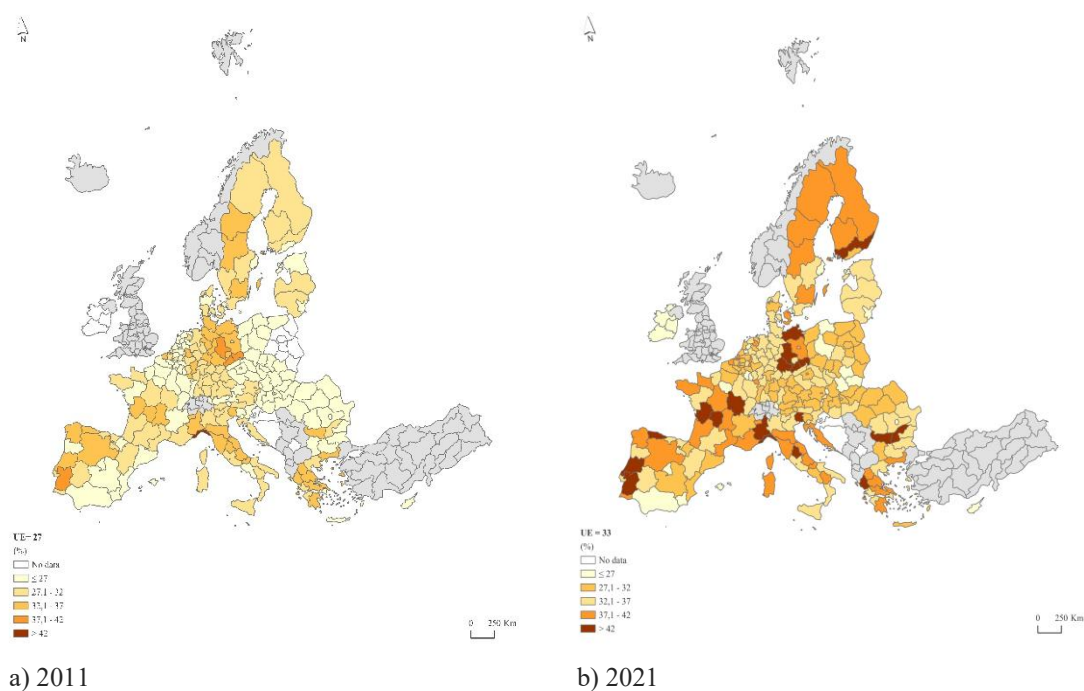


Figura 7 - a) Índice de dependência dos idosos, União Europeia, 2011; b) Índice de dependência dos idosos, União Europeia, 2021

Fonte: Eurostat, Censos 2011 e 2021 | Fonte Cartográfica: Geographical Information System of the Commission (GISCO)

Por sua vez, o índice de dependência dos idosos, entre 2011 e 2021, aumentou em 223 regiões europeias (92%), com exceção das regiões de Voreio Aigaio (Grécia), Région de Bruxelles-Capitale/ Brussels Hoofdstedelijk (Bélgica), Wien (Áustria) e Hamburgo (Alemanha) que registaram uma diminuição (Figura 8).

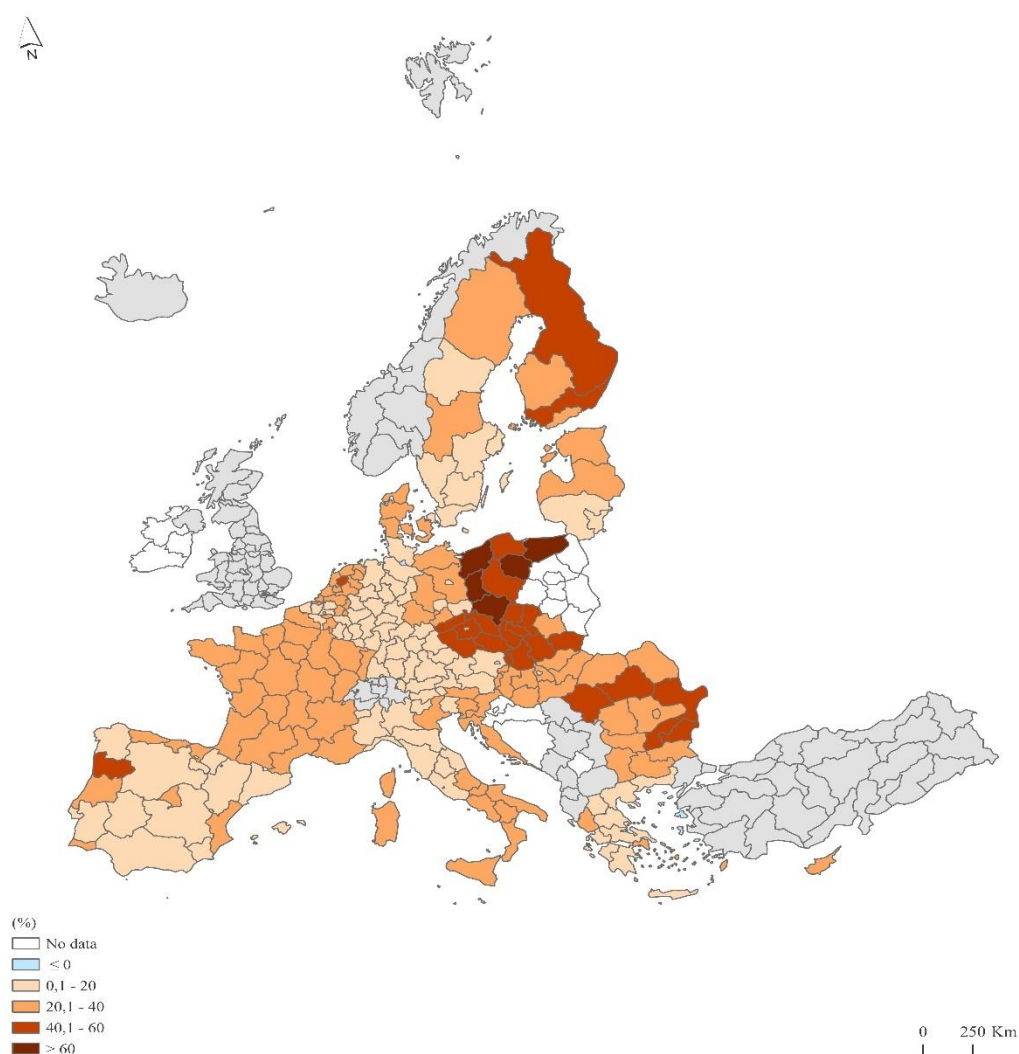


Figura 8 - Variação do índice de dependência de idosos, União Europeia, entre 2011 e 2021

Fonte: Eurostat, Censos 2011 e 2021 | Fonte Cartográfica: Geographical Information System of the Commission (GISCO)

Em suma, a análise comparativa dos indicadores de envelhecimento demográfico demonstra um claro cenário de envelhecimento na União Europeia, com uma distribuição espacial marcada por disparidades regionais e uma concentração de envelhecimento nas regiões do Sul e da Europa Central.

4. Migração de Reformados na União Europeia

4.1 Teorias da Migração

As teorias da migração criadas para entender os processos contemporâneos de migração internacional apresentam métodos causais que operam em diferentes níveis de análise (Massey et al., 1993). Dada a complexidade e diversidade da migração internacional, não é possível explicá-la de forma integral por uma única teoria, o que faz com que a teorização da migração permaneça fragmentada, dado que não existe uma teoria que reúna todos os aspetos ou que explique de forma completa os fluxos migratórios (Arango, 2004; Massey et al., 1993; Wickramasinghe & Wimalaratana, 2016). Este campo de estudo tem sido analisado por diversas disciplinas das ciências sociais e humanas, como a Geografia, Sociologia, Economia e Demografia - com o objetivo de compreender e teorizar os motivos e consequências da migração (Prakash, 2009) -, tornando a teorização da migração internacional particularmente complexa e segmentada entre as diferentes áreas científicas (Scholten, 2022).

Neste contexto, foram desenvolvidas várias teorias migratórias, com destaque para os fatores económicos, sociológicos, culturais e geográficos que influenciam os fluxos migratórios. Estas teorias desempenham um papel crucial na compreensão das interações entre as variáveis que afetam a migração internacional e fornecem explicações teóricas que permitem compreender os movimentos migratórios numa perspetiva mais globalizada (Wickramasinghe & Wimalaratana, 2016).

As teorias da migração são classificadas em três níveis de análise: micro, macro e meso (Faist, 2000; Hammar et al., 1997). As teorias de nível micro analisam a migração do ponto de vista individual, considerando os desejos, expectativas e motivações pessoais dos migrantes que avaliam os custos e benefícios de migrar, em função das informações disponíveis (King, 2012). As teorias de nível macro adotam uma perspetiva mais agregada, concentrando-se na estrutura económica dos países e nos fatores estruturais e sistémicos que influenciam os fluxos migratórios (Goldin et al., 2011). Por sua vez, as teorias de nível meso situam-se entre as duas tipologias anteriores, destacando o papel das redes sociais, laços familiares e grupos minoritários isolados na decisão de migrar (Wickramasinghe & Wimalaratana, 2016).

Deste modo, as teorias de nível macro interpretam as ações sociais a partir de forças estruturais, enquanto as de nível micro enfatizam a ação ao nível individual; no entanto, nem todas as teorias macro são estritamente estruturalistas (Wickramasinghe &

Wimalaratana, 2016). Por exemplo, estudos clássicos sobre migração - como as 'Leis de Migração' de Ravenstein (1885) e a teoria de migração de E. Lee (1966) - são classificadas teorias macro por Richmond (1988). Porém, são, também, consideradas precursoras da teoria *push-pull* que, apesar de ser enquadrada no nível macro, destaca o papel do indivíduo como agente de decisão, aproximando-se assim de uma perspectiva micro (Bach & Schraml, 1982; Castles et al., 2014; Shrestha, 1987). De acordo com Massey et al. (1998), o modelo *push-pull* enquadra-se tanto no nível macro como no nível micro.

De salientar que as diferentes teorias da migração refletem a dificuldade em generalizar os motivos e consequências da migração - que resultam da complexidade e heterogeneidade dos fluxos migratórios -, da interligação dos mesmos com outros processos socioeconômicos e políticos, bem como das abordagens distintas de investigação que variam consoante os objetivos, focos, níveis de análise, pressupostos e hipóteses adotadas (de Haas, 2008). Consequentemente, os resultados obtidos tendem a originar teorias, modelos ou estruturas que, muitas vezes, permanecem isoladas entre si (de Haas, 2018; Massey et al., 1993). Dada esta fragmentação, torna-se necessário desenvolver uma teoria abrangente que integre essas múltiplas perspectivas (Wickramasinghe & Wimalaratana, 2016). Contudo, a conciliação entre teorias da migração - a nível micro e macro - é um desafio, levando alguns autores a defender que é improvável a formulação de uma teoria geral da migração (Salt, 1987). A tentativa de formular uma teoria geral da migração remonta a Ravenstein (1885), todavia, Arango (2000) defende que não existe uma teoria geral consolidada assente numa estrutura conceptual robusta e sustentada por evidências empíricas.

Perante a diversidade das teorias da migração, e em consonância com os objetivos da presente investigação sobre a migração internacional de reformados, este estudo analisa, com maior detalhe, a teoria *push-pull* e a teoria das redes migratórias. Estas perspectivas teóricas são aprofundadas, em função da sua relevância na compreensão dos fatores e dos mecanismos que facilitam os fluxos migratórios no contexto da migração após a reforma.

A teoria *push-pull* parte da premissa de que a migração resulta das interações entre os fatores de repulsão (*push*) das áreas de origem e os fatores de atração (*pull*) dos países de destino (Jackson, 1991; Van Hear et al., 2018). Enquanto que os fatores de repulsão motivam a saída dos indivíduos do país de origem, os fatores de atração incentivam os

indivíduos a tomar a decisão de migrar (Al-Khudairy, 2024). Esta teoria evidencia a complexidade das percepções associadas às diferentes extremidades do fluxo migratório (Innes, 2008) e engloba, *à priori*, todos os fatores que possuem um papel crucial na tomada de decisão de migrar, sendo essencialmente um modelo de escolha individual (Al-Khudairy, 2024).

De forma a aprofundar as bases da compreensão dos fatores migratórios, E. Lee (1966) define como determinantes da migração “o volume migratório, os fluxos e contra fluxos migratórios, bem como as características dos migrantes” (Al-Khudairy, 2024, p. 6). Para além disso, Everett Lee defende que os fluxos migratórios são influenciados pelos fatores mencionados, pelos obstáculos à migração e pelas mudanças económicas, sendo que as características dos migrantes – relacionadas com a capacidade de resposta dos migrantes a fatores positivos e negativos no local de origem e no país destino, bem como a aptidão para superar as limitações dos obstáculos intervenientes - também afetam o processo migratório (E. Lee, 1966).

Schiamberg & McKinney (2003) defendem que a decisão dos idosos de permanecer no país de origem ou de migrar é fortemente influenciada pelos fatores de atração e repulsão. Por norma, a migração de reformados é impulsionada, maioritariamente, por fatores de atração nos países de destino, em detrimento dos fatores de repulsão nos países de origem, dado que a um nível agregado os locais de destino apresentam uma maior concentração geográfica em comparação à dispersão das regiões de origem dos migrantes (Haas & Serow, 1993). Para além disso, Schiamberg & McKinney (2003) salientam a importância dos laços comunitários e das redes familiares e de amizade (teoria das redes migratórias) na escolha de envelhecer no local de origem ou migrar.

A teoria das redes migratórias analisa a migração como uma decisão individual ou familiar, ao destacar o papel dos laços sociais na dinâmica migratória. Massey et al., (1993) afirmam que as redes podem ser classificadas como um “conjunto de laços interpessoais que conectam migrantes, ex-imigrantes e não migrantes” (p.448), tanto nas áreas de origem como de destino, através de vínculos familiares, de amizade e pertença comunitária (King, 2012). Estas redes representam uma forma de capital social transnacional, facilitando a migração ao fornecer informações que diminuem os custos e os riscos associados ao processo migratório (Massey et al., 1998). Paralelamente, esta teoria enfatiza a influência de redes familiares e de amizade nos fluxos migratórios

contemporâneos, bem como a pertinência das redes sociais na criação de comunidades étnicas nos países de acolhimento (Castles et al., 2014).

As redes de migração possuem três contributos fundamentais para a teorização do processo migratório: ajudam a compreender a dinâmica da migração diferencial; permitem prever fluxos migratórios futuros, dado que tendem a fomentar a continuidade da migração ao longo do tempo; e contribuem para clarificar a distinção teórica entre os fatores que desencadeiam a migração e os mecanismos que asseguram a sua “perpetuação e difusão no tempo e no espaço” (Fussell, 2012; citado por King, 2012, p.21).

De acordo com esta teoria, as redes de migrantes desempenham um papel fundamental na redução dos custos e riscos associados à migração e, simultaneamente, aumentam os retornos e as remessas. Uma vez estabelecidas, essas redes aumentam a probabilidade de novas migrações, funcionando como mecanismos de suporte e facilitação, isto é, à medida que novos migrantes integram a rede esta tende a expandir-se, compreendendo diferentes segmentos da sociedade no país de origem, o que resulta num efeito em cadeia (King, 2012). Deste modo, a migração internacional torna-se um processo contínuo, persistente e sustentável a longo prazo (Tilly, 1991). Para além disso, a literatura sobre migração enfatiza, também, o papel positivo das redes sociais, ao destacar a sua importância na orientação dos migrantes para destinos específicos, onde podem aceder a vários tipos de apoio. Assim, as redes de migrantes funcionam como um fator multiplicador ao facilitar a continuidade dos fluxos migratórios (Arango, 2004).

Embora a teoria *push-pull* e a teoria das redes migratórias constituam importantes contributos para a compreensão dos processos migratórios, ambas têm sido alvo de críticas.

De acordo com Hein de Haas, o quadro *push-pull* não é uma teoria, mas sim um modelo descritivo. Adicionalmente, o autor critica a excessiva simplificação do fenómeno migratório, ao reduzi-lo a um cálculo individual de custo-benefício. Tal abordagem negligencia as condicionantes estruturais que originam desigualdades no acesso a recursos que influenciam decisivamente os fluxos migratórios. Neste contexto, Hein de Haas considera esta teoria como um modelo de cariz funcionalista que prevê um equilíbrio entre fatores de repulsão e atração – um pressuposto que tem sido refutado por teóricos estruturalistas históricos (de Haas, 2008).

Por sua vez, esta teoria tal como frequentemente interpretada, não considera como os migrantes entendem os seus ambientes ou se relacionam com familiares, amigos e membros da comunidade (Cross et al., 1998). Para além disso, o modelo não considera os impactos da migração nem as formas como ela pode alterar as conjunturas estruturais, tanto dos locais de destino como de acolhimento, ou seja, é considerado um modelo estático que se concentra exclusivamente nos fatores que originam a migração, sem situar a migração dentro de processos de alterações mais amplas, limitando assim a sua utilidade analítica (de Haas, 2008).

Assim como na teoria *push-pull*, há uma tendência de enfatizar o papel facilitador das redes de migrantes sem classificar o seu peso relativo em relação a outros fatores que influenciam a migração (King, 2012). Algumas investigações referentes às redes de migrantes compreendem estudos de caso que, ao focarem-se na variável dependente (rede), tendem a introduzir enviesamentos ao privilegiar situações em que essas redes atuam como facilitadoras ou difusoras da migração (de Haas, 2008). Por sua vez, a existência de forças internas conseguem diminuir o efeito das redes ao longo do tempo, dado que os migrantes não são exclusivamente facilitadores de migração e podem, eventualmente, hesitar em apoiar potenciais migrantes (Böcker, 1994). Paralelamente, as redes também exercem um efeito limitador, dado que a sua influência tende a enfraquecer ao longo do tempo, à medida que se expandem de forma insustentável, perdendo força e alcance (de Haas, 2008; King, 2012).

Em suma, as críticas emergem, em grande parte, devido à simplificação excessiva dos fatores que influenciam a migração, não considerando, por vezes, as complexas dinâmicas estruturais, sociais e individuais. Adicionalmente, ambas as teorias tendem a desconsiderar a interação entre os diferentes fatores migratórios, o que limita a sua aplicabilidade na explicação completa da migração internacional contemporânea.

4.2 Migração de Reformados

A migração internacional é um fenómeno característico do mundo contemporâneo que produz mudanças sociais, económicas, demográficas e políticas nos países de origem e de acolhimento (Castles, 2005). Consiste num processo global, em constante evolução, marcado por uma crescente complexidade e por impactos significativos a diferentes escalas (United Nations, 2016). Nas últimas décadas, os movimentos migratórios aumentaram significativamente, sendo a migração internacional uma das principais forças demográficas a nível mundial - intensificada pela industrialização, globalização e os

avanços nas tecnologias de transporte e de comunicação (Castles, 2005; Wickramasinghe & Wimalaratana, 2016).

A migração por estilo de vida é um conceito proposto para descrever a migração contemporânea, sendo um fenómeno social recente, mas em crescimento (Torkington, 2010). Este tipo de migração integra várias formas de mobilidade, na qual os investigadores têm tentado enquadrar os seus estudos em fenómenos mais amplos utilizando conceitos abrangentes, como a migração de reformados, migração de lazer, migração sazonal, entre outros tipos de migração, pois este tipo de fluxo migratório raramente foi integrado nas tipologias tradicionais de migração (King, 2002). Contudo, importa salientar que, apesar das especificidades de cada caso, as diferentes formas de migração partilham características comuns: a procura por um estilo de vida melhor e mais gratificante noutro local, podendo, por isso, ser consideradas como parte de um fenómeno único - migração por estilo de vida (Benson & O'Reilly, 2009).

Os migrantes por estilo de vida (*lifestyle migrants*) são indivíduos economicamente privilegiados, integrados em diferentes faixas etárias, que se deslocam parcial ou integralmente para locais, que, por diversos motivos, representam para eles uma melhoria na sua qualidade de vida (McGarrigle, 2022). Embora a procura por uma melhor qualidade de vida seja um objetivo comum a vários tipos de migração, este tipo específico é frequentemente interpretado como uma fuga ao estilo de vida centrado no consumo (Giddens, 1991). A migração por estilo de vida apresenta desafios em relação à distinção entre migração e turismo, sendo que a principal diferença reside na temporalidade: o turismo caracteriza-se como uma experiência temporária, com o regresso ao país de origem previamente planeado, enquanto os migrantes por estilo de vida podem não ter a intenção de regressar (Korpela, 2010; Torkington, 2010).

De salientar que, apesar de nenhum dos conceitos existentes ser completamente inclusivo para compreender a complexidade deste tipo de migração, o estudo deste fenómeno assume especial relevância no contexto atual, dado os efeitos que possui sobre os lugares e as populações nas diferentes extremidades do fluxo migratório (Benson & O'Reilly, 2009).

A migração internacional de reformados, fluxo de mobilidade espacial relativamente antigo (Williams & Patterson, 1998), mas em crescimento desde a década de 1990 (King et al., 1998), é uma originalidade das migrações na União Europeia (Dwyer, 2000; Savaş et al., 2023). De acordo com Gustafson (2013), Laslett (1991) e

Warnes (1993b), a sociedade da Europa Ocidental passou por diversas transformações que influenciaram a forma como muitos cidadãos europeus vivem o período após a reforma, tornando a mobilidade transnacional uma realidade cada vez mais comum entre os reformados. Este fluxo migratório, marcado por um elevado grau de seletividade, tem vindo a assumir um papel relevante na dinâmica demográfica europeia, desde o final do século XX, contribuindo para a reconfiguração social e demográfica da Europa (Williams et al., 1997).

A migração de reformados, enquanto fenómeno e processo, resulta da interação entre atributos individuais e elementos contextuais (Schiamberg & McKinney, 2003). Este tipo de migração pode ser enquadrado na migração por estilo de vida e classificado em três categorias: migrantes internacionais reformados, migrantes que atingiram a idade de reforma no país de acolhimento e decidiram permanecer, e emigrantes que regressaram ao país de origem (Warnes & Williams, 2006). De salientar que um indivíduo que se aproxima da idade de reforma acumulou, ao longo de aproximadamente seis décadas, aprendizagens, experiências, socialização e esforço que moldam a sua perceção sobre a fase de vida seguinte (King et al., 2000), e por isso as decisões de migração após a reforma resultam de uma análise cuidadosa de diversos fatores (Warnes, 1993b). Tal como outros fluxos migratórios, a migração internacional de reformados é um fenómeno complexo, tanto em termos de padrões de mobilidade como de motivos subjacentes, existindo, por isso, uma grande variedade de causas, motivações e acontecimentos que influenciam os movimentos migratórios e a escolha dos países de destino pelos reformados na União Europeia (Ackers & Dwyer, 2002).

Os migrantes internacionais reformados que, após atingirem a idade de reforma no país de origem, migram para regiões europeias, - sobretudo as do sul da Europa (Williams et al., 1997) – são atraídos por diversos fatores, como o clima ameno, qualidade de vida, estabilidade política, custo de vida e de habitação mais acessíveis (Bastia et al., 2022; Casado-Díaz, 1999; Nedelcu et al., 2024; Warnes & Williams, 2006), e em alguns casos a existência de benefícios fiscais e tributários (Gustafson, 2008; Williams et al., 1997). Por sua vez, a presença de comunidades co-nacionais já estabelecidas nos países de destino - que facilitam a adaptação e reforçam a atratividade deste tipo de migração (Casado-Díaz et al., 2004; King et al., 2000) -, bem como as visitas de férias anteriores e determinadas experiências profissionais são fatores igualmente importantes nas decisões de migrar após a reforma (King et al., 1998).

A segunda categoria, constituída por imigrantes trabalhadores que atingiram a idade de reforma e decidem permanecer no país para o qual emigraram, inclui indivíduos cujas razões para ficar no país de destino são múltiplas, podendo estar ligadas à perda de contacto com as redes no país de origem ou à criação de redes no país recetor que facilitam a sua permanência durante a reforma (Warnes & Williams, 2006).

Por sua vez, de acordo com Warnes & Williams (2006), o terceiro grupo – emigrantes que regressaram ao país de origem – inclui os indivíduos que emigraram no passado e, após atingirem a idade de reforma, optam por regressar ao seu país de origem.

De acordo com King et al. (2000), a construção social da terceira idade e aspirações para a vida após a reforma foram influenciadas por cinco grandes transformações ocorridas na sociedade ao longo do século XX que contribuíram para o aumento da migração internacional de reformados: a disseminação da reforma, o aumento da esperança de vida, o crescimento da riqueza, a expansão da educação e a melhoria do rendimento e património.

A disseminação da reforma tem sido um fator determinante na mobilidade dos reformados, impulsionada pela generalização da reforma antecipada, frequentemente acompanhada por incentivos financeiros, que motivaram a decisão de migrar e a fixação no estrangeiro (King et al., 2000). O aumento da esperança de vida é outro elemento crucial para a duração e qualidade da reforma (Rodriguez et al., 1998), dado que para os indivíduos que se aproximam da idade de reforma a “duração prevista de vida restante e boa saúde” (King et al., 2000, p. 6) são fatores importantes a considerar ao tomar a decisão de migrar. Em paralelo, a diminuição da mortalidade e a flexibilização da idade de reforma prolongaram este período de vida, tornando a migração uma possibilidade mais viável (King et al., 2000). O aumento dos níveis de escolaridade, também, influenciaram este fenómeno ao formar novas aspirações e preferências, fomentando a ideia de um envelhecimento ativo e globalizado (King et al., 2000). Apesar de difícil quantificação, o aumento dos níveis de escolaridade influenciou diretamente as atitudes e os comportamentos individuais, criando um contexto mais propício à migração e ao usufruto da reforma no estrangeiro (Evandrou, 1997). Por sua vez, o aumento do nível de vida e dos rendimentos possibilitaram um maior acesso à aquisição de habitação, sendo estas transformações fomentadas por políticas governamentais que promoveram a aquisição de habitação própria, levando muitas famílias a investir no setor imobiliário (King et al., 2000). Desde a década de 1960, este fenómeno impulsionou um crescimento contínuo na

aquisição de imóveis e na valorização das propriedades, o que proporcionou aos reformados um ativo financeiro que pode ser utilizado para viabilizar a migração para o estrangeiro (King et al., 2000). Neste contexto, com o incremento do poder de compra e a valorização do património imobiliário dos reformados, estes adquiriram maior mobilidade residencial, permitindo-lhes escolher viver em locais com condições climáticas, ambientais e socioeconómicas mais favoráveis (Rodriguez et al., 1998). Esse contexto facilita o aumento da migração internacional de reformados, que representa uma das várias alternativas residenciais quando os membros de um agregado familiar saem do mercado de trabalho ou quando ocorrem mudanças nas condições individuais, sociais ou familiares (García, 1993).

Assim, as mudanças residenciais de muitos reformados resultam de decisões de consumo que estão diretamente relacionadas com o rendimento disponível e a riqueza acumulada, sendo estes os principais fatores que impulsionam a migração de reformados, ao facilitar a mobilidade e ampliar as possibilidades de escolha e de destinos (King et al., 2000).

A migração internacional de reformados, à semelhança de outros movimentos migratórios, caracteriza-se pela complexidade e diversidade dos seus fluxos, uma vez que envolve indivíduos que se deslocam em fases tardias da vida por diferentes razões, tanto pessoais como económicas (Ackers & Dwyer, 2004). Neste sentido, Wiseman (1980) destaca a necessidade de uma maior especificidade na análise deste fenómeno, de modo a reconhecer a heterogeneidade entre os migrantes idosos, bem como a ampla diversidade de motivos que os levam a mudar de residência.

Para além das causas referidas anteriormente, Wiseman (1980) identifica três motivos para a migração internacional de reformados: interesse, assistência e regresso. O primeiro, a migração por interesse, está associado à procura de um estilo de vida orientado para o lazer, influenciado pela atratividade de comodidades recreativas, pelo clima ameno, por experiências migratórias de amigos e familiares, bem como por visitas turísticas anteriores. O segundo motivo, a migração por assistência, decorre da necessidade de proximidade com familiares, sobretudo filhos e netos; apesar deste tipo de mobilidade ser impulsionado por uma necessidade de apoio, os migrantes podem justificá-la, também, pelo desejo de estar próximo da família. Por fim, a migração por regresso ocorre quando os reformados decidem regressar ao país de origem, após uma experiência migratória no estrangeiro (Wiseman, 1980).

Nas últimas décadas, a migração internacional de reformados para as regiões europeias registou um crescimento significativo (Casado-Díaz et al., 2004). Este fluxo migratório, reflete a tendência crescente de reformados que optam por se deslocar, de forma permanente ou temporária, para destinos que oferecem melhores condições de vida após a reforma (King et al., 1998). Embora este tipo de mobilidade represente uma fração relativamente pequena dos fluxos migratórios internacionais na Europa, tem vindo a aumentar de forma contínua nas últimas duas décadas (Eurostat, 2024c). Inicialmente associado a elites profissionais, artísticas e indivíduos com elevados recursos económicos, este movimento tornou-se mais abrangente, embora continue a ser seletivo, privilegiando grupos socioeconómicos mais favorecidos (Casado-Díaz et al., 2004).

A migração internacional de reformados, impulsionada pela ambição de uma melhor qualidade de vida após a reforma, tem impactos significativos em função da magnitude e das consequências sociais e económicas (King et al., 1998). Esses impactos afetam tanto os países de origem como os de acolhimento, podendo influenciar o bem-estar dos migrantes e afetar os sistemas de saúde, as dinâmicas socioculturais e a estrutura demográfica dos países de acolhimento (Casado-Díaz, 1999; O'Reilly, 2000; Warnes et al., 1999; Williams et al., 1997). Este fluxo migratório, implica a redistribuição dos custos sociais e de saúde, dada a deslocação de população idosa dentro da UE (Williams et al., 1997). Por sua vez, retrata uma transferência internacional de rendimentos, uma vez que a maioria destes migrantes são reformados antecipados ou “jovens idosos” com rendimentos superiores à média dos países de destino, o que representa um impacto económico relevante nas sociedades de acolhimento (Williams et al., 1997).

De acordo com King et al. (2000), o aumento da migração internacional de reformados na Europa foi influenciado por três fatores determinantes: a experiência prévia e o nível de conhecimento sobre os países de destino, a melhoria da acessibilidade e mobilidade, e a redução de barreiras de natureza legal e institucional nos EM da União Europeia. O conhecimento sobre as oportunidades e desafios associados à migração e à vida nos países de destino pode ser adquirido através de diversas fontes, como os meios de comunicação social, redes familiares e de amizade. Paralelamente, os avanços nos transportes terrestres e aéreos contribuíram para a redução dos custos e do tempo de deslocação, promovendo o aumento da mobilidade e acessibilidade. Por fim, a diminuição das barreiras legais e institucionais relativas à aquisição de propriedades e à fixação de residência noutros EM da UE têm desempenhado um papel crucial no aumento da

migração de reformados, ao facilitar a entrada, circulação e mobilidade destes migrantes no contexto europeu (King et al., 2000).

Por sua vez, segundo Williams et al. (1997) o aumento global da MIR pode ser explicado por três fatores principais: alterações demográficas, mudanças no fluxo de rendimento ao longo da vida e maior experiência de mobilidade internacional. O primeiro motivo, de natureza demográfica, decorre do aumento da esperança de vida que resulta no acréscimo de população idosa e, consequentemente, no aumento do número de potenciais migrantes reformados. O segundo motivo – a mudança no fluxo de rendimentos ao longo da vida – está associado ao aumento global dos rendimentos *per capita* na Europa, ao crescimento das pensões profissionais e à possibilidade de reforma antecipada. Estes fatores, em conjunto, alteram as condições económicas da “«velhice», transformando-a de um curto período marcado por problemas de saúde e incapacidades para uma «terceira idade» caracterizada pelo desenvolvimento de novas atividades sociais e recreativas” (Warnes, 1992, p. 181). Já o terceiro fator - maior experiência de mobilidade internacional - está relacionado com a crescente internacionalização do trabalho, sobretudo a partir de 1945 que proporcionou, e tem vindo a proporcionar, uma maior experiência de vida no estrangeiro, facilitando uma possível migração na reforma (Williams et al., 1997).

A magnitude deste movimento migratório é difícil de quantificar, dado que uma parte significativa deste fluxo não é registado nas estatísticas oficiais e existe uma grande diversidade nas formas como este tipo de migração ocorre. Em paralelo, alguns migrantes decidem estabelecer-se permanentemente no país para o qual migraram, enquanto outros mantêm a residência no país de origem, realizando viagens periódicas de curto ou longo prazo (Williams et al., 2000). Neste contexto, a flexibilidade deste fenómeno migratório dificulta a sua definição precisa, bem como a análise detalhada do seu impacto territorial (King et al., 1998).

4.3 Tendência(s) geográfica(s) da Migração de Reformados na UE

As agências estatísticas oficiais, desde o nível da UE até à escala municipal, ainda não conseguiram resolver o desafio inerente à recolha de dados fiáveis e representativos sobre os migrantes (Casado-Díaz et al., 2004). Consequentemente, estabelecer uma imagem precisa das migrações é um desafio comum em muitos estudos internacionais sobre o tema (Casado-Díaz et al., 2004), dadas as dificuldades inerentes à realização e interpretação de estudos comparativos internacionais sobre migração, decorrentes das

disparidades nos sistemas de dados, nas unidades geográficas de análise e nos intervalos temporais considerados (Rogers et al., 1992).

Em paralelo, a investigação sobre estudos migratórios enfrenta outro desafio relacionado com a definição de imigrante e o sub-registo da migração internacional de reformados, uma vez que por um lado, os censos e registos populacionais classificam os imigrantes com base em critérios como a nacionalidade, naturalidade ou último país de residência, originando estimativas distintas consoante a metodologia adotada; e por outro lado, a quantificação precisa da migração de reformados é um processo complexo, dado que a sua natureza implica uma subestimação que é difícil de medir (King et al., 2000). Contudo, a análise de dados sobre a população estrangeira e os migrantes reformados é crucial para uma compreensão mais detalhada dos padrões de migração e das características demográficas da União Europeia, sendo identificados os padrões territoriais destes dois fluxos migratórios no contexto regional da UE.

A União Europeia, entre 2011 e 2021, registou um aumento de 9 026 516 residentes estrangeiros, o que representa um incremento de 33,7% (Eurostat, 2011a, 2021a).

Em 2011, 86 regiões (36%) registavam uma proporção de população estrangeira inferior à média europeia de 7%. A maioria destas regiões, 72 (30%), registava proporções até 12%, 56 (23%) até 17%, 11 (5%) até 22%, e em apenas 5 regiões (2%) a proporção de população estrangeira era superior a 22%. Neste período, as regiões europeias com as maiores proporções de população estrangeira eram: Bruxelles-Capitale/Brussels Hoofdstedelijk Gewest (Bélgica), Luxembourg (Luxemburgo), Wien (Áustria) e Kýpros (Chipre), com 40,0%, 39,3%, 30,5% e 23,4%, respetivamente. Por sua vez, em 2021, uma década depois, a média da UE aumentou para 12% e a distribuição territorial tornou-se mais dispersa, com mais regiões a registar proporções elevadas de população estrangeira. Embora 132 regiões (55%) ainda apresentem proporções inferiores a esta nova média, a distribuição de valores mais elevados expandiu-se, dado que 54 regiões (22%) registam até 17% de população estrangeira, 35 (15%) até 22%, e 20 (8%) ultrapassaram os 22%. As regiões europeias com as maiores percentagens de população estrangeira em 2021 são: Luxembourg (Luxemburgo), Région de Bruxelles-Capitale/ Brussels Hoofdstedelijk Gewest (Bélgica), Wien (Áustria) e Brémén (Alemanha), com 49,3%, 46,4%, 37,3% e 27,0%, respetivamente, o que evidencia um

padrão de concentração da população estrangeira nas regiões da Europa Central (Figura 9).

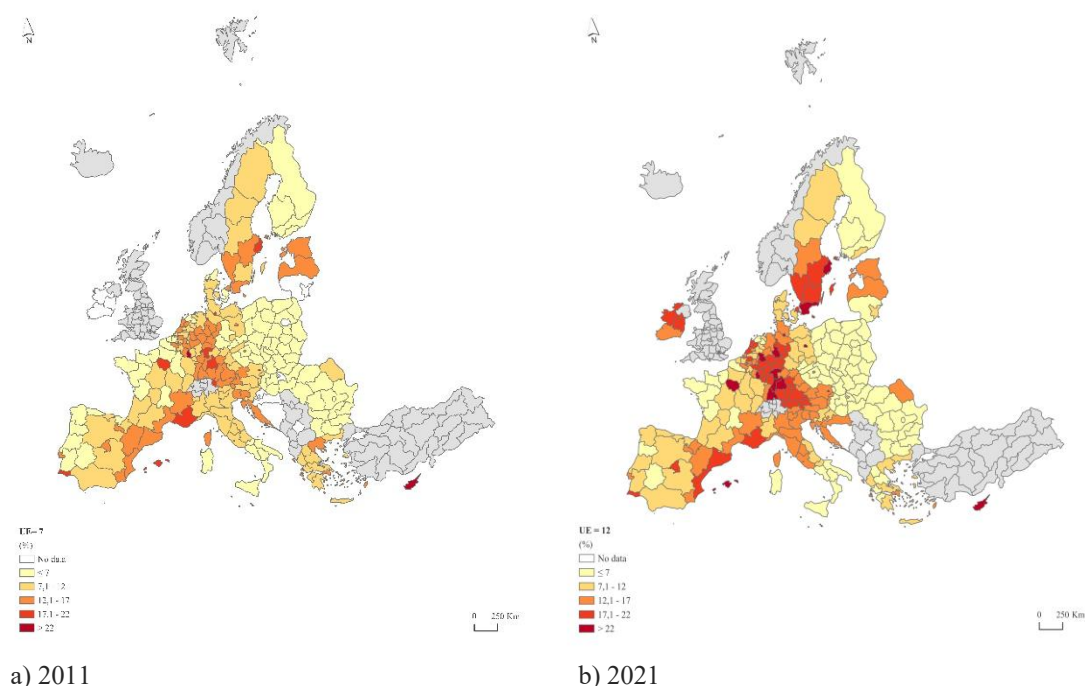


Figura 9 - a) População estrangeira em percentagem da população residente, União Europeia, 2011; b) População estrangeira em percentagem da população residente, União Europeia, 2021
 Fonte: Eurostat, Censos 2011 e 2021 | Fonte Cartográfica: Geographical Information System of the Commission (GISCO)

Entre 2011 e 2021, a proporção de população estrangeira em relação à população residente aumentou na maioria das regiões da UE, dado que 205 regiões (85%) registaram um incremento da proporção de estrangeiros, sendo as regiões da Europa do Leste as que apresentam aumentos mais significativos (superiores a 9%). Este resultado é explicado pelo facto de, em 2011, estas regiões (da Europa do Leste) possuírem valores absolutos comparativamente mais baixos, o que resultou em crescimentos percentuais mais elevados em comparação com as restantes regiões europeias. Contudo, embora a tendência predominante seja de crescimento, 24 regiões (10%), registaram uma diminuição da população estrangeira no período em análise. Estas regiões estão localizadas, maioritariamente, na Grécia, Croácia, na região de Southern (Irlanda), e em algumas regiões da Polónia, Estónia e Letónia (Figura 10).

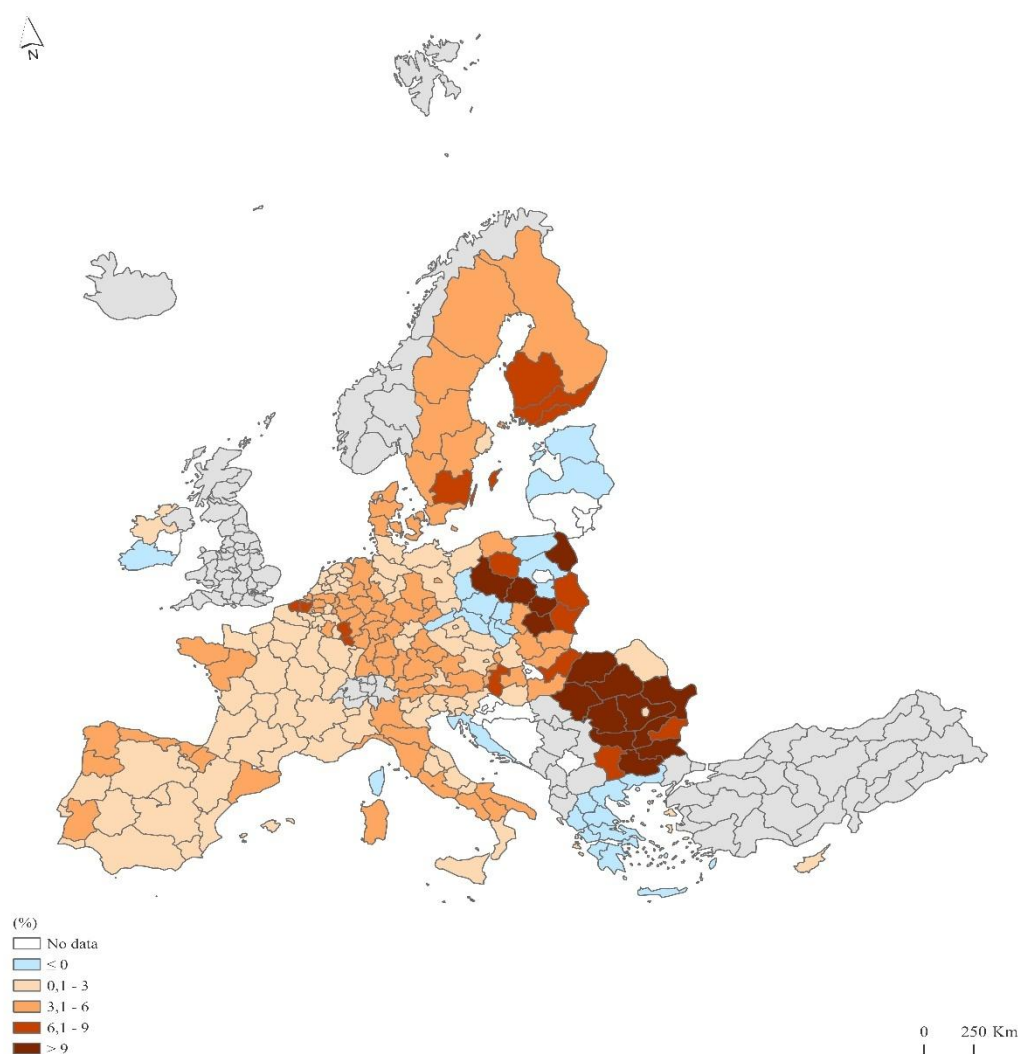


Figura 10 - Variação relativa da população estrangeira em percentagem da população residente, União Europeia, entre 2011 e 2021

Fonte: Eurostat, Censos 2011 e 2021| Fonte Cartográfica: Geographical Information System of the Commission (GISCO)

Em paralelo, entre 2011 e 2021, a população estrangeira com 65 ou mais anos registou um aumento de 1 032 514 residentes, o que constitui um crescimento de 50,3% (Eurostat, 2011a, 2021a). Em 2021, esta faixa etária corresponde a 13,9% do total da população estrangeira residente na UE (Eurostat, 2021a).

Em 2011, a população estrangeira com mais de 64 anos estava concentrada, maioritariamente, nas regiões da Europa Central. A maioria, 142 (59%), apresentava uma proporção inferior a 1,5% de imigrantes idosos, enquanto apenas 10 regiões (4%) registavam valores superiores a 4,5%. As regiões que se destacavam com as maiores percentagens de idosos com naturalidade estrangeira em 2011 eram: Mecklenburg-Vorpommern (Alemanha), Eesti (Estónia), Braunschweig (Alemanha) e Latvija

(Letónia), com 6,5%, 6,0%, 5,7% e 5,0%, respetivamente. Já em 2021, a Europa Central continuou a ser o principal polo de concentração de imigrantes idosos, mantendo o padrão espacial anterior. No entanto, apesar de a maioria das regiões europeias (125, 52%) apresentar uma proporção de imigrantes idosos inferior a 1,5%, o número de regiões com valores acima de 4,5% aumentou para 19 (8%). As regiões com as maiores proporções de imigrantes idosos em 2021 são: Eesti (Estónia), Latvija (Letónia), Luxembourg (Luxemburgo) e Provence-Alpes-Côte d’Azur (França), com 6,2%, 6,0%, 5,9% e 5,8%, respetivamente. De salientar que em 2011 e 2021, a população estrangeira idosa na UE apresentou um padrão territorial similar, concentrando-se sobretudo nas regiões do Sul de França, Alemanha, Estónia e Letónia. Este padrão, contudo, é explicado por diferentes razões: no Sul de França e na Alemanha, esta população é maioritariamente constituída por migrantes que optaram por permanecer no país de destino ou por imigrantes que migraram após a reforma (Ciobanu et al., 2017); já na Estónia e Letónia, o desmantelamento da União Soviética (URSS) levou à criação de um estatuto de ‘Não-Cidadão’, que engloba os indivíduos que decidiram permanecer nestes países, mas que nunca adquiriram a cidadania dos novos Estados independentes (Eurostat, 2024a) (Figura 11).

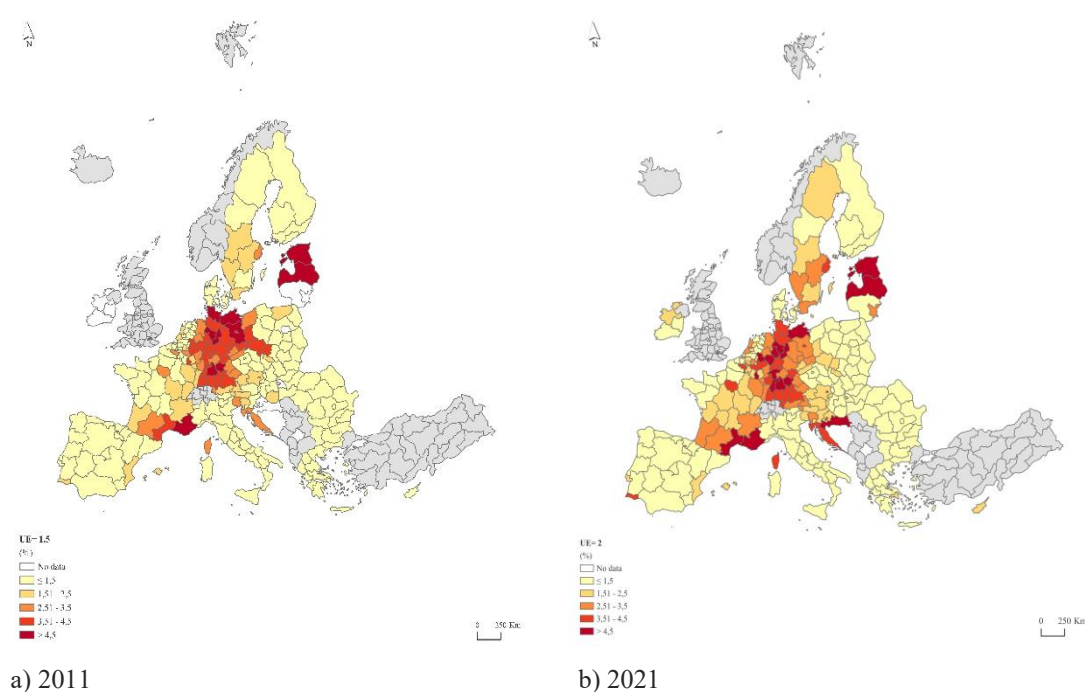


Figura 11 - a) População estrangeira com mais de 64 anos em percentagem da população residente, União Europeia, 2011; b) População estrangeira com mais de 64 anos em percentagem da população residente, União Europeia, 2021

Fonte: Eurostat, Censos 2011 e 2021| Fonte Cartográfica: Geographical Information System of the Commission (GISCO)

Por sua vez, a variação relativa da população estrangeira com mais de 64 anos, entre 2011 e 2021, também evidencia um claro aumento de imigrantes idosos na UE, com 189 regiões europeias (78%) a registar um incremento de população estrangeira nesta faixa etária. É visível um aumento deste grupo demográfico nas regiões do sul da Europa (Portugal, Espanha e Itália), um padrão consistente com aquilo que a literatura indica. No entanto, apesar da tendência de aumento, 43 regiões (18%) localizadas, sobretudo, na Europa Central apresentam uma diminuição da população estrangeira nesta faixa etária. De salientar que Estónia e Letónia, apesar de terem verificado uma diminuição da população estrangeira, registaram um aumento da população estrangeira com mais de 64 anos (Figura 12).

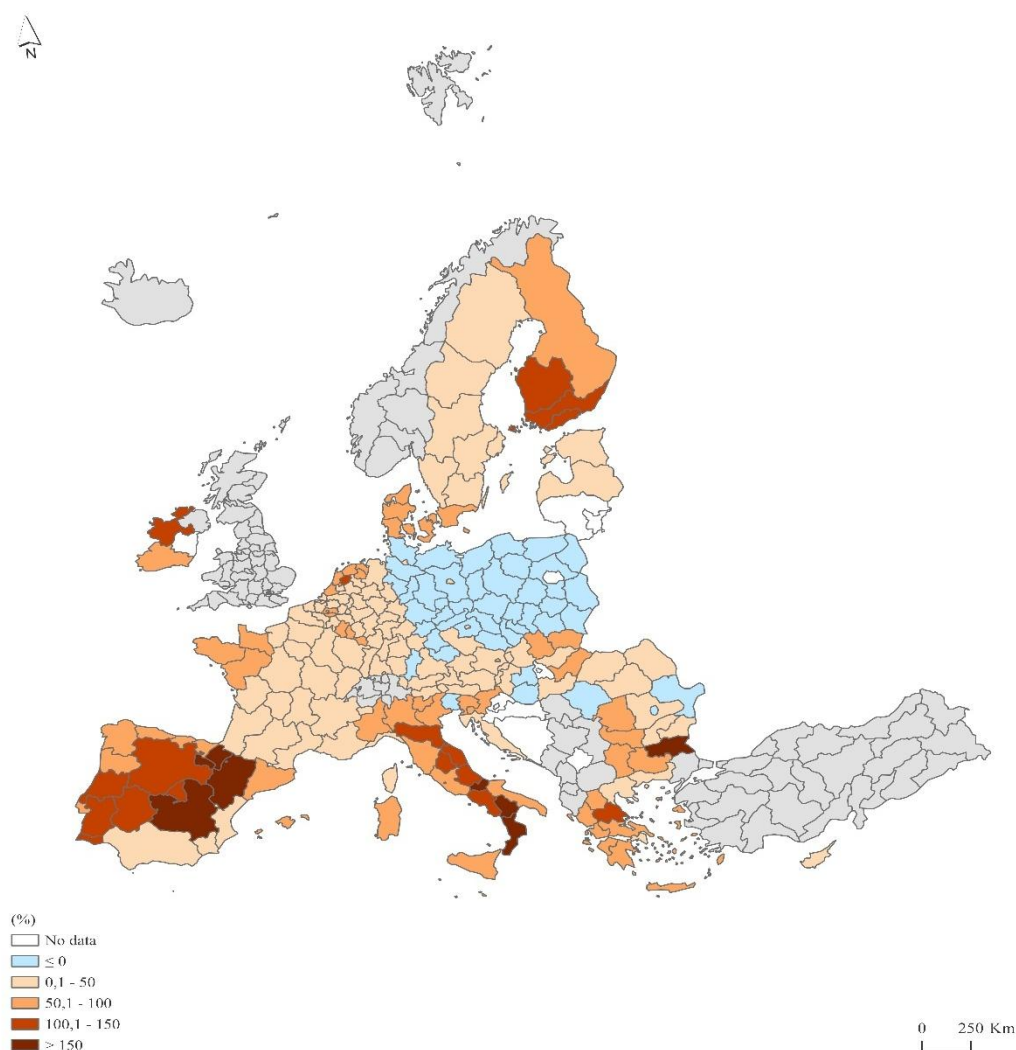


Figura 12 - Variação relativa da população estrangeira com mais de 64 anos em percentagem da população residente, União Europeia, entre 2011 e 2021

No conjunto destas dinâmicas, é possível observar que a União Europeia registou um aumento significativo da população estrangeira e, em particular, da população estrangeira com mais de 64 anos, o que revela padrões territoriais marcados por uma forte concentração destes dois fluxos na Europa Central e uma expansão gradual para outras regiões europeias, nomeadamente nas regiões do sul, onde há um reforço da presença de imigrantes idosos. Estas configurações espaciais, marcadas por assimetrias regionais, possuem implicações diretas no desenvolvimento da UE, tornando as migrações, e em particular a MIR, uma dimensão estratégica a ser considerada nos atuais (e futuros) desafios demográficos e socioeconómicos da União Europeia.

5. Aplicação a um estudo de caso – Portugal

5.1 Envelhecimento da população em Portugal: padrões e tendências regionais

A conjuntura demográfica em Portugal, frequentemente descrita como “crise demográfica” (Gomes & Pimentel, 2024; Peixoto et al., 2017), configura-se um marco distintivo do final do século XIX (Rosa, 1996) e persiste como uma tendência predominante do século XXI (Padeiro, 2021). Esta realidade reflete os efeitos dos fluxos migratórios, em particular da emigração portuguesa ocorrida entre as décadas de 1950 e 1970, cujos impactos se fizeram sentir de forma duradoura na dinâmica populacional do país, com repercussões observáveis a diferentes escalas – nacional, regional e local (T. S. Marques et al., 2021).

Portugal atravessou, ao longo do último século, uma transição demográfica marcada por transformações profundas na sua estrutura etária, acompanhando a tendência observada na maioria dos países europeus, onde o envelhecimento da população se tornou uma das dinâmicas demográficas mais marcantes das últimas décadas (Cabral et al., 2013; Teixeira & Coelho, 2023). Neste contexto, o perfil demográfico português tem convergido progressivamente para essas dinâmicas, evidenciando um envelhecimento demográfico particularmente acentuado (Rosa et al., 2004). A evolução demográfica em Portugal segue, de forma geral, o padrão observado na maioria dos EM, ainda que revele algumas especificidades. A análise comparativa dos comportamentos populacionais ao longo do processo de transição para a atualidade indica que Portugal experienciou este percurso com um ligeiro desfasamento temporal em relação a outros países europeus (Bandeira, 1996; Rodrigues, 2010).

Até ao final do século XVIII, o país manteve um modelo demográfico típico das sociedades antecedentes à primeira fase de transição, marcado por elevadas taxas de mortalidade e fecundidade, bem como por movimentos migratórios com impacto reduzido no crescimento populacional, o qual se manteve lento e, por vezes, negativo (T. S. Marques et al., 2021). Foi apenas no final do século XIX que Portugal iniciou a sua transição demográfica, que foi concluída nas últimas três décadas do século XX (Ferrão, 2005). Este processo ocorreu num período relativamente curto, quando comparado com a duração secular verificada noutras regiões da Europa (T. S. Marques et al., 2021), representando uma das especificidades do caso português e traduzindo-se numa rápida transformação da estrutura populacional do país, que evoluiu de uma das reservas demográficas da Europa (Cravidão, 1995) para um perfil demográfico claramente envelhecido (Nazareth, 1995).

De acordo com Ferrão (2005), é possível identificar três grandes fases nesta transição. A primeira, entre o final do século XIX e meados da década de 1950, foi marcada por elevados níveis de fecundidade e mortalidade, com um crescimento populacional lento, influenciado sobretudo pela redução da mortalidade e pela emigração. Durante este período, as taxas de fecundidade e mortalidade não foram homogêneas no território nacional, criando fortes assimetrias entre o Norte e o Sul do país (Ferrão, 2005; T. S. Marques et al., 2021). A segunda fase, entre 1960 e 1980, correspondeu a uma redução significativa da mortalidade, associada à industrialização, urbanização e modernização do território, enquanto a fecundidade se mantinha elevada, embora com uma tendência decrescente (Ferrão, 2005). Neste período, as mudanças não ocorreram de forma homogênea, criando assimetrias entre o litoral e o interior do país (Moreira & Rodrigues, 2008). Por sua vez, a terceira fase, que teve início na década de 1990, é marcada por baixos níveis mortalidade e fecundidade, um saldo natural negativo e um crescimento populacional reduzido ou mesmo negativo (Ferrão, 2005), o que coloca o país numa situação de dependência de saldos migratórios positivos para assegurar alguma vitalidade demográfica (T. S. Marques et al., 2021).

A terceira fase identificada por Ferrão (2005) pode, na perspetiva de Lesthaeghe & Van de Kaa (1986), ser interpretada como uma segunda transição demográfica, dado que as taxas de fecundidade estão abaixo do nível necessário para garantir a reposição das gerações, o que resulta no envelhecimento demográfico e na diminuição efetiva da população. Consequentemente, as expectativas de reversão do envelhecimento da

população são reduzidas, o que reforça a perceção do seu carácter praticamente inelutável (Mendes, 2017; Rosa, 1996).

Nazareth (2009) identifica duas fases distintas no processo de envelhecimento da população em Portugal. A primeira fase, compreendida entre 1864 e 1970, caracteriza-se pela estabilidade do número absoluto de jovens, seguida, a partir de 1930, por um decréscimo da sua representatividade no total da população; e a segunda fase, iniciada em 1970, que assinala o início do duplo envelhecimento, um fenómeno comum a outros países europeus, apesar de Portugal possuir, em 1970, uma das populações mais jovens da Europa (Nazareth, 2009). Em 1970, a diferença entre o envelhecimento na base, devido à diminuição da fecundidade, e no topo - resultante do aumento da longevidade - era de 20 pontos percentuais (p.p) (29% de indivíduos com menos de 15 anos e 9% com mais de 64 anos). Contudo, em 2007, essa diferença reduziu-se para apenas 1 p.p, invertendo-se a proporção entre os grupos etários (16% de jovens e 17% de idosos com 65 e mais anos) (T. Costa & Remoaldo, 2012). Dados mais recentes revelam que, em 2021, a população até aos 14 anos correspondia a 12,9% da população total, enquanto os idosos com mais de 64 anos representavam 23,4%, o que resulta numa diferença de 10,5 p.p e evidencia um aumento significativo do peso relativo da população idosa (INE, 2021a).

Neste contexto, Portugal configura-se atualmente como um país envelhecido - cenário que tende a manter-se enquanto persistir o duplo envelhecimento, que se expandiu progressivamente por todo o território nacional a partir de 2001 (Moreira, 2020). Este fenómeno resulta da conjugação de vários fatores, entre os quais se destacam a redução da fecundidade (N. M. Costa & Louro, 2023; Mendes, 2017), o aumento da esperança de vida (Dortier, 2006) e da longevidade (Rosa & Chitas, 2010) - impulsionados pelas melhorias das condições sociais, económicas, de saúde, comportamentos e estilos de vida (Bandeira et al., 2014; Moreira & Pinheira, 2023; Padeiro, 2021) -, bem como pela migração interna e internacional (Cravidão & Matos, 1990).

Paralelamente, o facto de os processos de urbanização, industrialização e aglomeração terem ocorrido, numa fase inicial e com maior intensidade, nas regiões do litoral - favorecendo essas áreas em detrimento das do interior do país (T. S. Marques et al., 2021; Moreira & Rodrigues, 2008) - contribuiu para a intensificação do êxodo rural e da emigração internacional. Estes movimentos migratórios, protagonizados maioritariamente por indivíduos jovens e em idade ativa, reforçaram o envelhecimento das regiões de origem, conduzindo ao aumento das áreas com perda de população (Roca

& Pimentel, 2003). Consequentemente, o envelhecimento demográfico tornou-se um fenómeno transversal a todo o território nacional (Moreira & Pinheira, 2023), ainda que com diferentes níveis de intensidade (Rosa, 1993). Esta configuração contribuiu para acentuar a dicotomia entre as regiões do litoral - com um maior nível de desenvolvimento e com população relativamente jovem -, e aquelas de matriz rural, menos desenvolvidas (Castro et al., 2015; Daniele et al., 2019; Mauritti et al., 2019), onde o envelhecimento atinge níveis mais elevados, devido ao contínuo despovoamento associado a padrões persistentes de mobilidade populacional ao longo de várias décadas (Moreira & Pinheira, 2023).

Assim, Portugal, tal como a maioria dos EM da União Europeia, possui um ritmo acelerado de envelhecimento da população (Cravidão & Matos, 1990; Mendes, 2017). As transformações económicas, sociais e culturais ocorridas nas últimas cinco décadas tiveram um impacto significativo em Portugal, contribuindo para a sua consolidação como um dos países mais envelhecidos no contexto europeu e mundial (Padeiro, 2021). Em 1990, Portugal ocupava a 13.^a posição entre os EM da UE-28, com 13,2% da população com 65 ou mais anos; em 2021 posicionava-se já no 4.^o lugar, com 22,4% (Eurostat, 2021c); e em 2024, esse valor ascende a 24,1%, sendo o segundo EM mais envelhecido da UE-27, apenas superado pela Itália (Eurostat, 2024e).

Deste modo, a trajetória demográfica de Portugal, marcada por uma transição tardia, mas acelerada e influenciada por fatores como a emigração e as transformações socioeconómicas, culminou num cenário de envelhecimento demográfico acentuado e persistente (Mendes, 2017). As diferentes fases da transição demográfica, as especificidades do caso português - face ao contexto europeu - e as disparidades regionais observadas ao longo deste processo moldaram um quadro demográfico complexo, onde o duplo envelhecimento se afirma como uma característica dominante (Nazareth, 1995).

A análise da evolução do envelhecimento demográfico exige, assim, uma compreensão aprofundada, de modo a permitir a identificação de padrões territoriais. Esta abordagem é particularmente relevante no contexto português, onde se verificam assimetrias espaciais significativas à escala regional. Neste sentido, torna-se imprescindível adotar uma perspetiva territorializada do envelhecimento, uma vez que a dimensão regional é fundamental para a interpretação deste fenómeno (Teixeira & Coelho, 2023).

Portugal, entre 2011 e 2021, registou um acréscimo de 437 106 residentes com mais de 64 anos, o que se traduz num aumento percentual de 21,6% (INE, 2011b, 2021a), superior ao incremento de 13,2% registado no mesmo período na União Europeia (Eurostat, 2011b, 2021b).

Em 2011, a análise da distribuição da população com mais de 64 anos revelava que sete regiões (NUTS 3) apresentavam uma proporção inferior a 20%, enquanto cinco regiões registavam valores superiores a 26%. As regiões com as maiores proporções de população idosa com 65 ou mais anos eram: a Beira Baixa (29,0%), Terras de Trás-os-Montes (27,7%), Alto Tâmega (27,4%) e Alto Alentejo (27,2%). Por sua vez, em 2021, observou-se uma intensificação clara da tendência de envelhecimento demográfico, com cerca de um quarto da população portuguesa a ter mais de 64 anos. O número de regiões com mais de 26% da população neste grupo etário aumentou consideravelmente, passando para treze regiões, enquanto aquelas com proporções inferiores a 20% diminuíram para apenas duas regiões. Destacam-se, em 2021, as regiões do Alto Tâmega (35,5%), Terras de Trás-os-Montes (34,0%), Beira Baixa (33,5%) e Beiras e Serra da Estrela (33,1%) com as proporções mais elevadas de população com mais de 64 anos (Figura 13).

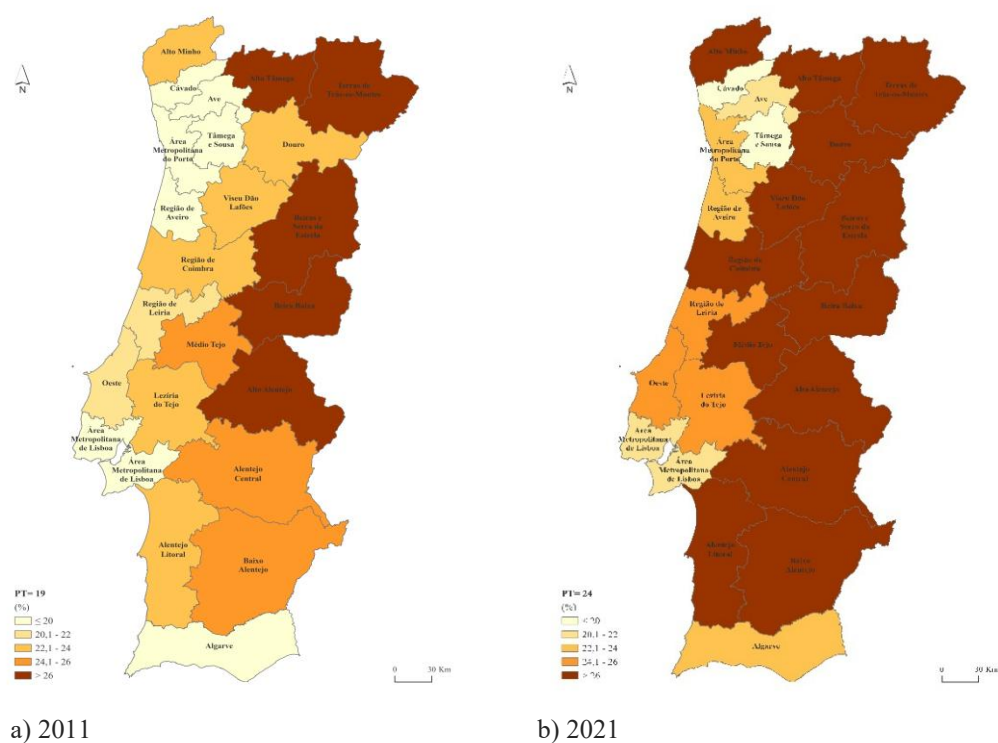


Figura 13 - a) Proporção de população com idade igual ou superior a 65 anos, Portugal, 2011; b) Proporção de população com idade igual ou superior a 65 anos, Portugal, 2021

Fonte: INE, Censos 2011 e 2021| Fonte Cartográfica: Carta Administrativa Oficial de Portugal, Direção Geral do Território, 2022

A variação relativa da percentagem da população residente com mais de 64 anos entre 2011 e 2021 evidencia um quadro de envelhecimento demográfico transversal a todas as regiões portuguesas, dado que todas registaram aumentos neste indicador. De salientar que as regiões do Norte - Ave, Cávado, Tâmega e Sousa, e a Área Metropolitana do Porto - foram as que registaram os maiores aumentos percentuais, com 43,4%, 38,0%, 37,5% e 34,5%, respetivamente (Figura 14).

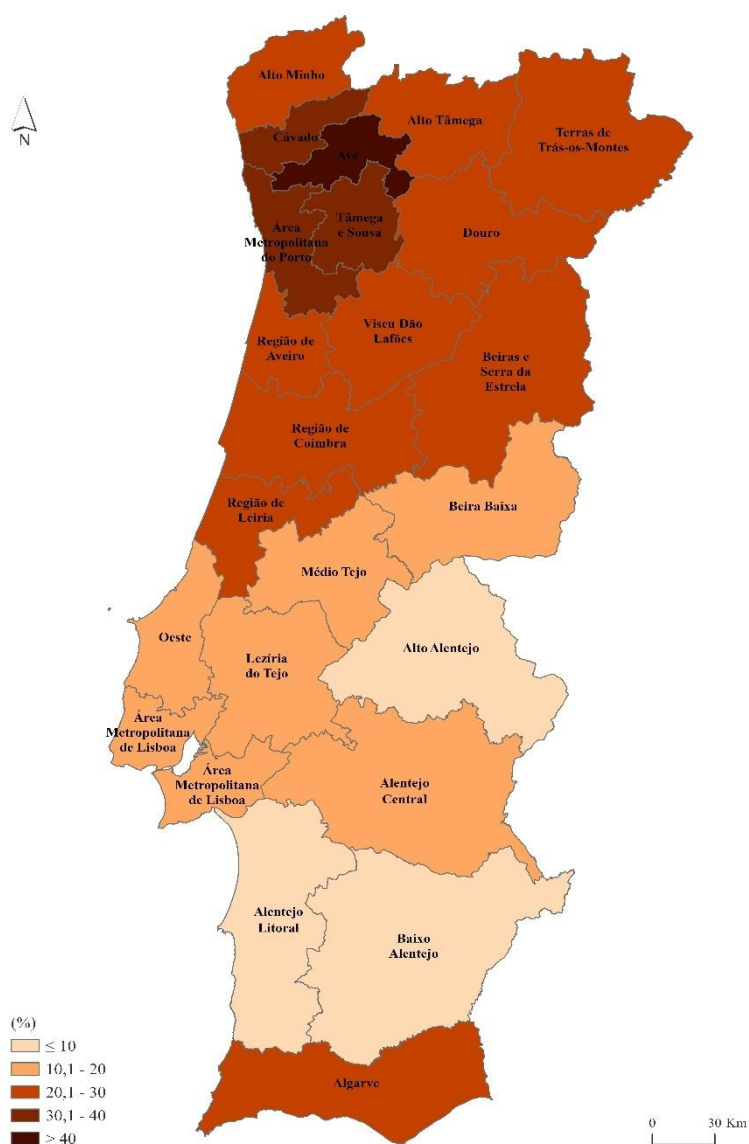


Figura 14 - Variação relativa da proporção de população com idade igual ou superior a 65 anos, Portugal, entre 2011 e 2021

Fonte: INE, Censos 2011 e 2021| Fonte Cartográfica: Carta Administrativa Oficial de Portugal, Direção Geral do Território, 2022

Paralelamente, a proporção de população com 80 ou mais anos revela também um padrão de envelhecimento demográfico. Em 2011, das 23 regiões portuguesas, quinze apresentavam uma proporção inferior a 7% e em apenas uma região (Beira Baixa) a proporção ultrapassava os 10%. As regiões com as proporções mais elevadas eram: a Beira Baixa, Alto Alentejo, Beiras e Serra da Estrela, e Terras de Trás-os-Montes com 10,1%, 9,4%, 9,1% e 8,5%, respetivamente. Já em 2021, a conjuntura demográfica regional evidencia uma progressiva alteração face a 2011, dado que as regiões com mais de 10% de população com mais de 79 anos aumentaram substancialmente (para seis regiões), enquanto as regiões com proporções inferiores a 7% diminuíram (para sete regiões). Destacam-se as regiões da Beira Baixa (11,9%), Beiras e Serra da Estrela (11,4%), Alto Tâmega (11,4%) e Terras de Trás-os-Montes (11,3%) com as proporções mais elevadas nesta faixa etária (Figura 15).

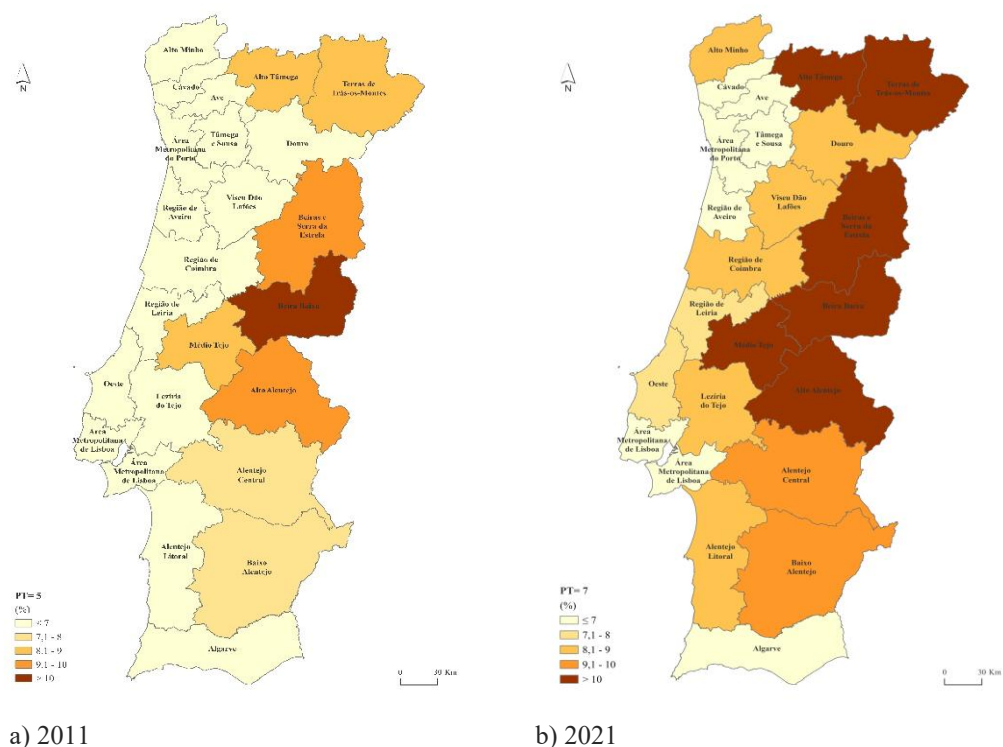


Figura 15 - a) Proporção de população com idade igual ou superior a 80 anos, Portugal, 2011; b) Proporção de população com idade igual ou superior a 80 anos, Portugal, 2021

Fonte: INE, Censos 2011 e 2021| Fonte Cartográfica: Carta Administrativa Oficial de Portugal, Direção Geral do Território, 2022

A variação relativa da proporção de população com mais de 80 anos, entre 2011 e 2021, reforça o padrão de envelhecimento, uma vez que todas as regiões registaram um incremento de população nesta faixa etária, sendo as regiões do Ave, Área Metropolitana do Porto, Alto Tâmega, e Tâmega e Sousa as que registaram os maiores aumentos

percentuais no período em análise, com acréscimos de 43,8%, 38,5%, 38,3% e 38,1%, respetivamente (Figura 16).

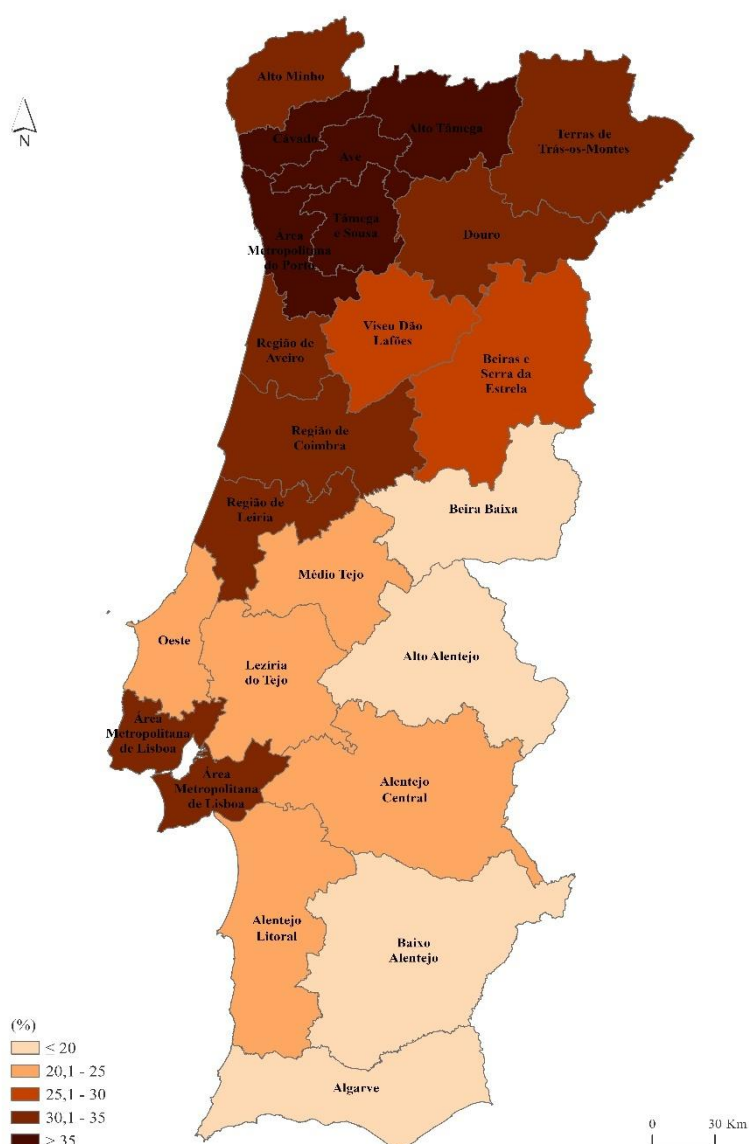


Figura 16 - Variação relativa da proporção de população com idade igual ou superior a 80 anos, Portugal, entre 2011 e 2021

Fonte: INE, Censos 2011 e 2021| Fonte Cartográfica: Carta Administrativa Oficial de Portugal, Direção Geral do Território, 2022

O índice de envelhecimento confirma a tendência de envelhecimento demográfico em Portugal. Em 2011, nove regiões apresentavam um índice de envelhecimento inferior a 150%, e uma região – a Beira Baixa – registava o valor mais elevado, com 254,7%, que era cerca do dobro da média nacional. Em 2021, o cenário agravou-se: apenas duas regiões (a Área Metropolitana de Lisboa e o Cávado) mantinham um índice inferior a 150%, enquanto o Alto Tâmega, Terras de Trás-os-Montes, Beiras e Serra da Estrela, e

Beira Baixa ultrapassavam os 300%, com valores de 385,6%, 355,1%, 335,0% e 325,4%, respetivamente (Figura 17).

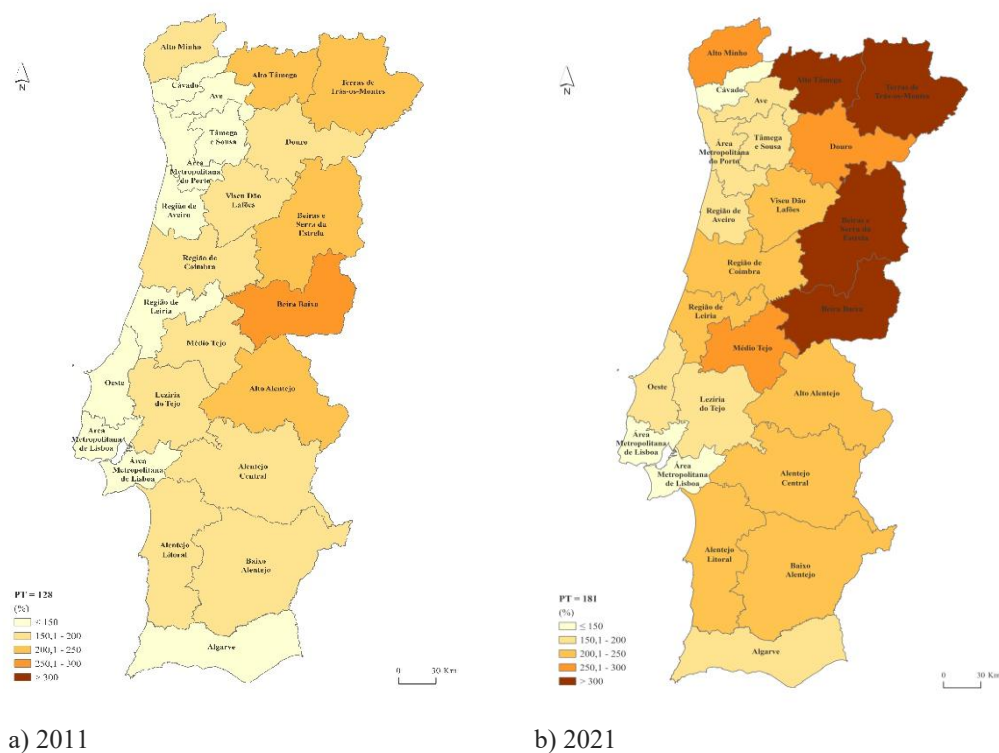


Figura 17 - a) Índice de Envelhecimento, Portugal, 2011; b) Índice de envelhecimento, Portugal, 2021

Fonte: INE, Censos 2011 e 2021| Fonte Cartográfica: Carta Administrativa Oficial de Portugal, Direção Geral do Território, 2022

A variação do índice de envelhecimento entre 2011 e 2021 evidencia um claro agravamento do envelhecimento da população em Portugal, uma vez que todas as regiões registaram um aumento deste indicador. As regiões do Tâmega e Sousa, Ave, Cávado e Douro destacam-se pelos crescimentos mais acentuados, com aumentos de 80,7%, 78,9%, 68,4% e 61,1%, respetivamente (Figura 18).

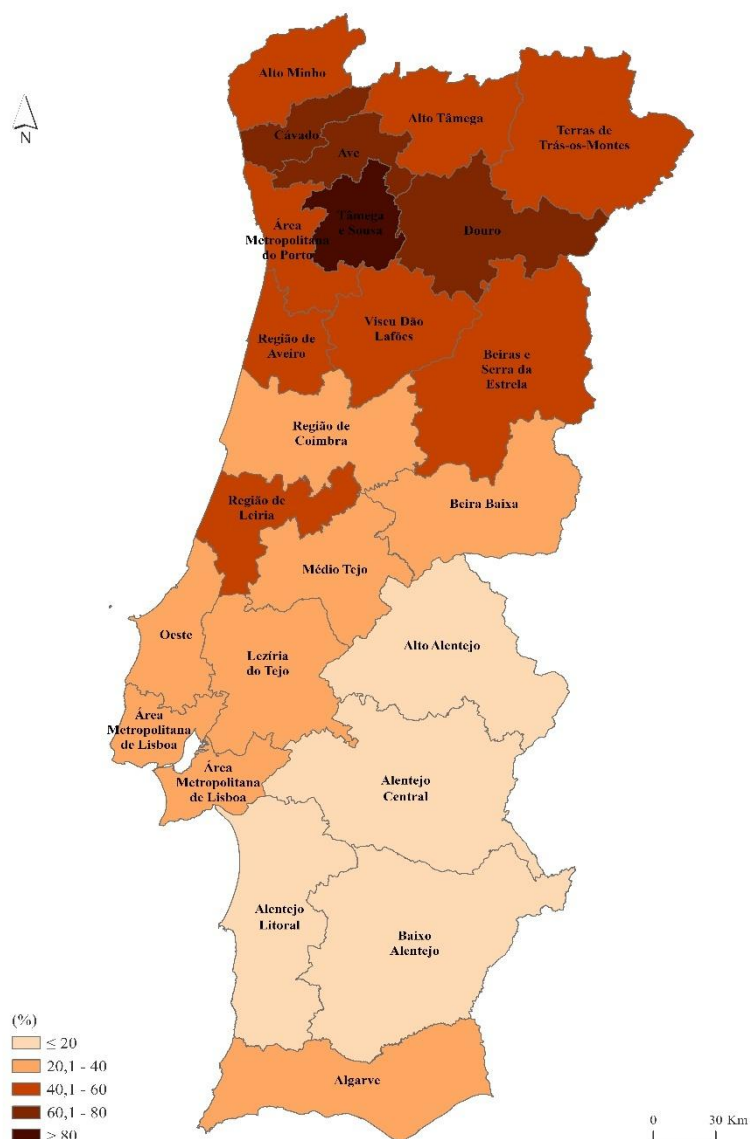


Figura 18 - Variação do índice de envelhecimento, Portugal, entre 2011 e 2021

Fonte: INE, Censos 2011 e 2021| Fonte Cartográfica: Carta Administrativa Oficial de Portugal, Direção Geral do Território, 2022

Em paralelo, o índice de dependência de idosos, também, registou um acréscimo significativo em Portugal. Em 2011, entre as 23 regiões portuguesas, seis apresentavam um IDI inferior à média nacional (29%) e somente quatro regiões - Alto Tâmega, Terras de Trás-os-Montes, Beira Baixa e Alto Alentejo - ultrapassam os 44%. Por sua vez, em 2021, observa-se um agravamento da dependência de idosos face à população em idade ativa, dado que doze regiões registam um IDI superior a 44%, enquanto apenas a região do Tâmega e Sousa mantém um valor inferior a 29%. As regiões com os níveis mais

elevados de dependência de idosos em 2021 são o Alto Tâmega (64,0%), Terras de Trás-os-Montes (60,1%), Beira Baixa (59,5%), e Beiras e Serra da Estrela (58,0%) (Figura 19).

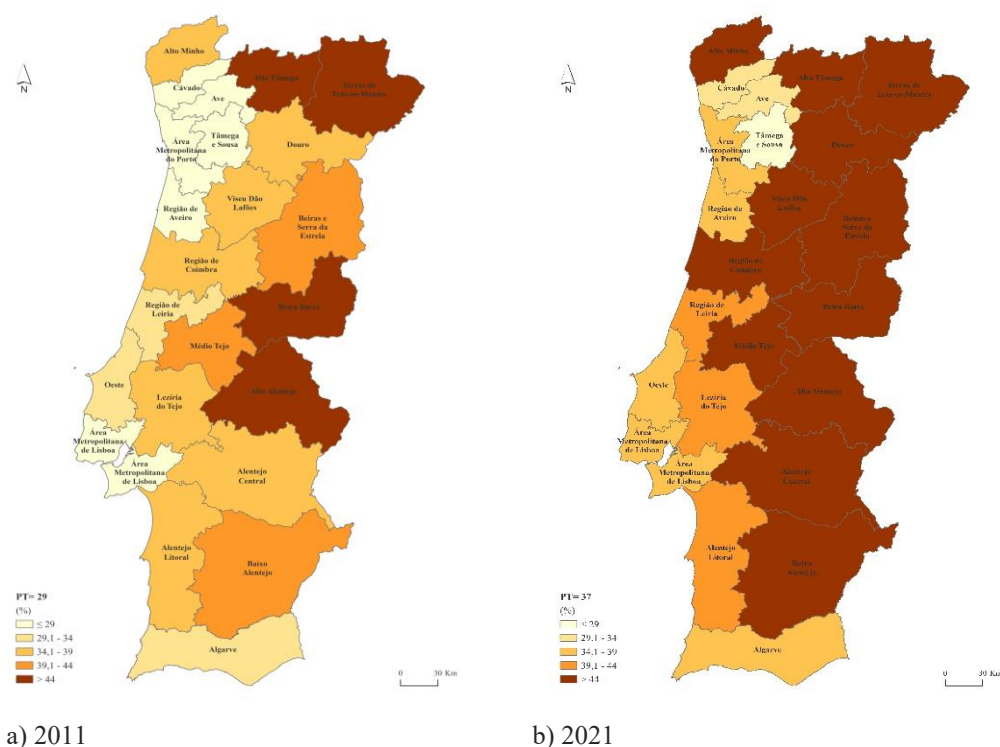


Figura 19 - a) Índice de dependência dos idosos, Portugal, 2011; b) Índice de dependência dos idosos, Portugal, 2021

Fonte: INE, Censos 2011 e 2021 | Fonte Cartográfica: Carta Administrativa Oficial de Portugal, Direção Geral do Território, 2022

A variação do índice de dependência de idosos reflete, igualmente, um cenário de envelhecimento demográfico, dado que todas as regiões apresentaram um aumento deste indicador. As regiões do Norte, destacam-se pelos incrementos mais acentuados, nomeadamente, Ave, Cávado, Alto Tâmega e a Área Metropolitana do Porto, com aumentos de 50,5%, 43,3%, 43,2% e 41,5%, respetivamente (Figura 20).

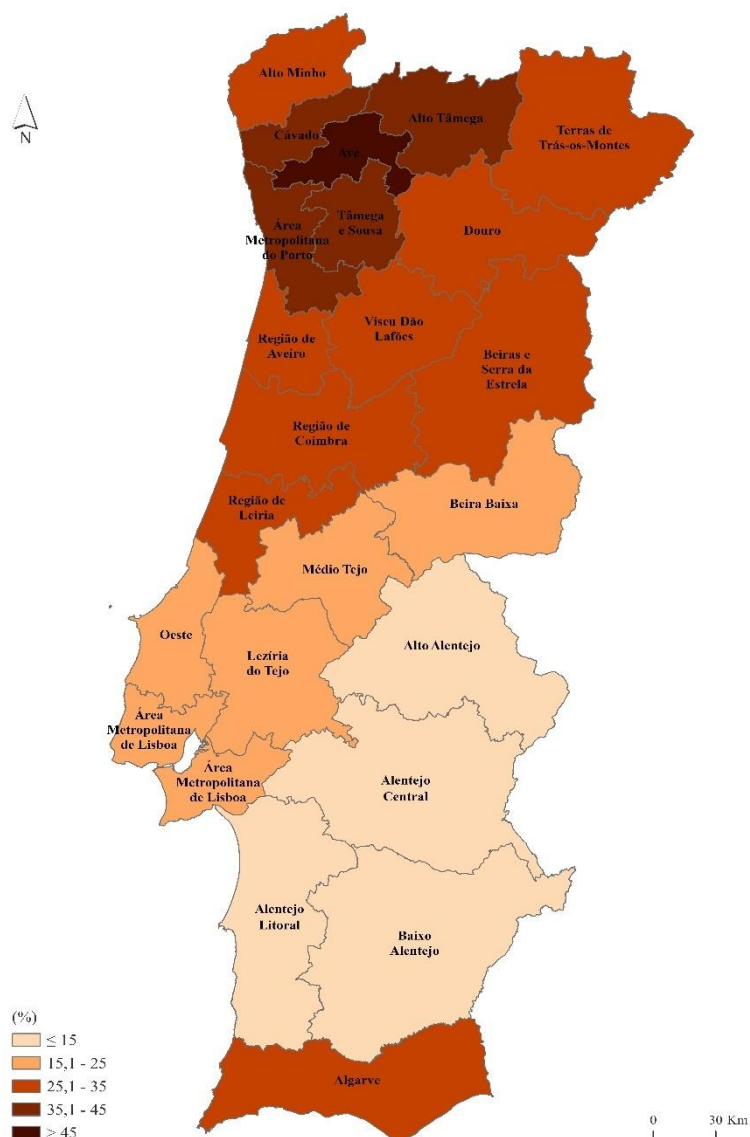


Figura 20 - Variação do índice de dependência de idosos, Portugal, entre 2011 e 2021

Fonte: INE, Censos 2011 e 2021| Fonte Cartográfica: Carta Administrativa Oficial de Portugal, Direção Geral do Território, 2022

Deste modo, a análise comparativa dos indicadores de envelhecimento demográfico confirma a existência de uma conjuntura transversal de envelhecimento em Portugal, embora com uma distribuição espacial relativamente heterogénea. As regiões do interior do país registam, de forma consistente, os valores mais elevados nos diferentes indicadores, tanto em 2011 como em 2021. Contudo, são as regiões do Norte que apresentam os maiores aumentos relativos no período em análise. Este resultado deve-se ao facto de possuírem, em 2011, valores absolutos comparativamente mais baixos, o que

faz com que, em termos percentuais, as variações observadas sejam mais expressivas do que nas restantes regiões do país.

5.2 Migração de Reformados em Portugal: distribuição espacial da MIR no contexto regional

A migração pode ser entendida como o resultado da interação entre as aspirações e as capacidades individuais para migrar (Carling & Schewel, 2018). No caso da migração internacional de reformados, esta envolve dimensões complexas associadas à identidade, ao consumo e à transformação dos estilos de vida (Williams et al., 2000), estando fortemente relacionada com o desejo de melhorar o bem-estar pessoal nas fases mais avançadas do ciclo de vida (Benson, 2011).

O campo de investigação que relaciona envelhecimento e migrações emergiu no início da década de 1990, sendo inicialmente estruturado em torno de duas grandes categorias: por um lado, os migrantes que envelhecem nos países de acolhimento (Bolzman et al., 1993) e, por outro, a migração internacional de reformados, centrada em fluxos de indivíduos que se deslocam para outros países após a reforma (King et al., 1998; Williams et al., 1997).

Em Portugal, o interesse científico por esta temática intensificou-se na última década, com a publicação de estudos dedicados à caracterização do perfil socioeconómico de migrantes idosos, às suas condições de vida, bem como às questões relacionadas com a saúde e o envelhecimento ativo (Machado & Roldão, 2010; M. M. Marques & Ciobanu, 2012). De forma complementar, Sampaio (2011) ampliou o quadro analítico nas áreas de baixa densidade demográfica no Algarve. Posteriormente, analisou o contexto da Região Autónoma dos Açores (RAC), ao considerar as diferentes formas de mobilidade – nomeadamente a migração laboral, migração de regresso e migração por estilo de vida na RAC (Sampaio, 2017, 2020). Por sua vez, estudos mais recentes têm-se centrado na migração de regresso de casais portugueses em idade de reforma (Azevedo, 2022a, 2022b, 2023) que contribuem para o aprofundamento de um domínio de investigação ainda incipiente (Azevedo, 2023). No caso específico do Algarve, os primeiros contributos sobre a migração internacional de reformados foram conduzidos por King et al. (1998, 2000), sendo esta região um destino privilegiado deste tipo de mobilidade, ainda que com um certo desfasamento temporal face a outros destinos do sul europeu (King et al., 2000).

Contudo, apesar da relevância empírica destes fluxos migratórios, a atenção científica dedicada ao fenómeno da migração de reformados mantém-se relativamente

limitada no contexto português (Azevedo, 2022a). Consequentemente, os cidadãos reformados têm permanecido à margem dos debates mais abrangentes sobre migrações e envelhecimento (Rauhut, 2021; Torkington & Ribeiro, 2019). Ainda assim, alguns contributos recentes, como os de Oliveira (2023), evidenciam o papel dos migrantes reformados no agravamento do índice de envelhecimento da população residente em Portugal, ao destacarem a distinção entre os impactos da imigração consoante a sua origem geográfica: enquanto a chegada de indivíduos oriundos de países terceiros contribui para minorar o envelhecimento da população, porque se trata maioritariamente de migração de ativos jovens, a imigração de reformados tende a intensificá-lo.

No contexto português, de acordo com os motivos que orientam a decisão de migrar, a população migrante idosa constitui um grupo heterógeno, que pode ser classificado em cinco grandes categorias: i) imigrantes que, ao atingirem a idade de reforma, decidem permanecer em Portugal; ii) imigrantes que migram com o objetivo de apoiar os filhos e cuidar dos netos em Portugal; iii) imigrantes provenientes, sobretudo, dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), que se deslocam para Portugal ao abrigo de acordos bilaterais para fins médicos (M. M. Marques & Ciobanu, 2012); iv) reformados nacionais que regressam ao país após um percurso migratório no estrangeiro; v) e cidadãos estrangeiros que escolhem Portugal como país de destino para viver a sua reforma (Azevedo, 2022a).

O primeiro grupo integra imigrantes que envelheceram em Portugal, muitos dos quais chegaram durante os fluxos migratórios da década de 1960, em contexto colonial, ou nos anos imediatamente após a descolonização, em 1974 e 1975, período em que se verificou a chegada de um número elevado de migrantes oriundos dos PALOP. Atualmente, uma parte expressiva desses migrantes decidiu permanecer no país e ultrapassou os 65 anos de idade, constituindo uma nova categoria de população migrante envelhecida (Machado, 2012). Ao longo do século XX, constatou-se que muitos migrantes, embora inicialmente idealizassem um eventual regresso ao país de origem - expectativa partilhada pelas autoridades, pelas sociedades recetoras e pelos próprios migrantes -, acabaram por se fixar de forma definitiva, o que contribuiu para o reforço do envelhecimento demográfico em Portugal (Machado & Roldão, 2010).

A segunda tipologia é composta por indivíduos que se deslocam para Portugal com o propósito de prestar apoio familiar, nomeadamente no cuidado dos netos, cujos pais são migrantes laborais. Este fenómeno, frequentemente designado como “Geração

0”, inclui avós provenientes, predominantemente, da Roménia, Ucrânia, Moldávia e dos PALOP, que acompanham os filhos, de maneira a contribuir para a coesão familiar e o suporte intergeracional no contexto da migração (M. M. Marques & Ciobanu, 2012).

A terceira categoria integra cidadãos dos PALOP que beneficiam de acordos bilaterais com Portugal, que lhes garantem acesso aos serviços públicos de saúde. Esta condição facilita a mobilidade destes migrantes idosos, permitindo-lhes usufruir de cuidados médicos em território português, fator que assume relevância nas decisões migratórias em idade avançada (M. M. Marques & Ciobanu, 2012).

O quarto grupo é constituído por emigrantes que decidiram regressar ao país de origem após uma experiência migratória no estrangeiro. A motivação para o regresso está frequentemente associada aos elevados custos de vida no país de acolhimento, que se tornam incompatíveis com os valores das reformas auferidas. Em Portugal, fatores como o menor custo de vida e a possibilidade de usufruir de um maior poder de compra com rendimentos obtidos no estrangeiro, quando comparados com as reformas nacionais, configuram-se como as principais razões que incentivam o regresso dos emigrantes portugueses, permitindo-lhes ter um estilo de vida mais confortável (Azevedo, 2022b).

Por fim, a quinta tipologia inclui indivíduos que migram após atingirem a idade de reforma, sobretudo dos países do Norte com destino aos países do Sul da Europa, incluindo Portugal (Machado & Roldão, 2010). Este fluxo tem registado um crescimento significativo nas últimas décadas (Machado, 2012) e, tal como no contexto europeu, os migrantes reformados são atraídos por um conjunto diversificado de fatores em Portugal, entre os quais se destacam o clima ameno (Torkington & Ribeiro, 2019), os custos de vida e habitação mais acessíveis, a gastronomia, os baixos níveis de criminalidade, o sentimento de segurança associado ao país, a perceção de uma maior qualidade de vida (Rauhut, 2021), o valor paisagístico, a cultura, os serviços de saúde (Sampaio, 2011), bem como os benefícios fiscais e tributários previstos no Decreto-Lei n.º 249/2009⁴. A ausência de barreiras significativas à mobilidade de cidadãos europeus na UE - nomeadamente no que diz respeito à obtenção de autorização de residência - constitui igualmente um fator facilitador, dado que este enquadramento legal assume um papel central na configuração das mobilidades pós-reforma, influenciando as motivações e as

⁴ Decreto-Lei n.º 249/2009, de 23 de setembro. Diário da República n.º 185/2009 - Iª série. Ministério das Finanças e da Administração Pública, <https://files.diariodarepublica.pt/1s/2009/09/18500/0677406783.pdf>

condições de permanência de migrantes reformados nos EM da UE, incluindo Portugal (Rauhut, 2021).

A conjugação destas cinco categorias de migrantes reformados tem contribuído, de forma significativa, para acentuar o envelhecimento demográfico em determinadas regiões do território nacional (Azevedo, 2022a).

Recentemente, a investigação tem vindo a evidenciar uma reconfiguração da geografia da mobilidade motivada por estilos de vida, tanto na Europa como a nível global (Sampaio & King, 2019). Destinos consolidados, como a Costa del Sol e a Costa Blanca, em Espanha, ou o Algarve, em Portugal, estão a ser progressivamente substituídos ou complementados por locais mais periféricos, valorizados pelo seu carácter rural e autêntico (Sampaio & King, 2019). Em Portugal, na região Centro, por exemplo, observa-se uma clara preferência dos migrantes reformados por contextos rurais, associados a uma forte valorização da natureza e da ruralidade, sendo esta escolha motivada pelo valor simbólico ligado à “purificação” das experiências anteriores de vida urbana e à procura de uma melhor qualidade de vida (Sardinha, 2018). Estes novos destinos - mais periféricos e essencialmente de matriz rural - emergem, assim, como espaços de distinção social e territorial, refletindo uma nova evolução nos padrões e nas preferências de migração internacional de reformados (Sampaio & King, 2019).

A migração internacional de reformados tem contribuído para melhorar o saldo migratório do país, mas, simultaneamente, intensifica o processo de envelhecimento demográfico em Portugal (Sampaio et al., 2018), dada a composição etária destes migrantes. Embora a população estrangeira com mais de 64 anos represente apenas cerca de 10% da população estrangeira residente em Portugal (INE, 2021b), esta possui um impacto significativo à escala regional, dado que cria padrões e dinâmicas territoriais que merecem uma análise com maior detalhe.

Entre 2011 e 2021, Portugal registou um acréscimo de 217 210 residentes estrangeiros, o que representa um aumento de 24,9% (INE, 2011a, 2021b).

Em 2011, três regiões apresentavam uma proporção de população estrangeira inferior a 4%, dezasseis regiões situavam-se entre os 4,1% e os 8%, duas regiões entre os 8,1% e os 12%, uma região (Área Metropolitana de Lisboa) entre os 12,1% e os 16%, e apenas o Algarve – apresentava uma proporção superior a 16%. Já em 2021, verifica-se um aumento generalizado da população estrangeira em todo o território nacional. Apenas

uma região (Tâmega e Sousa) registava uma proporção inferior a 4%, treze situavam-se entre os 4,1% e os 8%, seis entre os 8,1% e 12%, uma entre os 12,1% e os 16% e duas regiões – a Área Metropolitana de Lisboa e o Algarve – apresentavam uma proporção superior a 16% (Figura 21).

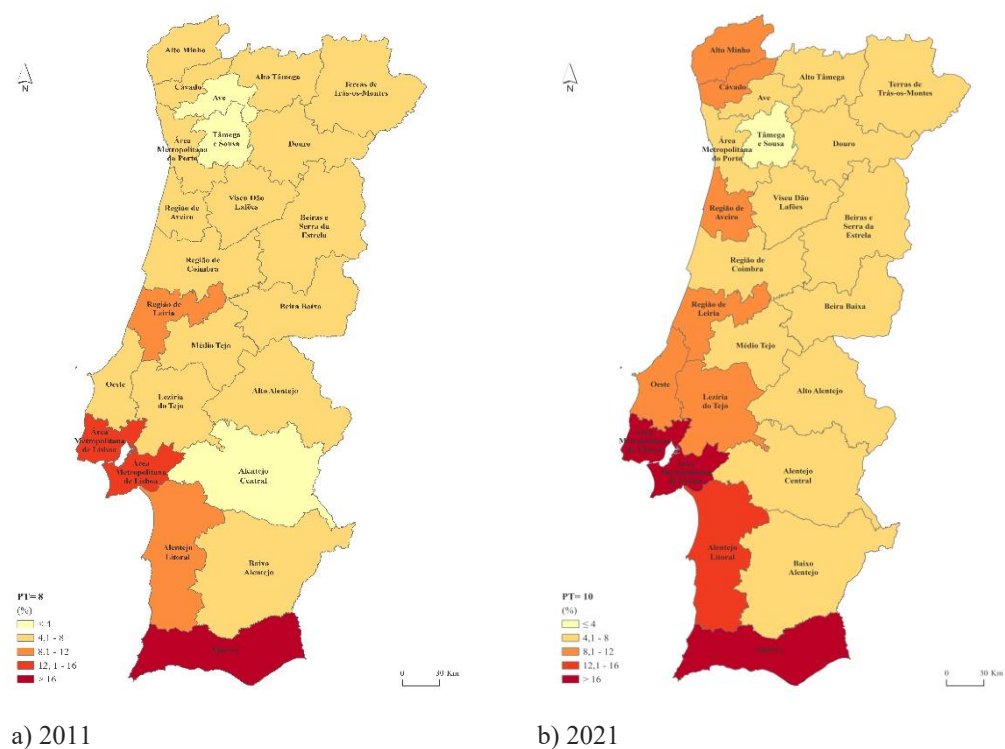


Figura 21 - a) População estrangeira em percentagem da população residente, Portugal, 2011; b) População estrangeira em percentagem da população residente, Portugal, 2021

Fonte: INE, Censos 2011 e 2021 | Fonte Cartográfica: Carta Administrativa Oficial de Portugal, Direção Geral do Território, 2022

Entre 2011 e 2021, a proporção de população estrangeira em relação à população residente aumentou em todas as regiões portuguesas, sendo as regiões do Alentejo Litoral e do Cávado as que registaram as maiores variações relativas, com acréscimo de 72,8% e 53,3%, respetivamente (Figura 22).

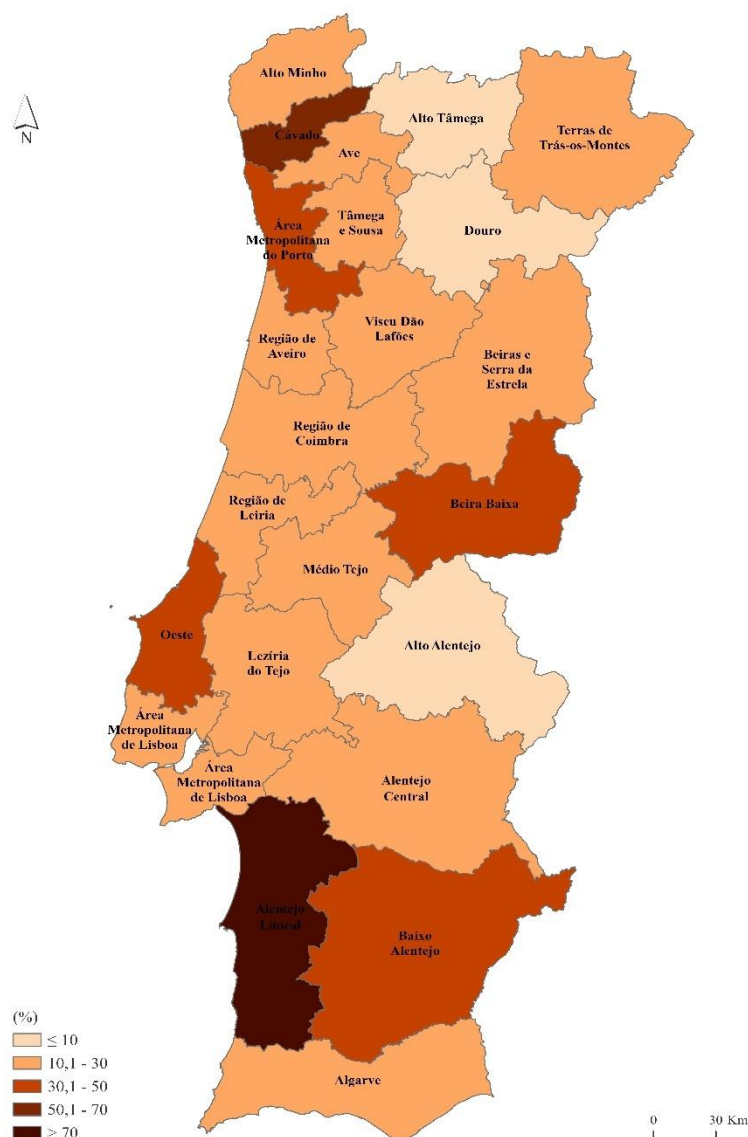


Figura 22 - Variação relativa da população estrangeira em percentagem da população residente, Portugal, entre 2011 e 2021

Fonte: INE, Censos 2011 e 2021| Fonte Cartográfica: Carta Administrativa Oficial de Portugal, Direção Geral do Território, 2022

Paralelamente, a população estrangeira com mais de 64 anos, também, registou um acréscimo de 51 204 residentes entre 2011 e 2021, o que representa um aumento de 88,9% (INE, 2011a, 2021b). Em 2021, esta faixa etária corresponde a 10% do total da população estrangeira residente em Portugal (INE, 2021b).

Em 2011, das 23 regiões portuguesas, a maioria (21) apresentavam uma proporção de população estrangeira com 65 ou mais anos inferior à média nacional (0,5%), existindo apenas duas regiões – o Algarve e a Área Metropolitana de Lisboa – onde essa proporção era de 1,6% e 1,1%, respetivamente. Em 2021, observa-se um padrão territorial mais

heterógeno, com nove regiões a registarem uma proporção de população estrangeira com mais de 64 anos inferior a 0,5%, onze regiões entre os 0,51% e os 1%, duas regiões entre os 1,1% e os 2%, e apenas uma região – o Algarve – com uma proporção superior a 3% (Figura 23).

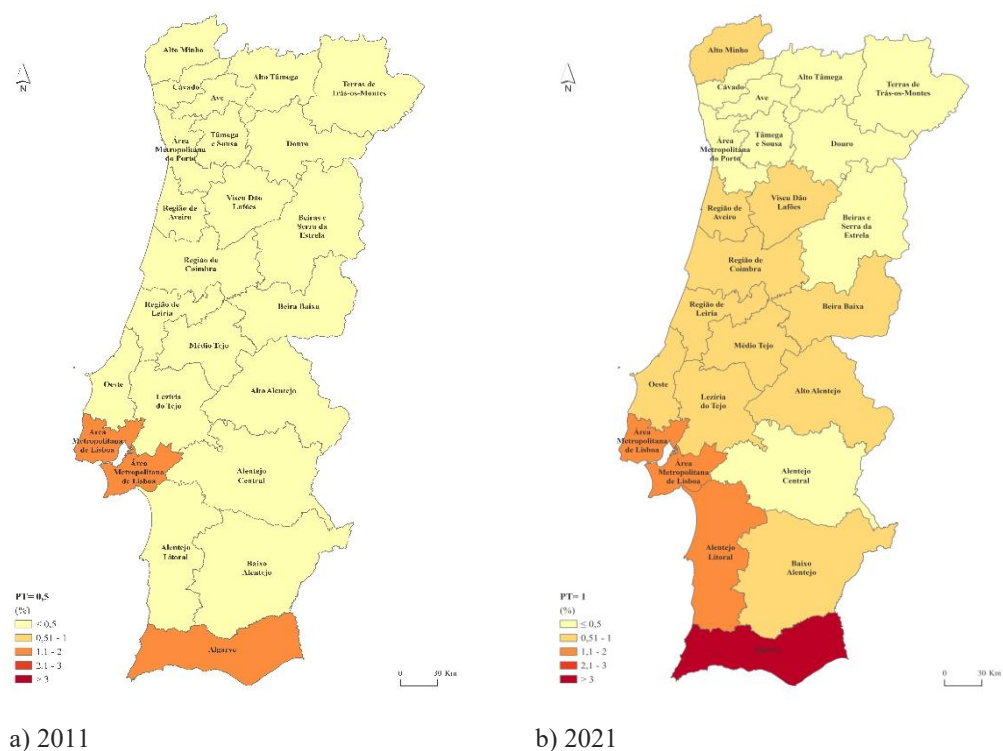


Figura 23 - a) População estrangeira com mais de 64 anos em percentagem da população residente, Portugal, 2011; b) População estrangeira com mais de 64 anos em percentagem da população residente, Portugal, 2021

Fonte: INE, Censos 2011 e 2021| Fonte Cartográfica: Carta Administrativa Oficial de Portugal, Direção Geral do Território, 2022

Por sua vez, a variação relativa da população estrangeira com mais de 64 anos, entre 2011 e 2021, também demonstra um claro aumento de migrantes idosos no país, com todas as regiões a registarem um acréscimo de população estrangeira nesta faixa etária. De salientar que as regiões do Oeste e do Alentejo Litoral foram as que registaram as maiores variações relativas, com incrementos de 162,9% e 141,2%, respetivamente (Figura 24).

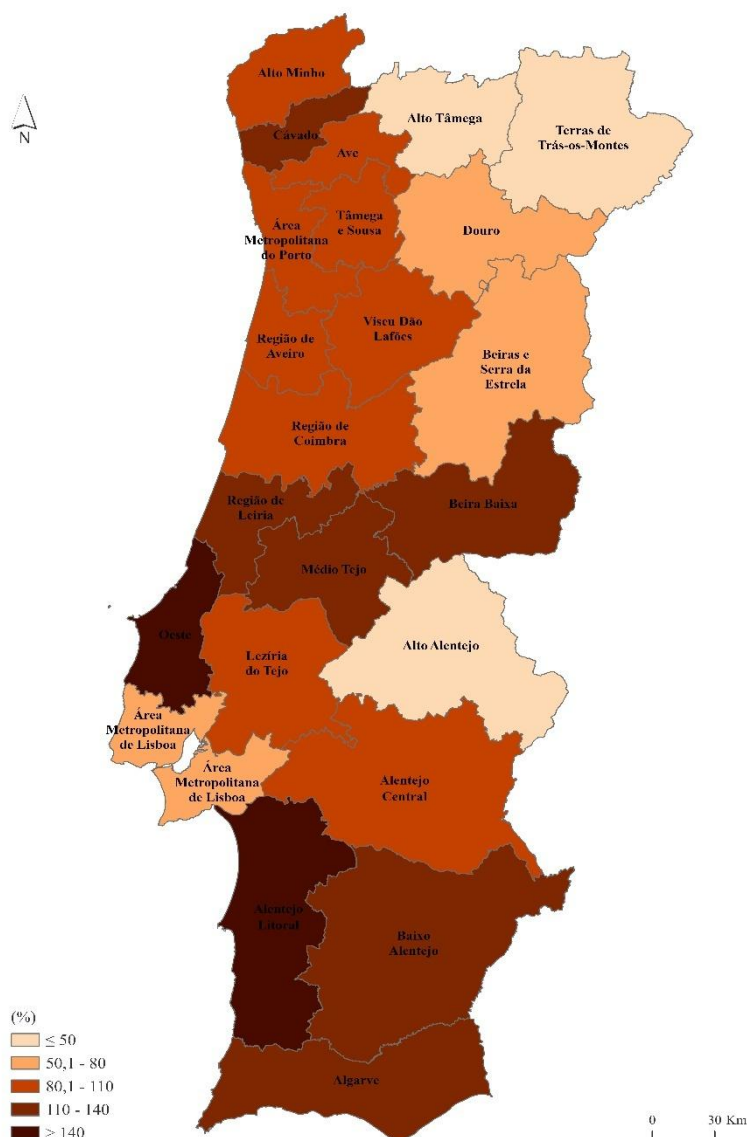


Figura 24 - Variação relativa da população estrangeira com mais de 64 anos em percentagem da população residente, Portugal, entre 2011 e 2021

Fonte: INE, Censos 2011 e 2021| Fonte Cartográfica: Carta Administrativa Oficial de Portugal, Direção Geral do Território, 2022

Em suma, a análise da distribuição e evolução da população estrangeira em Portugal entre 2011 e 2021 revela padrões territoriais heterógenos. Apesar do crescimento generalizado da população estrangeira em todo o país, as proporções mais elevadas concentram-se nas regiões litorais e urbanas, nomeadamente no Algarve e na Área Metropolitana de Lisboa, que permanecem como os principais polos de atração migratória. Este padrão é reforçado quando se analisa a população estrangeira com 65 ou mais anos, cuja distribuição revela uma forte concentração no Litoral Sul - nomeadamente na Área Metropolitana de Lisboa, no Alentejo Litoral e no Algarve. Embora tenha havido

um aumento relativo desta faixa etária em todas as regiões, os valores absolutos mais expressivos continuam a verificar-se no Algarve, o que evidencia a importância da migração internacional de reformados neste território. Por outro lado, várias regiões do Norte Interior mantêm proporções muito reduzidas de população estrangeira, refletindo uma menor capacidade de atração e fixação de migrantes, o que contribui para acentuar as disparidades territoriais já existentes. A evolução observada ao longo da década demonstra, assim, não apenas o crescimento da população estrangeira, mas também a consolidação de assimetrias espaciais, que reforçam os contrastes entre o Litoral e Interior, e entre as regiões metropolitanas e periféricas.

CONCLUSÃO

Este relatório é o resultado do trabalho desenvolvido durante o estágio curricular no Centro de Informação Europeia Jacques Delors, de outubro de 2024 a abril de 2025. Tendo em consideração que a dimensão demográfica relacionada com o envelhecimento da população europeia e a migração internacional de reformados, com foco na dimensão espacial, é pouco abordada nos *sites* oficiais da União Europeia, e não está integrada nos conteúdos disponíveis no dossiê informativo sobre as migrações na UE, este relatório procura demonstrar a relação entre estes dois fenómenos ao nível da União Europeia e de Portugal. A realização deste estágio permitiu-me aprofundar os conhecimentos teóricos adquiridos durante o mestrado e aplicar competências de investigação e análise, permitindo consolidar o meu conhecimento na área das migrações numa perspetiva europeia.

A investigação desenvolvida pretendeu reforçar a compreensão da relação entre o envelhecimento demográfico e a migração internacional de reformados na União Europeia e em Portugal, numa perspetiva geográfica e a diferentes escalas – europeia, nacional e regional.

Os resultados da investigação confirmam que o envelhecimento da população representa uma tendência estrutural e irreversível das sociedades contemporâneas, sendo a União Europeia particularmente marcada por este fenómeno. Em termos geográficos, o envelhecimento não apresenta o mesmo padrão, existindo algumas disparidades regionais e uma concentração de níveis de envelhecimento mais elevados nas regiões do Sul e da Europa Central.

Em paralelo, a migração internacional de reformados produz impactos territoriais significativos, devido à concentração altamente polarizada de migrantes em determinados locais, à natureza socialmente seletiva dos migrantes, bem como às suas características económicas, sociais e culturais, que influenciam as dinâmicas locais e regionais e intensificam o fenómeno de envelhecimento demográfico, dada a composição etária dos migrantes que integram este fluxo migratório.

Em Portugal, o paradigma mantém-se e constitui um desafio ainda mais premente, uma vez que o país é o segundo Estado-membro mais envelhecido da UE-27. Contudo, tal como no contexto europeu, o envelhecimento, apesar de ser uma tendência geral, não

apresenta um padrão territorial uniforme, sendo as regiões do interior do país particularmente fragilizadas em termos demográficos.

Por sua vez, a análise comparativa dos últimos censos revela um crescimento expressivo de migrantes idosos em todo o país, ainda com uma distribuição espacial relativamente heterogénea, uma vez que a população estrangeira com mais de 64 anos se concentra, maioritariamente, nas regiões litorais e urbanas, nomeadamente no Litoral Sul – Área Metropolitana de Lisboa, Alentejo Litoral e Algarve, o que contribui para um maior dinamismo demográfico, mas acentua as assimetrias territoriais já existentes face às restantes regiões que registam uma menor representatividade de migrantes idosos.

Neste contexto, esta investigação reforça a necessidade de considerar o envelhecimento demográfico e a migração internacional de reformados como uma dimensão estratégica nos debates sobre a sustentabilidade demográfica da União Europeia e de Portugal, de maneira a construir políticas públicas territorialmente diferenciadas, capazes de responder de forma adequada à complexidade destes dois fenómenos.

Em conclusão, a migração internacional de reformados contribui para melhorar o saldo migratório das regiões europeias e portuguesas, e para o minorar do despovoamento das regiões demograficamente vulneráveis, mas intensifica o processo de envelhecimento demográfico à escala europeia e nacional. A presente investigação pretende alertar para os impactos que este fluxo migratório possui para as dinâmicas das populações, dado que, ao contrário dos restantes fluxos migratórios, este em específico contribui para o agravamento do envelhecimento demográfico. Futuras investigações poderão aprofundar esta relação, ao explorarem de forma mais detalhada os impactos deste fluxo migratório em áreas como os serviços de saúde, a habitação e a integração social, de modo a contribuir para a construção de políticas públicas mais eficazes, coesas e territorialmente equitativas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ackers, L., & Dwyer, P. (2002). *Senior Citizenship?: Retirement, Migration and Welfare in the European Union*. Policy Press.
- Ackers, L., & Dwyer, P. (2004). Fixed laws, fluid lives: The citizenship status of post-retirement migrants in the European Union. *Ageing & Society*, 24(3), 451–475.
<https://doi.org/10.1017/S0144686X0300165X>
- Al-Khudairy, S. I. A. (2024). Theories of Migration: Sociological and Conceptual Dilemmas. *European Journal of Sustainable Development*, 13(1), Artigo 1.
<https://doi.org/10.14207/ejsd.2024.v13n1p31>
- Arango, J. (2000). Explaining Migration: A Critical View. *International Social Science Journal*, 52(165), 283–296. <https://doi.org/10.1111/1468-2451.00259>
- Arango, J. (2004). Theories of International Migration. Em *International Migration in the New Millennium*. Routledge.
- Azevedo, L. (2022a). Este país é para velhos ? Migrações e envelhecimento em Portugal. *Fórum Sociológico. Série II*, 40, Artigo 40.
<https://doi.org/10.4000/sociologico.10567>
- Azevedo, L. (2022b). Migração de regresso na reforma: Tensões e negociações no casal. *CIDADES, Comunidades e Territórios*, 44, 38–52.
- Azevedo, L. (2023). *Partir ou ficar?: Transição para a reforma e migração de regresso de casais portugueses na Suíça* [Tese de doutoramento, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório Iscte. <http://hdl.handle.net/10071/29086>
- Bach, R. L., & Schraml, L. A. (1982). Migration, crisis and theoretical conflict. *The International Migration Review*, 16(2), 320–341.
- Bandeira, M. L. (1996). *Demografia e modernidade: Família e transição demográfica em Portugal*. Imprensa Nacional Casa da Moeda.

- Bandeira, M. L., Azevedo, A., Gomes, C., Tomé, L. P., Mendes, M. F., Batista, I., & Moreira, M. J. G. (2014). “*Dinâmicas Demográficas e Envelhecimento da População Portuguesa, 1950-2011 Evolução e Perspectivas*”. Fundação Francisco Manuel dos Santos. <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/20693>
- Bastia, T., Lulle, A., & King, R. (2022). Migration and development: The overlooked roles of older people and ageing. *Progress in Human Geography*, 46(4), 1009–1027. <https://doi.org/10.1177/03091325221090535>
- Benson, M. (2011). *The British in Rural France: Lifestyle migration and the ongoing quest for a better way of life*. Manchester University Press. <https://doi.org/10.7228/manchester/9780719082498.001.0001>
- Benson, M., & O’Reilly, K. (2009). Migration and the search for a better way of life: A critical exploration of lifestyle migration. *The Sociological Review*, 57(4), 608–625. <https://doi.org/10.1111/j.1467-954X.2009.01864.x>
- Bermingham, J. R. (2001). Immigration: Not a Solution to Problems of Population Decline and Aging. *Population and Environment*, 22(4), 355–363. <https://doi.org/10.1023/A:1006782904046>
- Blay, J., & Alberich, J. (2023). La población extranjera y su importancia en los procesos de la despoblación en España. Em *Despoblación y mundo rural europeo mediterráneo. El caso de Andalucía* (Eugenio Cejudo García&Francisco Navarro Valverde (coord.), pp. 221–247). Ed. Tirant lo Blanch.
- Böcker, A. G. M. (1994). Chain migration over legally closed borders: Settled immigrants as bridgeheads and gatekeepers. 106. <https://repository.ubn.ru.nl/handle/2066/31915>
- Bolzman, C., Fibbi, R., & Vial, M. (1993). Les immigrés face à la retraite: Rester ou retourner ? *Swiss Journal of Economics and Statistics (SJES)*, 129(III), 371–384.

- Cabral, M. V., Ferreira, P. M., Silva, P. A. da, Jerónimo, P., & Marques, T. (2013). *Processos de Envelhecimento em Portugal: Usos do tempo, redes sociais e condições de vida*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
<https://repositorio.ulisboa.pt/handle/10451/24456>
- Carling, J., & Schewel, K. (2018). Revisiting aspiration and ability in international migration. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 44(6), 945–963.
<https://doi.org/10.1080/1369183X.2017.1384146>
- Casado-Díaz, M. A. (1999). Socio-demographic impacts of residential tourism: A case study of Torrevieja, Spain. *International Journal of Tourism Research*, 1(4), 223–237. [https://doi.org/10.1002/\(SICI\)1522-1970\(199907/08\)1:4<223::AID-JTR153>3.0.CO;2-A](https://doi.org/10.1002/(SICI)1522-1970(199907/08)1:4<223::AID-JTR153>3.0.CO;2-A)
- Casado-Díaz, M. A., Kaiser, C., & Warnes, A. M. (2004). Northern European retired residents in nine southern European areas: Characteristics, motivations and adjustment. *Ageing & Society*, 24(3), 353–381.
<https://doi.org/10.1017/S0144686X04001898>
- Castles, S. (2005). *Globalização, Transnacionalismo e Novos Fluxos Migratórios – Dos Trabalhadores Convidados às Migrações Globais* (1.^a ed.). Fim de Século.
- Castles, S., Haas, H. de, & Miller, M. (2014). Theories of Migration. Em *The Age of Migration*. http://dx.doi.org/10.1007/978-0-230-36639-8_2
- Castro, E. A. de, Martins, J. M., & Silva, C. J. (2015). *A demografia e o país: Previsões cristalinas sem bola de cristal*. Gradiva.
- Centro de Informação Europeia Jacques Delors. (2025). *Relatório de Atividades: 2024*.
<https://infoeuropa.mne.gov.pt/Nyron/Library/Catalog/winlibimg.aspx?doc=59535&img=12350>

- Chesnais, J.-C. (1986). Les types de transition démographique. Em *La transition démographique* (pp. 219–272). Ined Éditions.
<https://doi.org/10.4000/books.ined.13507>
- Ciobanu, R. O., Fokkema, T., & Nedelcu, M. (2017). Ageing as a migrant: Vulnerabilities, agency and policy implications. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 43(2), 164–181.
<https://doi.org/10.1080/1369183X.2016.1238903>
- Claval, P. (2007). *História da Geografia*. Edições 70.
- Coale, A. J. (1984). The Demographic Transition. *The Pakistan Development Review*, 23(4), 531–552.
- Coleman, D. (2001). Population ageing—An unavoidable future. *Social Biology and Human Affairs*, 7(66). <https://ora.ox.ac.uk/objects/uuid:00216be8-5091-4b74-9dba-149a30bacc53>
- Cooley, T. F., Henriksen, E., & Nusbaum, C. (2024). Demographic obstacles to European growth. *European Economic Review*, 169, 104829.
<https://doi.org/10.1016/j.eurocorev.2024.104829>
- Costa, M. I. (2022). Demographic ageing and vulnerability in the European Union: A brief analysis of the challenges and opportunities it poses. *UNIO – EU Law Journal*, 8(1), Artigo 1. <https://doi.org/10.21814/unio.8.1.3920>
- Costa, N. M., & Louro, A. (2023). Envelhecer em Portugal: Uma perspectiva geográfica. *Finisterra*, 58(123), Artigo 123. <https://doi.org/10.18055/Finis32570>
- Costa, T., & Remoaldo, P. (2012). Portugal, um país de Cabelos Brancos: O envelhecimento da população portuguesa e as suas implicações no ordenamento do território. *AURORA Geography Journal*, 4(4).

- Cravidão, F. (1995). A população portuguesa no final do séc. XX – Que políticas demográficas para o território Nacional. *A Península Ibérica – um espaço em mutação*, 1, 580–588.
- Cravidão, F., & Matos, M. A. de. (1990). *A população portuguesa dos anos 60 ao final do século XX: O envelhecimento acelerado*. https://doi.org/10.14195/0871-1623_9_2
- Cross, M., Castles, S., & Waldinger, R. (1998). Migration and the informal economy in Europe. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 24(2).
- Daniele, F., Honiden, T., & Lembcke, A. C. (2019). Ageing and productivity growth in OECD regions: Combatting the economic impact of ageing through productivity growth? *OECD Regional Development Working Papers*, 2019(8). <https://doi.org/10.1787/9dcb3116-en>
- de Haas, H. (2008). *Migration and development: A theoretical perspective*. <https://ora.ox.ac.uk/objects/uuid:6bff85e1-4e92-4e65-acd9-579dc035d592>
- de Haas, H. (2018). Migration and Development: A Theoretical Perspective. *International Migration Review*. <https://journals.sagepub.com/doi/10.1111/j.1747-7379.2009.00804.x>
- Diaconu, L. (2015). Ageing Population: Comparative Analysis Among European Union States. *CES Working Papers*, 7(1)(1), 50–59.
- Diggs, J. (2008). Demographic Transition Theory of Aging. Em S. J. Loue & M. Sajatovic (Eds.), *Encyclopedia of Aging and Public Health* (pp. 266–268). Springer US. https://doi.org/10.1007/978-0-387-33754-8_123
- Długosz, Z. (2011). Population ageing in Europe. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 19, 47–55. <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2011.05.106>

- Długosz, Z., & Kurek, S. (2006). Demographic ageing in European Union countries. *Em Europa XXI: Regional periphery in Central and Eastern Europe* (Vol. 15, pp. 185–197).
- Dortier, J.-F. (2006). *Dicionário das Ciências Humanas*. Climepsi Editores.
- Dumont, G.-F. (2006). *Les territoires face au vieillissement en Europe: Géographie, politique, prospective*. Ellipses.
- Dwyer, P. (2000). *Movements to some purpose? An exploration of international retirement migration in the European Union*.
<https://www.semanticscholar.org/paper/Movements-to-some-purpose-An-exploration-of-in-the-Dwyer/25a679b6cc6d5c92f98565de5f14ccdf86282cfd>
- Espenshade, T. J., Bouvier, L. F., & Arthur, W. B. (1982). Immigration and the stable population model. *Demography*, 19(1), 125–133.
- European Commission. (2023). *The impact of demographic change in Europe—European Commission*. https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/new-push-european-democracy/impact-demographic-change-europe_en
- European Parliamentary Research Service. (2022). *Demographic Outlook for the European Union – 2022* (No. 1; pp. 1–72).
[https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2022/729461/EPRS_STU\(2022\)729461_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2022/729461/EPRS_STU(2022)729461_EN.pdf)
- Eurostat. (2011a). *Population by group of country of birth, occupation and NUTS 2 region* [Dataset]. https://doi.org/10.2908/CENS_11COBO_R2
- Eurostat. (2011b). *Population on 1 January by age group, sex and NUTS 2 region* [Dataset]. https://doi.org/10.2908/DEMO_R_PJANGROUP

- Eurostat. (2020). *Ageing Europe—Looking at the lives of older people in the EU — 2020 edition*. <https://ec.europa.eu/eurostat/web/products-statistical-books/-/ks-02-20-655>
- Eurostat. (2021a). *Population by country of birth, age groups, education and NUTS 2 region* [Dataset]. https://doi.org/10.2908/CENS_21COBE_R2
- Eurostat. (2021b). *Population by current activity status, age and NUTS 2 region* [Dataset]. https://doi.org/10.2908/CENS_21A_R2
- Eurostat. (2021c). *Proportion of population aged 65 and over* [Dataset]. <https://doi.org/10.2908/TPS00028>
- Eurostat. (2023a). *Live births by mother's age and legal marital status* [Dataset]. https://doi.org/10.2908/DEMO_FAGEC
- Eurostat. (2023b). *Total fertility rate* [Dataset]. <https://doi.org/10.2908/TPS00199>
- Eurostat. (2024a). *Ageing Europe—Statistics on population developments*. https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Ageing_Europe_-_statistics_on_population_developments
- Eurostat. (2024b). *Median age of population* [Dataset]. https://doi.org/10.2908/DEMO_PJANIND
- Eurostat. (2024c). *Population on 1 January by age group, sex and citizenship* [Dataset]. https://doi.org/10.2908/MIGR_POP1CTZ
- Eurostat. (2024d). *Population on 1 January—Total* [Dataset]. https://doi.org/10.2908/DEMO_GIND
- Eurostat. (2024e). *Proportion of population aged 65 and over* [Dataset]. <https://doi.org/10.2908/TPS00028>
- Evandrou, M. (1997). *Baby Boomers: Ageing in the 21st Century*. Age Concern Books.

- Faist, T. (2000). *The Volume and Dynamics of International Migration and Transnational Social Spaces*. Clarendon Press.
- Feld, S. (2000). Active Population Growth and Immigration Hypotheses in Western Europe. *European Journal of Population / Revue Européenne de Démographie*, 16(1), 3–39. <https://doi.org/10.1023/A:1006331030823>
- Ferrão, J. (2005). Dinâmicas Demográficas: Uma Visão Panorâmica. Em *Geografia de Portugal* (João Ferrão e Teresa Barata Salgueiro, Vols. 2 – Sociedade, Paisagens e Cidades, pp. 50–71). Círculo de Leitores.
- Fričová, V., & Matěja, Z. (2016). *Demographic Aging of the European Union Countries*. Univerzita Pardubice. <https://hdl.handle.net/10195/67339>
- Fussell, E. (2012). Space, Time, and Volition: Dimensions of Migration Theory. *Oxford Handbook of the Politics of International Migration*. <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780195337228.013.0002>
- García, A. A. (1993). La decisión de emigrar en las personas de edad. *Estudios Geográficos*, 54(210), Artigo 210. <https://doi.org/10.3989/egeogr.1993.i210.5>
- Gavrilov, L. A., & Heuveline, P. (2003). Aging of Population. Em *The Encyclopedia of Population*. (Paul Demeny and Geoffrey McNicoll, pp. 32–37). New York: Macmillan Reference USA.
- Ghio, D., Goujon, A., & Natale, F. (2022). Assessing the demographic impact of migration on the working-age population across European territories. *Demographic Research*. <https://doi.org/10.4054/demres.2022.46.9>
- Giddens, A. (1991). *Modernity and Self-Identity: Self and Society in the Late Modern Age*. Stanford University Press.
- Goldin, I., Cameron, G., & Balarajan, M. (2011). *Exceptional People: How Migration Shaped Our World and Will Define Our Future*. Princeton University Press.

- Gomes, M. C. S., & Pimentel, D. (2024). « Vivre en crise » ou les autres descriptions de la crise démographique: Leur perception et l'évolution du concept au Portugal. Em *Pouvoir et répercussions des mots dans la gestion et la construction des crises démographiques* (pp. 107–123). Association Internationale des Démographes de Langue Française.
- Gregory, T., & Patuelli, R. (2015). Demographic ageing and the polarization of regions - An exploratory space–time analysis. *Environment and Planning A: Economy and Space*, 47(5), 1192–1210. <https://doi.org/10.1177/0308518X15592329>
- Gustafson, P. (2008). Transnationalism in retirement migration: The case of North European retirees in Spain. *Ethnic and Racial Studies*, 31(3), 451–475. <https://doi.org/10.1080/01419870701492000>
- Gustafson, P. (2013). Retirement migration. Em *The Encyclopedia of Global Human Migration*. John Wiley & Sons, Ltd. <https://doi.org/10.1002/9781444351071.wbeghm452>
- Haas, W., & Serow, W. J. (1993). Amenity Retirement Migration Process: A Model and Preliminary Evidence. *The Gerontologist*, 33(2), 212–220. <https://doi.org/10.1093/geront/33.2.212>
- Hammar, T., Brochmann, G., Tamas, K., & Faist, T. (1997). *International Migration, Immobility and Development: Multidisciplinary Perspectives*. Berg Publishers.
- Hrzic, R., & Vogt, T. (2024). The contribution of avoidable mortality to life expectancy differences and lifespan disparities in the European Union: A population-based study. *The Lancet Regional Health - Europe*, 46, 101042. <https://doi.org/10.1016/j.lanepe.2024.101042>
- INE. (2011a). *População residente (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011), Sexo, Grupo etário e Naturalidade (País); Decenal [Dataset]*.

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006352&contexto=bd&selTab=tab2

INE. (2011b). *População residente (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013), Sexo e Grupo etário; Anual* [Dataset].

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008273&contexto=bd&selTab=tab2

INE. (2021a). *População residente (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013), Sexo e Grupo etário (Por ciclos de vida); Decenal* [Dataset].

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0011609&xlang=pt&contexto=bd&selTab=tab2

INE. (2021b). *População residente (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013), Sexo, Grupo etário e Naturalidade (País); Decenal* [Dataset].

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0011628&contexto=bd&selTab=tab2

Innes, A. (2008). Growing older in Malta: Experiences of British retirees. Em *International Journal of Ageing and Later Life* (2.^a ed., Vol. 3, pp. 7–42).

<https://doi.org/10.3384/ijal.1652-8670.08327>

Jackson, J. A. (1991). *Migrações*. Escher.

Kalibová, K. (2001). *Úvod do demografie*. Karolinum.

Kalibová, K., Pavlík, Z., & Vodáková, A. (2009). *Demografie (nejen) pro demografy* (3.^a ed.). Sociologické nakladatelství (SLON).

- Kashnitsky, I., de Beer, J., & van Wissen, L. (2017). Decomposition of regional convergence in population aging across Europe. *Genus*, 73(1), 2.
<https://doi.org/10.1186/s41118-017-0018-2>
- King, R. (2002). Towards a new map of European migration. *International Journal of Population Geography*, 8(2), 89–106. <https://doi.org/10.1002/ijpg.246>
- King, R. (2012). *Theories and Typologies of Migration: An Overview and a Primer*. Malmö University, Malmö Institute for Studies of Immigration, Diversity and Welfare (MIM).
- King, R., Warnes, A. M., & Williams, A. M. (1998). *International retirement migration in Europe*.
- King, R., Warnes, T., & Williams, A. (2000). *Sunset Lives: British Retirement Migration to the Mediterranean*. Berg Publishers.
- Korpela, M. (2010). Me, Myself and I: Western Lifestyle Migrants in Search of Themselves in Varanasi, India. *Recreation and Society in Africa, Asia and Latin America*, 1(1), Artigo 1.
<https://journal.lib.uoguelph.ca/index.php/rasaala/article/view/1500>
- Landry, A. (2020). La révolution démographique: Études et essais sur les problèmes de la population. Em *La révolution démographique: Études et essais sur les problèmes de la population*. Ined Éditions.
<https://books.openedition.org/ined/15465>
- Laslett, P. (1991). *A Fresh Map of Life: The Emergence of the Third Age*. Harvard University Press.
- Lee, E. (1966). A theory of migration. *Demography*, 3(1), 47–57.
<https://doi.org/10.2307/2060063>

- Lee, R. (2003). The Demographic Transition: Three Centuries of Fundamental Change. *Journal of Economic Perspectives*, 17(4), 167–190.
<https://doi.org/10.1257/089533003772034943>
- Lesthaeghe, R. (2014). The second demographic transition: A concise overview of its development. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, 111(51), 18112–18115.
<https://doi.org/10.1073/pnas.1420441111>
- Lesthaeghe, R., & Van de Kaa, D. J. (1986). Twee demografische transitities. *Bevolking: groei en krimp*, 1986, 9–24.
- Lutz, W. (2009). The Demography of Future Global Population Aging: Indicators, Uncertainty, and Educational Composition. *Population and Development Review*, 35(2), 357–365. <https://doi.org/10.1111/j.1728-4457.2009.00282.x>
- Machado, F. L. (2012). Imigrantes idosos e envelhecimento ativo. Em *Migrações: Revista do Observatório da Imigração*, 10. ACIDI.
- Machado, F. L., & Roldão, C. (2010). *Imigrantes idosos: Uma nova face da imigração em Portugal*. ACIDI.
- Marques, M. M., & Ciobanu, R. O. (2012). *Migrantes idosos em Portugal*. Principia.
- Marques, T. S., Matos, F. L., Maia, C., & Ribeiro, D. (2021). Densidades populacionais e territórios em mutação. Em *Geografia turismo e território: Livro de homenagem a Fernanda Delgado Cravidão* (Lúcio Cunha, Luciano Lourenço, Paulo Nossa, Paula Santana & Norberto Santos (coord.), pp. 286–308). Imprensa da Universidade de Coimbra. <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/133856>

- Massey, D. S., Arango, J., Hugo, G., Kouaouci, A., & Pellegrino, A. (1998). *Worlds in Motion: Understanding International Migration at the End of the Millennium*. Clarendon Press.
- Massey, D. S., Arango, J., Hugo, G., Kouaouci, A., Pellegrino, A., & Taylor, J. E. (1993). Theories of International Migration: A Review and Appraisal. *Population and Development Review*, 19(3), 431–466.
<https://doi.org/10.2307/2938462>
- Mauritti, R., Nunes, N., Alves, J., & Diogo, F. (2019). Desigualdades sociais e desenvolvimento em Portugal: Um olhar à escala regional e aos territórios de baixa densidade. *Desigualdades sociais e desenvolvimento em Portugal: um olhar à escala regional e aos territórios de baixa densidade*, 19, 102–126.
<https://doi.org/10.30553/SOCIOLOGIAONLINE.2019.19.5>
- McGarrigle, J. (2022). Lifestyle Migration. Em P. Scholten (Ed.), *Introduction to Migration Studies: An Interactive Guide to the Literatures on Migration and Diversity* (pp. 169–177). Springer International Publishing.
https://doi.org/10.1007/978-3-030-92377-8_10
- Mendes, M. F. (2017). Envelhecimento e fecundidade: Uma antevisão do nosso futuro demográfico. Em *Envelhecimento na Sociedade Portuguesa—Pensões, Família e Cuidados* (Pedro Moura Ferreira, Manuel Villaverde Cabral e Amílcar Moreira (org.), pp. 111–140). Imprensa de Ciências Sociais.
- Mirkin, B., & Weinberger, M. B. (2001). The Demography of Population Ageing in Population Ageing and Living Arrangements of Older Persons: Critical Issues and Policy Responses. *Population Bulletin of the United Nations*, 41–58.
- Monnier, A. (2007). Le baby-boom: Suite et fin. *Population & Sociétés*, 431(2), 1–4.
<https://doi.org/10.3917/popsoc.431.0001>

- Moreira, M. J. G. (2020). *Como envelhecem os portugueses: Envelhecimento, saúde, idadismo*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
<http://hdl.handle.net/10400.11/7409>
- Moreira, M. J. G., & Pinheira, V. (2023). Ficar ou partir: Perspetivas de residência após a reforma de residentes em meio urbano ou rural em territórios do interior de Portugal. *Finisterra*, 58(123), Artigo 123. <https://doi.org/10.18055/Finis31371>
- Moreira, M. J. G., & Rodrigues, T. F. (2008). As Regionalidades Demográficas do Portugal Contemporâneo. *Revista População e Prospectiva do Centro de Estudos da População Economia e Sociedade*, 1–38.
- Nazareth, J. M. (1995). A situação demográfica portuguesa no contexto da união europeia no início dos anos noventa. *População e Sociedade*, 1, 9–26.
- Nazareth, J. M. (2009). *Crescer e envelhecer – Constrangimentos e oportunidades do envelhecimento demográfico*. Editorial Presença.
- Nedelcu, M., Tomás, L., Ravazzini, L., & Azevedo, L. (2024). A retirement mobilities approach to transnational ageing. *Mobilities*, 19(2), 208–226.
<https://doi.org/10.1080/17450101.2023.2213402>
- Nicolini, R., & Roig, J. L. (2024). The spatial dimension of ageing and growth in European regions. *The Annals of Regional Science*, 73(4), 1649–1679.
<https://doi.org/10.1007/s00168-024-01311-z>
- Nossa, P. (2014). Envelhecimento Demográfico: Receios e oportunidades no Sec. XXI. *Em Espaços de Fronteira, Territórios de esperança: Das vulnerabilidades às dinâmicas de desenvolvimento* (Jacinto Rui (Org.)). CEI.
- Notestein, F. W. (1945). Population: The long view. Em *Food for the world* (Theodore W. Schultz Ed.). University of Chicago Press.

- Oliveira, C. R. (2023). *Indicadores de integração de imigrantes: Relatório estatístico anual 2023*. Observatório das Migrações.
- O'Reilly, K. (2000). *The British on the Costa Del Sol: Transnational Identities and Local Communities*. Psychology Press.
- Padeiro, M. (2021). Recomposições territoriais do envelhecimento em Portugal. Em *Geografia, Turismo e Território: Livro de homenagem a Fernanda Delgado Cravidão* (Paula Santana, Luciano Lourenço, Noberto Santos, Paulo Nuno Nossa & Lúcio Cunha (coord.), pp. 221–242). Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Peixoto, J., Craveiro, D., Malheiros, J., Oliveira, I. T. de, Gomes, C. S., Abreu, D., Marques Da Costa, E., Alves, J., Moreira, M. J. G., Garcia, M. T. M., Albuquerque, P., & Escária, V. (2017). *Migrações e sustentabilidade demográfica: Perspetivas de evolução da sociedade e economia portuguesas*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
<https://repositorio.ulisboa.pt/handle/10451/42454>
- Pekkala Kerr, S., & Kerr, W. R. (2011). *Economic Impacts of Immigration: A Survey* (Working Paper No. 16736). National Bureau of Economic Research.
<https://doi.org/10.3386/w16736>
- Pollard, J. H. (1973). Mathematical models for the growth of human populations. *ResearchGate*. <https://doi.org/10.24201/edu.v10i03.331>
- Potančoková, M., Stonawski, M., & Gailey, N. (2021). Migration and demographic disparities in macro-regions of the European Union, a view to 2060. *Demographic Research*, 45, 1317–1354.
<https://doi.org/10.4054/DemRes.2021.45.44>

- Prakash, N. (2009). *The development impact of workers' remittances in Fiji* [Master Thesis, Massey University]. <http://hdl.handle.net/10179/1281>
- Preston, S., Himes, C., & Eggers, M. (1989). *Demographic conditions responsible for population aging*.
- Rauhut, D. (2021). Heading for a 'Better Life'? Why Swedes Move to Portugal. *Nordic Journal of Migration Research*, 11(3). <https://doi.org/10.33134/njmr.441>
- Ravenstein, E. G. (1885). The Laws of Migration. *Journal of the Statistical Society of London*, 48(2), 167–227. <https://doi.org/10.2307/2979181>
- Rees, P., van der Gaag, N., de Beer, J., & Heins, F. (2012). European Regional Populations: Current Trends, Future Pathways, and Policy Options. *European Journal of Population*, 28(4), 385–416. <https://doi.org/10.1007/s10680-012-9268-z>
- Reher, D. S. (2004). The demographic transition revisited as a global process. *Population, Space and Place*, 10(1), 19–41. <https://doi.org/10.1002/psp.313>
- Ribeiro, A. I. (2023). *Métodos em Demografia*. Instituto de Saúde Pública da Universidade do Porto Rua das Taipas 135, 4050-600 Porto.
- Richmond, A. H. (1988). Sociological theories of international migration: The case of refugees. *Current Sociology. La Sociologie Contemporaine*, 36(2), 7–25, 107–108. <https://doi.org/10.1177/001139288036002004>
- Roca, M., & Pimentel, D. (2003). Causas Prováveis das Migrações Internas em Portugal na Década de Noventa. *GeoINova- "Migrações, Desenvolvimento e Território.*, 8.
- Rodrigues, T. (2010). A população portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade. *População e Sociedade*, 18, 21–41.

- Rodriguez, V., Fernandez-mayoralas, G., & Rojo, F. (1998). European retirees on the Costa del Sol: A cross-national comparison. *International Journal of Population Geography: IJPG*, 4(2), 183–200. [https://doi.org/10.1002/\(SICI\)1099-1220\(199806\)4:2<183::AID-IJPG101>3.0.CO;2-8](https://doi.org/10.1002/(SICI)1099-1220(199806)4:2<183::AID-IJPG101>3.0.CO;2-8)
- Rogers, A., Frey, W., Rees, P., Speare, A., & Warnes, A. (1992). *Elderly migration and population redistribution: A comparative study*. Belhaven Press.
<https://www.semanticscholar.org/paper/Elderly-migration-and-population-redistribution-%3A-a-Rogers-Frey/2e26dd32ed9cdbcca26602b037eb27eebc661e55>
- Rosa, M. J. V. (1993). O desafio social do envelhecimento demográfico. *Análise Social*, 28(122), 679–689.
- Rosa, M. J. V. (1996). Envelhecimento demográfico: Proposta de reflexão sobre o curso dos factos. *Análise Social*, 31(139), 1183–1198.
- Rosa, M. J. V., & Chitas, P. (2010). *Portugal: Os números* (Vol. 3). Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Rosa, M. J. V., Seabra, H., & Santos, T. (2004). *Contributos dos Imigrantes na demografia portuguesa: O papel das populações de nacionalidade estrangeira* (2ª). Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME).
- Saczuk, K. (2003). *Development and Critique of the Concept of Replacement Migration*. http://dx.doi.org/10.1007/978-90-481-8948-9_13
- Salt, J. (1987). Contemporary trends in international migration study. *International Migration (Geneva, Switzerland)*, 25(3), 241–251.
<https://doi.org/10.1111/j.1468-2435.1987.tb00586.x>
- Sampaio, D. (2011). *Migrações pós-reforma em áreas de baixa densidade do Algarve: Um olhar da geografia na perspectiva do desenvolvimento local* [Dissertação de

- Mestrado, IGOT - Universidade de Lisboa].
- https://repositorio.ulisboa.pt/handle/10451/6032?locale=pt_PT
- Sampaio, D. (2017). Ageing ‘here’ or ‘there’? Spatio-temporalities in older labour migrants’ return aspirations from the Azores. *Finisterra*, 52(106), Artigo 106.
- <https://doi.org/10.18055/Finis9961>
- Sampaio, D. (2020). Ageing strategically: On migration, care, and diversity in later life. *Population, Space and Place*, 26(4), e2317. <https://doi.org/10.1002/psp.2317>
- Sampaio, D., & King, R. (2019). ‘It’s not everybody that wants to stay on a remote island’: Understanding distinction in the context of lifestyle migrants growing older in the Azores. *Journal of Rural Studies*, 72, 186–195.
- <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2019.10.021>
- Sampaio, D., King, R., & Walsh, K. (2018). Geographies of the ageing–migration nexus: An introduction. *Area*, 50(4), 440–443.
- <https://doi.org/10.1111/area.12463>
- Sanderson, W. C., & Scherbov, S. (2007). A new perspective on population aging. *Demographic Research*, 16, 27–58. <https://doi.org/10.4054/DemRes.2007.16.2>
- Sardinha, J. (2018). Neo-rural lifestyle migrants in Central Portugal: Defining one’s place in countryside abroad. Em *Processes of Immigration in Rural Europe: The Status Quo, Implications and Development Strategies*, Cambridge, Cambridge Scholars Publishing (Stefan Kordel, Tobias Weidinger & Igor Jelen (Ed.), pp. 119–139). Cambridge Scholars Publishing.
- Savaş, E. B., Spaan, J., Henkens, K., Kalmijn, M., & Dalen, H. P. van. (2023). Migrating to a new country in late life: A review of the literature on international retirement migration. *Demographic Research*, 48, 233–270.
- <https://doi.org/10.4054/DemRes.2023.48.9>

- Schiamberg, L. B., & McKinney, K. G. (2003). Factors Influencing Expectations to Move or Age in Place at Retirement Among 40- to 65-Year-Olds. *Journal of Applied Gerontology*, 22(1), 19–41. <https://doi.org/10.1177/0733464802250043>
- Scholten, P. (Ed.). (2022). *Introduction to Migration Studies: An Interactive Guide to the Literatures on Migration and Diversity*. Springer Nature. <https://doi.org/10.1007/978-3-030-92377-8>
- Shrestha, N. R. (1987). Institutional policies and migration behavior: A selective review. *World Development*, 15(3), 329–345. [https://doi.org/10.1016/0305-750X\(87\)90017-9](https://doi.org/10.1016/0305-750X(87)90017-9)
- Šídlo, L., Šprocha, B., & Klapková, M. (2019). Regional differences in population aging in Europe viewed through prospective indicators. *ERDKUNDE*, 73(3), Artigo 3. <https://doi.org/10.3112/erdkunde.2019.03.06>
- Skirbekk, V., Stonawski, M., & Alfani, G. (2015). Consequences of a universal European demographic transition on regional and global population distributions. *Technological Forecasting and Social Change*, 98, 271–289. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2015.05.003>
- Teixeira, A. R., & Coelho, P. (2023). Envelhecer onde é bom viver: A região do Algarve no contexto do envelhecimento demográfico. *Desenvolvimento e Sociedade*, 0(11), Artigo 11.
- Thompson, W. (1929). Population. *The American Journal of Sociology*, 34(6), 959–975.
- Tilly, C. (1991). Transplanted Networks. Em V. Yans-McLaughlin (Ed.), *Immigration Reconsidered: History, Sociology, and Politics* (p. 0). Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780195055108.003.0004>
- Torkington, K. (2010). Defining lifestyle migration. *Dos Algarves*, 19. <https://dosalgarves.com/revistas/N19/6rev19.pdf>

- Torkington, K., & Ribeiro, F. P. (2019). A place in the sun? Discursive constructions of positive outcomes in post-migration stories in the Algarve. *Social & Cultural Geography*, 20(5), 671–691. <https://doi.org/10.1080/14649365.2017.1373145>
- United Nations. (2002). *World population ageing: 1950–2050*.
https://www.un.org/development/desa/pd/sites/www.un.org.development.desa.pd/files/files/documents/2021/Nov/undesa_pd_2002_wpa_1950-2050_web.pdf
- United Nations. (2016). *International migration report 2015: Highlights*.
<https://digitallibrary.un.org/record/3921645>
- United Nations. (2020). *World Population Ageing 2019*.
<https://doi.org/10.18356/9df3caed-en>
- Van Bavel, J., & Reher, D. S. (2013). The Baby Boom and Its Causes: What We Know and What We Need to Know. *Population and Development Review*, 39(2), 257–288. <https://doi.org/10.1111/j.1728-4457.2013.00591.x>
- Van Hear, N., Bakewell, O., & Long, K. (2018). Push-pull plus: Reconsidering the drivers of migration. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 44(6), 927–944.
<https://doi.org/10.1080/1369183X.2017.1384135>
- Warnes, A. (1992). Migration and the life course. Em *Migration Processes and Patterns* (Champion, T e Fielding, T (eds.), Vol. 1). Belhaven Pres.
- Warnes, A. (1993a). Demographic ageing: Trends and policy response. Em *The Changing Population of Europe* (Noin,B e Woods, R (eds.), pp. 82–89). Blackwell.
- Warnes, A. (1993b). *The development of retirement migration in Great Britain*.
<https://doi.org/10.3406/espos.1993.1608>

- Warnes, A., King, R., Williams, A. M., & Patterson, G. (1999). The well-being of British expatriate retirees in southern Europe. *Ageing and Society*, 19(6), 717–740. <https://doi.org/10.1017/S0144686X9900759X>
- Warnes, A., & Williams, A. (2006). Older Migrants in Europe: A New Focus for Migration Studies. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 32. <http://dx.doi.org/10.1080/13691830600927617>
- Wickramasinghe, A. A. I. N., & Wimalaratana, W. (2016). International Migration and Migration Theories. *Social Affairs*, 1(5), 13–32.
- Willekens, F. J. (2014). Demographic transitions in Europe and the world. *IDEAS Working Paper Series from RePEc*. <https://www.proquest.com/docview/1698276365/1D489CC789674D4EPQ/4?source=Working%20Papers>
- Williams, A. M., King, R., Warnes, A., & Patterson, G. (2000). Tourism and international retirement migration: New forms of an old relationship in southern Europe. *Tourism Geographies*, 2(1), 28–49. <https://doi.org/10.1080/146166800363439>
- Williams, A. M., King, R., & Warnes, T. (1997). A Place in the Sun: International Retirement Migration from Northern to Southern Europe. *European Urban and Regional Studies*, 4(2), 115–134. <https://doi.org/10.1177/096977649700400202>
- Williams, A. M., & Patterson, G. (1998). «An empire lost but a province gained»: A cohort analysis of British international retirement in the Algarve. *International Journal of Population Geography: IJPG*, 4(2), 135–155. [https://doi.org/10.1002/\(SICI\)1099-1220\(199806\)4:2<135::AID-IJPG99>3.0.CO;2-6](https://doi.org/10.1002/(SICI)1099-1220(199806)4:2<135::AID-IJPG99>3.0.CO;2-6)

Wiseman, R. F. (1980). Why Older People Move: Theoretical Issues. *Research on Aging*, 2(2), 141–154. <https://doi.org/10.1177/016402758022003>

World Health Organization. (2008). *Men Ageing And Health*.
https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/66941/WHO_NMH_NPH_01.2.pdf

ANEXOS

Anexo 1 - Página principal do dossiê “As migrações na União Europeia”



ABC da UE ▾Biblioteca ▾Dossiês ▾Oportunidades ▾Sobre nós ▾ENTRAR

Eurocid ▾ Dossiês ▾ As migrações na União Europeia

As migrações na União Europeia

As migrações são um fenómeno global e milenar que têm e tiveram muita influência no decurso da história da humanidade. Apesar de não ser uma novidade, a migração assume um papel constantemente catalisador de mudanças estruturais, económicas e sociais, mas é também uma consequência destas mesmas mudanças.

[Ver PDF](#)



Breve história da migração na Europa

Rotas Migratórias de Entrada na Europa

Atos legislativos sobre as migrações

Políticas europeias e nacionais de resposta ao desafio da migração

Fluxos migratórios em Portugal

Instituições responsáveis pela gestão migratória

Eurobarómetro sobre a integração de migrantes na União Europeia

Fundos e Apoios Financeiros

Cronologias e glossários

Estatísticas e Think Tanks

Recursos pedagógicos

Links úteis

Destaques

- EU external borders: Irregular crossings drop by 20% in first half of 2025
Frontex | 10.07.2025
- Comissão propõe novo sistema europeu comum de regresso
Comissão Europeia | 11.03.2025

+ Notícias

As razões que levam alguém a emigrar e a abandonar o seu país de origem são diversas, desde querer obter melhores condições financeiras a fugir de um cenário de guerra. Apesar de o ato de migrar ser um ato individual, quando feito em grande escala é considerado também um fenómeno global, com benefícios para o país de acolhimento. Por exemplo, a nível demográfico, a população da União Europeia (UE), em 2024, aumentou para 449.2 milhões de habitantes, devido à existência de um saldo migratório positivo. Embora, exista uma falta de consenso europeu, a imigração é cada vez mais essencial para combater a escassez de mão-de-obra e o envelhecimento da população europeia, para além de gerar um diálogo social e cultural muito enriquecedor.

Dentro da UE e do Espaço Schengen, onde existe livre circulação, as diferentes perspetivas nacionais sobre como lidar com a imigração e com a manutenção das fronteiras externas, tornam a partilha de soberania um assunto extremamente delicado. Com a grande vaga de migração em direção à Europa a partir de 2012, a Europa viu-se obrigada a reagir ao «desafio migratório mais grave desde o fim da Segunda Guerra Mundial». Desafio este que veio expor as insuficiências do sistema europeu de asilo, como o Parlamento Europeu defende, e veio exacerbar a necessidade de uma política migratória comunitária onde trabalhar em conjunto é fundamental.

No sentido de melhorar e assegurar uma boa e justa gestão da migração, tornando a Europa num lugar de proteção, o Conselho da União Europeia adotou, em 14 de maio de 2024, o Pacto em matéria de Migração e Asilo, com o objetivo de «criar uma política europeia de



Cronologias

As Migrações na União Europeia

Ver PDF

Cronologias sobre migrações publicadas por instituições europeias e outras entidades.



logia – Pacto em matéria de mig

Europa ☐ Conselho II ☐

o Europeia ☐ Conselho II ☐

saio

nselho adota Pacto da UE em matéria de Migração e Asilo

Pacto em matéria de migração e asilo | Conselho da União Europeia

Datas mais importantes do Pacto em matéria de Migração e Asilo.

gia – Política de migração e asilo

Europeia ☐ Conselho II ☐ Conselho Europeu ☐ Comissão Internacional ☐

Esta cronologia apresenta, de forma sintética, os principais momentos na evolução dos trabalhos do Conselho e do Conselho Europeu para elaborar uma resposta da UE às pressões migratórias.

Política de migração e asilo na UE | Conselho da União Europeia

Cronologia da evolução dos trabalhos das instituições europeias para criar uma resposta da UE às pressões migratórias no período 2015-2024.

Glossários

As Migrações na União Europeia

 Ver PDF

Glossários sobre migrações publicadas por instituições europeias e outras entidades.



[Mais glossários \(em linha\)](#)

[Mais glossários \(documentos\)](#)

Todas as letras

A B C D E F G H I J K L M N O P Q R S T U V W X Y Z

Pesquisar

A

Acordo de readmissão
Acordos entre Estados sobre o reenvio de pessoas que entraram irregularmente nos seus territórios provenientes de outro Estado contratante.

Acordo de Schengen
Acordo intergovernamental assinado em 1985 entre países europeus para criar uma zona de livre circulação sem controlo de fronteiras internas.

Asilo
Proteção que um Estado pode conceder a um estrangeiro, no próprio território desse Estado, contra o exercício da jurisdição pelo Estado de origem, com fundamento no princípio do *non-refoulement*, que conduz ao gozo de determinados direitos internacionalmente reconhecidos.

Anexo 4 – Artigo “Publicações e recursos pedagógicos”

[ABC da UE](#)[Biblioteca](#)[Dossiês](#)[Oportunidades](#)[Sobre nós](#)[ENTRAR](#)

Publicações e recursos pedagógicos

As Migrações na União Europeia

[Ver PDF](#)

Planos de aula, livros, vídeos, etc.



[Fronteiras e pontes - as migrações](#)

[Publicações sobre Migrações e Asilo](#)

[Procura outros conteúdos ou publicações?](#)

Fronteiras e pontes - as migrações

Fronteiras e pontes — as migrações



Fronteiras e pontes - as migrações

Kits pedagógicos para alunos e professores sobre a questão das migrações, onde são analisados alguns dos motivos por detrás das migrações e convida à reflexão sobre a forma como o estudo de exemplos da História europeia pode melhorar a nossa compreensão dos atuais fluxos de seres humanos, quer voluntários, quer forçados.

Rotas migratórias de entrada na Europa

Exploração das principais rotas de imigração formadas para entrada na Europa.

 Ver PDF



[Rota da África Ocidental
\(ou Rota do Atlântico\)](#)

[Rota das Fronteiras
Orientais](#)

[Rota do Canal da Mancha](#)

[Rota do Mediterrâneo
Central](#)

[Rota do Mediterrâneo
Occidental](#)

[Rota do Mediterrâneo
Oriental](#)

[Rota dos Balcãs
Occidentais](#)

[Links úteis](#)

Rota da África Ocidental (ou Rota do Atlântico)

A rota da África Ocidental (ou rota do Atlântico) é a única a fazer-se pelo oceano atlântico, onde os migrantes passam principalmente por Marrocos, Sara Ocidental, Mauritânia, Gâmbia e Senegal. Destes países, embarcam em viagens perigosas, que podem ter desde 100 km até 1.600 km de distância, com o objetivo de chegar às ilhas Canárias.

Em 2006, deu-se a crise das pateras ou "cayucos", nome dado à vaga de 31 mil migrantes que chegaram às Canárias durante este ano. Desde então, o número de chegadas de pessoas em situação migratória irregular diminuiu para menos de 1.500 por ano, até que em 2020 voltou a aumentar de forma drástica, com 23.023 chegadas, devido às restrições pandémicas que deslocou os migrantes que já estavam em Marrocos (na rota do Mediterrâneo Occidental) para esta rota. Em 2021, verificou-se uma ligeira diminuição nas 22.023 chegadas às Ilhas Canárias. Contudo, entre 2021 e 2024, o número de chegadas aumentou, tendo sido registadas em 2024 46.877 passagens por esta rota. Este aumento deve-se ao reforço da segurança nas fronteiras das diferentes rotas do Mediterrâneo.



Integração de cidadãos nacionais de países terceiros

Políticas Europeias de resposta ao desafio da migração

[Ver PDF](#)

A integração de nacionais de países terceiros nos países de acolhimento é um processo de adaptação das pessoas não nascidas ou residentes na UE às sociedades de acolhimento e ao seu quotidiano.



[Integração de nacionais de países terceiros na União Europeia](#)

[Integração de migrantes em Portugal](#)

[União Europeia - Links úteis](#)

[União Europeia - Documentos relevantes](#)

[Portugal - Links úteis](#)

[Portugal - Documentos relevantes](#)

Integração de nacionais de países terceiros na União Europeia

A integração de nacionais de países terceiros nos países de acolhimento é um processo de adaptação das pessoas não nascidas ou residentes na UE às sociedades de acolhimento e ao seu quotidiano, através da participação no mercado laboral, na comunidade política e nas estruturas escolares e de saúde.

A integração bem-sucedida dos migrantes é essencial para a coesão social, a prosperidade europeia e para uma economia dinâmica que funcione para todos. Embora os Estados-Membros sejam os principais responsáveis pela integração, a UE apoia as autoridades nacionais e locais no que respeita à coordenação de políticas, ao intercâmbio de conhecimento e à disponibilização de recursos financeiros.

Uma política de integração e inclusão bem-sucedida é uma parte essencial de uma política de migração e asilo bem gerida e eficaz. A União Europeia adotou o **Plano de Ação para a Integração e Inclusão no período 2021-2027** que tem como prioridades: promover a inclusão para todos os cidadãos; reconhecer os contributos dos migrantes para a UE e; descrever os obstáculos que podem dificultar a participação e inclusão dos migrantes.

Os princípios deste Plano de Ação são:

Pacto em Matéria de Migração e Asilo

Políticas Europeias de resposta ao desafio da migração

A crise migratória pôs em evidência a necessidade de reformar as regras da UE em matéria de asilo. A 14 de maio de 2024, o Conselho da União Europeia adotou o Pacto em Matéria de Migração e Asilo a fim de dar um novo impulso à reforma interrompida do Sistema Europeu Comum de Asilo.

 Ver PDF



Links úteis

Legislação

O Pacto em Matéria de Migração e Asilo, adotado pelo Conselho da União Europeia em maio de 2024, estabelece um conjunto de novas regras para gerir a migração e estabelecer um sistema comum de asilo ao nível da UE, criando resultados assentes nos valores europeus.

Os atos legislativos que constituem o novo Pacto e que contribuem para a reformulação do quadro jurídico da UE em matéria de migração e asilo, são:

- **Regulamento de Gestão da Migração e Asilo** (substitui o «Regulamento Dublin III») – pretende melhorar o sistema de determinação do Estado-Membro (EM) responsável pelos pedidos de asilo e criar um sistema de solidariedade obrigatório, mas adaptado, para os países europeus que enfrentam pressões migratórias;
- **Regulamento Eurodac** – cria uma base de dados de comparação das impressões digitais para efeitos dos pedidos de asilo e aplicação da lei, sendo esta base de dados integrada no quadro de interoperabilidade com outras bases de dados da UE;
- **Regulamento sobre Procedimentos de Asilo** – cria um sistema comum justo e eficiente para decidir sobre um pedido de asilo, com o objetivo de limitar os abusos e eliminar os incentivos aos movimentos secundários em toda a UE;
- **Regulamento Triagem** – define as regras que certificam o controlo e o registo

Política de Vistos

Políticas Europeias de resposta ao desafio da migração

 Ver PDF

A Política de Vistos tem como objetivo facilitar e melhorar as deslocações consideradas legítimas através da emissão de vistos para a entrada e mobilidade de cidadãos estrangeiros na UE e em Portugal.



[União Europeia](#)

[Portugal](#)

[União Europeia -
Legislação](#)

[União Europeia - Links
úteis](#)

[Portugal - Legislação](#)

[Portugal - Links úteis](#)

União Europeia

Os cidadãos de países terceiros necessitam de visto para entrar no espaço Schengen para uma estada de até 90 dias em qualquer período de 180 dias. Os vistos para estadas superiores a 90 dias estão sujeitos aos procedimentos nacionais dos Estados-Membros.

A União Europeia estabeleceu uma **política comum de vistos** para viajantes em trânsito ou que pretendem permanecer por um curto período no espaço Schengen.



Anexo 9 – Artigo “Contributos dos migrantes para a sustentabilidade demográfica e económica de Portugal”

[ABC da UE](#)[Biblioteca](#)[Dossiês](#)[Oportunidades](#)[Sobre nós](#)[ENTRAR](#)

Contributos dos migrantes para a sustentabilidade demográfica e económica de Portugal

Fluxos Migratórios em Portugal

[Ver PDF](#)

Dados estatísticos sobre os contributos dos migrantes na sustentabilidade demográfica e económica em Portugal.

[Sustentabilidade demográfica](#)[Sustentabilidade económica](#)[Links úteis](#)[Documentos relevantes](#)

A imigração desempenha um papel fundamental na sustentabilidade demográfica e económica de Portugal. Com o envelhecimento da população, os imigrantes contribuem para o aumento da população, sobretudo em idades ativas e férteis, e para a economia do país, contribuindo para a sustentabilidade da segurança social de Portugal.

Sustentabilidade demográfica

No contexto europeu, o crescimento demográfico depende, essencialmente, da existência de saldos migratórios positivos, que ocorrem quando o número de pessoas que entram num país é superior ao número de pessoas que saem.

Desde o início do século XXI, Portugal tem vindo a depender de fluxos migratórios positivos para manter e aumentar a sua população, uma vez que o saldo natural (diferença entre o número de nascimento e de óbitos) não é suficiente para garantir o crescimento demográfico. Neste contexto, o país possui uma posição vulnerável, devido às oscilações das suas migrações, tanto nos volumes de entrada como de saída. Atualmente, Portugal depende de um saldo migratório positivo para garantir a estabilidade demográfica e compensar as baixas taxas de fecundidade.

Eurobarómetro sobre a integração de migrantes na UE

Eurobarómetro sobre a integração dos migrantes na União Europeia

 Ver PDF

Análise da opinião pública europeia.



O que é o
Eurobarómetro?

Eurobarómetro Especial
519 - Integração de
imigrantes na União
Europeia

Links úteis

Documentos relevantes

O que é o Eurobarómetro?

O Eurobarómetro, criado em 1973, realiza análises periódicas sobre as tendências e a evolução da opinião pública em relação a questões europeias, em todos os Estados-Membros da UE, por iniciativa das Instituições Europeias.

O Eurobarómetro procura medir o nível de consciencialização dos/das cidadãos/cidadãs sobre a União Europeia, assim como o seu apoio às atividades da UE. Os resultados obtidos pelo Eurobarómetro são fundamentais para a preparação de políticas, a tomada de decisões e a avaliação do trabalho desenvolvido pela UE.

Eurobarómetro Especial 519 - Integração de imigrantes na União Europeia

Publicado em junho de 2022.

Portugal é o segundo país da UE onde a perceção da integração de imigrantes é mais positiva. De acordo com os resultados do Eurobarómetro, que inclui 26.510 entrevistas a nível europeu, sendo 1.004 realizadas em Portugal, 73% dos portugueses consideram que a integração de imigrantes é bem-sucedida (14% consideram que é muito bem-sucedida e 59% que é razoavelmente bem-sucedida). Os resultados deste Eurobarómetro mostram

Estatísticas

As Migrações na União Europeia

[Ver PDF](#)

Dados estatísticos sobre os fluxos migratórios na UE e em Portugal.

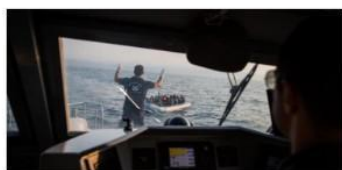


[União Europeia](#)

[Internacional](#)

[Portugal](#)

União Europeia



A resposta da UE em matéria de migração e asilo | Parlamento Europeu

A Europa atrai muitos migrantes e requerentes de asilo. Descubra como a União Europeia tem trabalhado para melhorar as políticas de asilo e migração.



Asilo e migração na UE em números | Parlamento Europeu

Dados recentes sobre o número de pessoas que chegam à UE e os pedidos de asilo que os países da UE estão a processar.

Think tanks

As Migrações na União Europeia

[Ver PDF](#)

Centros de investigação e/ou grupos de reflexão europeus que investigam o fenómeno das migrações.



Mais think tanks
especializados em
assuntos europeus



Bruegel | Migration [en]

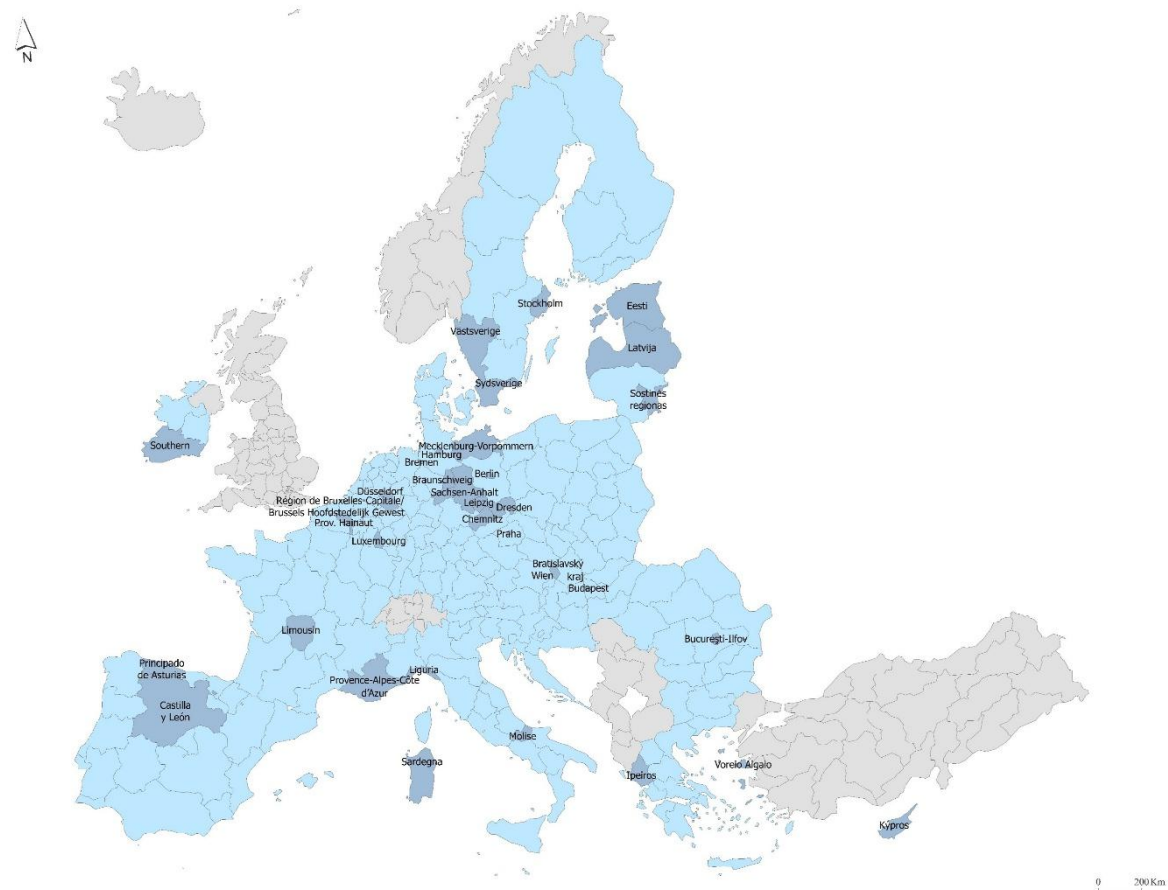
Com mais de 50 investigadores, Bruegel aborda um conjunto de tópicos e desafios económicos, de entre o quais as migrações.



Chatham House | Refugiados e Migrações [en]

Chatham House ajuda a facilitar o diálogo entre um grupo cada vez mais diversificado de intervenientes que influenciam a política de refugiados e de migração a nível mundial, reforçando a cooperação e contribuindo para a identificação de soluções práticas.

Anexo 13 – Mapa de Enquadramento das Regiões (NUTS 2) da União Europeia com a identificação das regiões mencionadas no corpo do texto



Fonte Cartográfica: Geographical Information System of the Commission (GISCO)